



# AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PROGRAMA PROMOVE BIODIVERSIDADE

Relatório final- Março 2025

**PROMOVE**  
BIODIVERSIDADE



Funded by  
the European Union



Ministério da Terra e Ambiente





Relatório Final

projecto nº. MAR-2023-26263

por

Paolo Scalia (Líder da Equipa)  
Valério Macandza  
Patrícia Costa

Apresentado por



PROMAN

Em consórcio com



**DT Global**

## RENÚNCIA DE RESPONSABILIDADE

Este relatório foi elaborado com a assistência financeira da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade da PROMAN e não pode, de forma alguma, ser considerado como reflectindo os pontos de vista da União Europeia.

Este relatório foi discutido com o perito internacional em causa em relação ao plano de trabalho acordado com o cliente, aos termos de referência do perito e para garantir que contém questões e recomendações relevantes, que foram discutidas numa sessão de *debriefing* com o cliente.

Este documento foi preparado para o projecto intitulado ou parte nomeada do mesmo e não deve ser invocado ou utilizado para qualquer outro projecto sem que seja realizada uma verificação independente quanto à sua adequação e autorização prévia por escrito da Gestão do Contrato-Quadro (PROMAN). A PROMAN não assume qualquer responsabilidade pelas consequências da utilização deste documento para um fim diferente daquele para o qual foi encomendado. Qualquer pessoa que use ou confie no documento para tais outros fins concorda e, por tal uso e confiança, será tomada para confirmar seu acordo para indemnizar a PROMAN por todas as perdas e danos resultantes dele. A PROMAN não aceita qualquer responsabilidade por este documento perante qualquer outra parte que não a pessoa por quem foi encomendado.

Na medida em que este relatório se baseia em informações fornecidas por outras partes, a PROMAN não aceita qualquer responsabilidade por qualquer perda ou dano sofrido pelo cliente, seja contratual ou tortuoso, decorrente de quaisquer conclusões baseadas em dados fornecidos por outras partes que não a PROMAN e utilizados pela PROMAN na preparação deste relatório.

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
1.1	CONTEXTO	1
1.2	VISÃO GERAL DO PROMOVE BIODIVERSIDADE	1
1.3	OBJECTIVO E ÂMBITO DA AVALIAÇÃO	3
1.4	METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	4
1.5	DESAFIOS E LIMITAÇÕES DA AVALIAÇÃO	5
<b>2</b>	<b>PERGUNTAS E RESULTADOS DA AVALIAÇÃO</b>	<b>6</b>
2.1	PA 1- RELEVÂNCIA DO PROJECTO:	6
2.2	PA 2 – COERÊNCIA:	9
2.3	PA 3 – EFICÁCIA:	11
2.4	PA 4 – EFICIÊNCIA:	41
2.5	PA 5 – IMPACTO:	52
2.6	PA 6 – SUSTENTABILIDADE:	55
2.7	PA 7 – VALOR ACRESCENTADO DA UE:	58
<b>3</b>	<b>CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E LIÇÕES APRENDIDAS</b>	<b>59</b>
3.1	CONCLUSÕES	59
3.2	RECOMENDAÇÕES	61
3.3	LIÇÕES APRENDIDAS	68
<b>ANEXOS</b>		<b>70</b>
<b>ANEXO 1 – TERMOS DE REFERÊNCIA DA AVALIAÇÃO</b>		<b>71</b>
<b>ANEXO 2- DOCUMENTOS REVISTOS</b>		<b>97</b>
<b>ANEXO 3 – PARTES INTERESSADAS ENTREVISTADAS DURANTE A AVALIAÇÃO</b>		<b>98</b>
<b>ANEXO 4- QUADRO LÓGICO PROMOVE BIODIVERSIDADE (JUNHO 2024)</b>		<b>99</b>
<b>ANEXO 5 – TEORIA DO PROGRAMA DA MUDANÇA (VERSÕES 2020 E 2024)</b>		<b>105</b>
<b>ANEXO 6 – MAPA DAS ZONAS DE INTERVENÇÃO</b>		<b>108</b>
<b>ANEXO 7 – PARTES INTERESSADAS NO PROGRAMA</b>		<b>109</b>
<b>ANEXO 8 – QUADRO DE AVALIAÇÃO</b>		<b>117</b>
<b>ANEXO 9 – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO</b>		<b>133</b>
<b>ANEXO 10: ABORDAGENS ALTERNATIVAS PARA PREVENIR O ROUBO DE MARFIM ASSOCIADAS À CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA INSTALAÇÃO DE ARMAZENAGEM</b>		<b>138</b>
<b>ANEXO 11: ANÁLISE DOS DESEMPENHOS PARA CADA ÁREA DE INTERVENÇÃO</b>		<b>140</b>

## Lista de abreviaturas

<b>Acrónimo/abreviatura</b>	<b>Significado</b>
AA	Autoridade Administrativa
AC	Autoridade Científica
ACMM	Área de Conservação do Monte Mabu
AENA	Associação Nacional de Extensão Rural
AFD	Agence Française de Développement (Agência Francesa de Desenvolvimento)
AICS	Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento
AMT	Avaliação de Meio Termo
ANAC	Administração Nacional das Áreas de Conservação
APAIPS	Área de Proteção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas
ASDI	Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional
BIOFUND	Fundação para a Conservação da Biodiversidade
CA	Critério de Ajuizamento
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CCP	Conselhos Comunitários de Pesca
CGRN	Comités de Gestão dos Recursos Naturais
CHFB	Conflito Homem – Fauna Bravia
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção
CLCR	Meios de subsistência costeiros e resiliência climática
CNS	Comité Nacional de Supervisão
CTV	Centro Terra Viva
DPDTAZ	Direção Provincial do Desenvolvimento Territorial e Ambiente – Zambézia
DUE	Delegação da União Europeia
ECM	Escola na Machamba do Camponês
ENMC	Escola de Negócios na Machamba do Camponês
ETIS	Sistema de Informação sobre o Comércio de Elefantes
FAEF	Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FFS – IGF	Fundação François Sommer /Fundação Internacional para a Gestão da Fauna
GIZ	Cooperação Alemã para o desenvolvimento
GON	Gabinete do Ordenador Nacional
Ha	Hectare
INIR	Instituto Nacional de Irrigação
ITC	Iniciativa de Terras Comunitárias
JA	Justiça Ambiental
KULIMA	Organização para o Desenvolvimento Socioeconómico Integrado
MCA	Millennium Challenge Account
M&E	Monitoria e Avaliação
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
METT	Ferramenta de Acompanhamento da Eficácia da Gestão
MIKE	Monitorização do abate ilegal de elefantes
MIMAIP	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
MTA	Ministério da Terra e Ambiente
MZN	Metical de Moçambique (moeda moçambicana, 1 Euro = 69 MZN)
NDF	Constatações Não Prejudiciais
NIRAP	Plano de ação nacional para o marfim e o rinoceronte
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos
ONG	Organização não governamental
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Objectivo Específico

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

PA	Pergunta de Avaliação
PESOD	Plano Económico e Social Distrital
PI	Parceiro de Implementação
PIN	Programa Indicativo Nacional
PIP	Programa Indicativo Plurianual
PNAG	Parque Nacional do Gilé
PQG	Plano Quinquenal de Governo
RADEZA	Rede das Organizações para o Ambiente e o Desenvolvimento Comunitário Sustentável da Zambézia
ReGeCom	Rede para a Gestão Comunitária dos Recursos Naturais
ROM	Monitorização Orientada para os Resultados
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SDPI	Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas
SIBMOZ	Sistema Nacional de Informação sobre Biodiversidade de Moçambique
SPAZ	Serviços Provinciais de Ambiente – Zambézia
TEI	Iniciativa Team Europe
TdM	Teoria da Mudança
TdR	Termos de Referência
UCM	Universidade Católica de Moçambique
UE	União Europeia
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UniLurio	Universidade Lurio
UniZambeze	Universidade do Zambeze
WCS	Sociedade de Conservação da Vida Selvagem
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A avaliação de meio-termo do programa PROMOVE Biodiversidade foi realizada para avaliar a sua relevância, coerência, eficácia, eficiência, sustentabilidade, valor acrescentado e impacto para a conservação da biodiversidade em Moçambique. Esta avaliação visa gerar sugestões implementáveis e lições aprendidas para informar a fase final da intervenção em curso e orientar a concepção de futuras iniciativas de biodiversidade. Sendo o PROMOVE Biodiversidade uma iniciativa pioneira em Moçambique, oferece uma oportunidade única de extrair lições valiosas para a programação da biodiversidade.

**Metodologia:** A avaliação utilizou uma abordagem de métodos mistos, integrando técnicas quantitativas e qualitativas para garantir uma análise abrangente. Os principais métodos de recolha de dados incluíram: i) revisão de documentos, ii) consultas às partes interessadas (entrevistas semi-estruturadas e discussões em grupos focais, incluindo a Delegação da União Europeia (DUE), Administração Nacional de Áreas de Conservação (ANAC), Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND), parceiros de implementação, comunidades locais e representantes do Governo), visitas no terreno: visitas de duas semanas a áreas-chave de implementação, como o Parque Nacional do Gilé (PNAG), Monte Mabu e Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas (APAIPS) para observação das actividades do programa e coleta de dados primários, iv) análise quantitativa de dados, com triangulação de dados e resultados de múltiplas fontes para garantir validade e confiabilidade.

### Principais Resultados da Avaliação

**Relevância:** O programa está fortemente alinhado com as estratégias de biodiversidade de Moçambique, tais como a Estratégia Nacional e Plano de Acção de Biodiversidade, apoia as prioridades globais da UE, como o Green Deal e a Estratégia de Biodiversidade para 2030. Embora as actividades gerais do programa sejam pertinentes para as prioridades da população local, as lacunas na planificação a nível local e no envolvimento da comunidade limitam a sua relevância para as necessidades específicas dos beneficiários.

**Eficácia: CA 3.1 Reforço da Governação da ANAC.** A componente implementada pela ANAC contribuiu para reforçar a governação da ANAC ao apoiar o desenvolvimento de quadros de conservação, nomeadamente o Plano de Acção Nacional para o Marfim e o Rinoceronte (NIRAP), o programa de Monitorização do Abate Ilegal de Elefantes (MIKE) e o Sistema de Informação sobre o Comércio de Elefantes (ETIS). Um marco crítico foi a aprovação do Regulamento CITES de Moçambique pelo Conselho de Ministros em Dezembro de 2024, elevando a legislação do país para a Categoria I da CITES. As actividades de capacitação permitiram formar mais de 800 participantes, incluindo funcionários do Governo e partes interessadas, melhorando as habilidades de cumprimento dos requisitos da CITES, incluindo a elaboração de relatórios. A ANAC actualmente elabora internamente os relatórios relacionados ao NIRAP, reduzindo a dependência de apoio externo. No entanto, o projecto enfrentou desafios para integrar plenamente a governação nacional e local. As lacunas de coordenação institucional, a rotação do pessoal e os recursos técnicos limitados impediram progressos substanciais. A concepção do programa ignorou as oportunidades de sinergia entre os quadros nacionais e os projectos-piloto na Zambézia e Nampula, e os mecanismos de monitorização dos resultados foram inadequados. A abordagem carecia de avaliações sistémicas da capacidade e de estratégias a longo prazo. Embora o projecto tenha abordado lacunas financeiras e apoiado áreas críticas do mandato da ANAC, não promoveu uma parceria estratégica entre a UE, a ANAC e actores internacionais. Uma maior integração, capacitação direccionada e reformas políticas robustas continuam a ser essenciais para garantir uma governação sustentável da conservação em Moçambique.

**CA 3.2 Conservação e meios de subsistência no Parque Nacional do Gilé.** O Programa apoiou a conservação no Parque Nacional do Gilé (PNAG), com base numa parceria de 20 anos entre a ANAC e a Fundação François Sommer/Fundação Internacional para a Gestão da Fauna (FFS-IGF). As principais realizações incluíram o reforço das infra-estruturas, tais como estradas, pontes e instalações de fiscalização, contribuindo para melhorar a acessibilidade e a eficácia da fiscalização. A conservação da vida selvagem foi apoiada pela translocação bem-sucedida de 200 búfalos e pelo aprimoramento dos sistemas de rastreamento e monitoramento. A elaboração de um plano de manejo com uma vigência de 10 anos definiu um quadro estratégico para a conservação. Os esforços de combate à caça furtiva registaram progressos, com uma diminuição das actividades ilegais e uma melhoria das operações de fiscalização apoiadas por plataformas digitais. Apesar destas realizações, persistem desafios estruturais. Os esforços de desenvolvimento comunitário careciam de alinhamento estratégico com os objectivos de conservação do parque, deixando lacunas significativas no envolvimento da comunidade e nos meios de subsistência. Questões como queimadas descontroladas, oportunidades limitadas de turismo e conflitos entre humanos e vida selvagem realçam a necessidade de uma maior integração e planificação a longo prazo. A sustentabilidade financeira também continua a ser precária, dependendo fortemente do financiamento externo com um apoio orçamental nacional limitado. A avaliação sublinha a importância de ligar o envolvimento da comunidade, o apoio aos meios de subsistência e os esforços de conservação.

**CA 3.3 Conservação e meios de subsistência no Monte Mabu;** O projecto no Monte Mabu visava estabelecer uma área de conservação gerida pela comunidade em meio a desafios geográficos e logísticos significativos. O Monte Mabu, um hotspot de biodiversidade com elevado potencial científico e de ecoturismo, sofre de isolamento geográfico, chuvas intensas e falta de estatuto de protecção formal. Registaram-se progressos no mapeamento e demarcação participativa dos limites, e na proposta de proclamação formal da área de conservação submetida à ANAC. Estes esforços promoveram a apropriação comunitária, mas vários factores, incluindo restrições logísticas e capacidades limitadas da comunidade, contribuíram para atrasar impactos tangíveis. As principais realizações incluem a criação de instalações básicas e o desenvolvimento de estruturas de cartografia e governação. No entanto, as iniciativas planificadas em matéria de infra-estruturas e de reforço das capacidades continuam subdesenvolvidas e os sistemas de monitorização baseados na comunidade encontram-se numa fase inicial. Foram iniciados programas de subsistência, tais como escolas na machamba do camponês e apicultura, mas operam numa escala muito pequena, com benefícios e alcance limitados. Os desafios persistentes incluem a degradação ambiental, mecanismos financeiros inadequados e baixa capacidade da comunidade em governança e gestão de recursos naturais. Os esforços para mobilizar recursos financeiros e explorar oportunidades de ecoturismo mostraram progressos mínimos. A avaliação ressalta a necessidade de uma abordagem estratégica de longo prazo que integre conservação e meios de subsistência, restaure terras degradadas e construa capacidade local para garantir a conservação sustentável liderada pela comunidade no Monte Mabu.

**CA 3.4 Conservação e meios de subsistência na APAIPS:** A componente APAIPS registou progressos notáveis, apesar da sua fase inicial de implementação e dos atrasos iniciais causados pela transição contratual do CTV (Centro Terra Viva) para a WWF (World Wildlife Fund). A colaboração entre WWF, AENA (Associação Nacional de Extensão Rural) e KULIMA (Organização para o Desenvolvimento Socioeconómico Integrado) fornece uma base sólida para a conservação da biodiversidade e meios de subsistência comunitários. A WWF, através do programa, contribuiu na reabilitação e apetrechamento dos escritórios da APAIPS, a contratação de pessoal qualificado e aquisição de equipamento para as operações de gestão. Uma conquista marcante é a graduação de 47 fiscais, marcando uma nova era para uma fiscalização estruturada desde a criação da APAIPS em 2012. A melhoria dos meios de transporte e comunicação melhora ainda mais a eficácia e eficiência das operações. As organizações comunitárias de base continuam a ser essenciais para os esforços de conservação, facilitando o patrulhamento e as

campanhas de sensibilização. No entanto, as condições de trabalho fragilizadas na sequência da conclusão do projecto financiado pela *Blue Action Fund* e a planificação inadequada para a continuidade do apoio do programa PROMOVE Biodiversidade colocam desafios. A restauração de mangais e a revitalização de clubes ambientais também promoveram a resiliência ecológica e comunitária. No entanto, os meios de subsistência alternativos, especialmente durante o defeso de pesca, continuam a ser inadequados. Os progressos limitados no processamento do pescado e na apicultura, também associados à fase inicial de implementação, a pequena escala e o valor estratégico limitado das cadeias de valor, dificultam ainda mais a diversificação das fontes de renda, sublinhando a necessidade de uma gestão sustentável das pescas. A sustentabilidade financeira depende de um fundo de capital da *Conservation International* através da BIOFUND, do futuro apoio da Millennium Challenge Account (MCA) através do BIOFUND, e dos esforços da WWF. No entanto, não existem mecanismos internos de geração de receitas. Embora bases promissoras tenham sido lançadas, os desafios no envolvimento da comunidade, financiamento sustentável e atrasos operacionais destacam a necessidade de alinhamento estratégico e planificação de longo prazo para garantir o sucesso da APAIPS.

**CA 3.5 Prioridades transversais:** o programa incorporou prioridades transversais da UE, como a igualdade de género, as abordagens baseadas nos direitos humanos, a governação e a gestão sustentável dos recursos. Embora as actividades tenham alcançado a inclusão de género, como alguns exemplos de liderança feminina no Monte Mabu e actividades de fiscalização no PNAG, os esforços careciam de iniciativas estratégicas para o empoderamento, como desenvolvimento de capacidades, apoio à liderança e acesso a ferramentas financeiras. Os mecanismos de governação foram promovidos, mas limitados pela fraca participação e capacidades superficiais nos CGRN (Comitês de Gestão de Recursos Naturais) e no CONSERVA MABU. Os grupos vulneráveis foram abordados de forma inconsistente e as estratégias ambientais careceram de foco, como a restauração da vegetação em áreas degradadas. A avaliação destaca oportunidades para expandir essas prioridades e aumentar significativamente os benefícios.

**Eficiência:** A eficiência é apoiada por uma equipa de gestão empenhada e por um acompanhamento atento dos contratos, um órgão de governação sólido e uma coordenação e diálogo eficazes entre as partes interessadas. No entanto, a eficiência do programa é limitada por vários atrasos operacionais, desempenhos não satisfatórios de alguns implementadores, desafios logísticos, implementação fragmentada entre componentes, planificação inadequada e insuficiente orientação para resultados.

**Sustentabilidade:** Embora o trabalho fundamental tenha sido iniciado, a sustentabilidade a longo prazo do programa está em risco devido à forte dependência do financiamento externo, curta duração e recursos financeiros limitados, com desafios para estabelecer capacidades a nível comunitário.

**Valor acrescentado para a UE:** O contributo da UE para a governação internacional da biodiversidade e para abordagens inovadoras em matéria de conservação é evidente. No entanto, as oportunidades perdidas no diálogo político e na liderança estratégica limitaram todo o seu potencial.

**Conclusões:** O programa PROMOVE Biodiversidade constitui um marco para a Cooperação da UE em Moçambique com uma primeira intervenção importante à escala nacional para apoiar a conservação da biodiversidade. A UE e os seus parceiros estão a aprender activamente com esta experiência. A avaliação da abordagem de implementação em duas vertentes é muito positiva, com uma componente dedicada a apoiar a governação nacional da conservação com a ANAC e uma segunda implementada pela BIOFUND a apoiar três experiências-piloto muito diferentes, com oportunidade de aprender com uma variedade de abordagens, ecossistemas e níveis de capacidade.

Cada área piloto aborda as necessidades de conservação e os meios de subsistência das comunidades locais, outra característica positiva da estrutura. A implementação é assegurada por diferentes mecanismos, todos apoiando o alinhamento e a apropriação nacional.

O programa demonstra um elevado grau de relevância para as prioridades nacionais e locais de conservação da biodiversidade de Moçambique e para o quadro de cooperação para o desenvolvimento da União Europeia. O programa iniciou com sucesso actividades destinadas a abordar a perda de biodiversidade e melhorar os meios de subsistência da comunidade, com a avaliação evidenciando resultados significativos e boas práticas para o componente de conservação.

O programa é definido com objectivos ambiciosos, recursos limitados e prazos curtos num contexto particularmente difícil. A eficácia, a sustentabilidade e as oportunidades de impacto são consideravelmente limitadas por vários factores, incluindo uma concepção superficial e uma integração insuficiente entre as componentes. A componente da ANAC, centrada no cumprimento dos regulamentos da CITES, está a abordar uma questão importante e relevante. No entanto, a sua contribuição para a governação mais ampla das áreas de conservação continua a ser limitada em termos estratégicos. Além disso, tem sinergias ou interações mínimas com as três iniciativas-piloto, reduzindo o seu potencial impacto na governação nacional e local.<sup>1</sup>

Embora as actividades de conservação estejam produzindo resultados mistos, com desempenhos globalmente satisfatórios no PNAG e alguns passos iniciais importantes tenham sido dados no Monte Mabu, a componente de subsistência é incapaz de alcançar seus objectivos, pois ainda não produziu benefícios significativos, contribuindo pouco para os esforços de conservação, o que limita as oportunidades de sustentabilidade e impactos. A eficácia da componente de subsistência é diluída pela selecção de algumas cadeias de valor não estratégicas, como a piscicultura e a apicultura. Estas actividades envolvem uma percentagem muito pequena da população local e é improvável que gerem um impacto significativo nos meios de subsistência mais amplos. As restrições adicionais incluem uma abordagem orientada para os projectos baseada em subvenções, uma escala muito reduzida, um alcance muito limitado, um desempenho baixo e uma atenção globalmente inadequada ao reforço das capacidades.

**Recomendações:** A avaliação identificou dez recomendações fundamentais para enfrentar os desafios observados e melhorar a eficácia e o desempenho do programa

### **A – Recomendações operacionais para reforçar a eficácia do PROMOVE Biodiversidade**

**Recomendação 1: Melhor a planificação ao nível do programa e orientação para os resultados para a última fase de implementação.** Esta recomendação salienta a necessidade de realizar um exercício de planificação participativa orientada para os resultados no início de 2025. O foco deve ser colocada no refinamento das metas, dos prazos e da alocação de recursos para melhorar a qualidade da concepção, a eficácia e a sustentabilidade de cada contrato. Este exercício de planificação deve ser alinhado com os resultados da avaliação e com o contrato celebrado com os responsáveis pela implementação. As áreas específicas a melhorar incluem as recomendações operacionais para o PNAG, meios de subsistência,

<sup>1</sup> A avaliação reconhece plenamente a importância estratégica da CITES na governação nacional da biodiversidade. No entanto, a avaliação centra-se no âmbito e integração estratégica da componente ANAC no âmbito do programa Promove Biodiversidade. O apoio prestado envolveu principalmente contributos a nível de actividade (por exemplo, formações, viagens, workshops), com uma ligação operacional limitada aos objectivos mais amplos do programa de conservação de base comunitária e implementação nas áreas-piloto. A declaração da avaliação reflete uma análise independente e fundamentada da forma como o apoio relacionado com a CITES contribuiu no contexto deste programa específico, em vez de questionar o seu significado global ou nacional.

Monte Mabu e APAIPS (ver R3,4,5,6 e 7). Este mecanismo de planificação deve ser revisto anualmente para garantir uma melhoria contínua. Esta recomendação é altamente prioritária, devendo ser implementada imediatamente até Março de 2025.

**Recomendação 2: Mobilizar a assistência técnica para apoiar a próxima fase de implementação.**

Esta aborda as lacunas de capacidade e as limitações da visão estratégica. Os serviços de assistência técnica devem apoiar a ANAC, a delegação da UE e a BIOFUND, melhorando os sistemas de monitoria dos programas, reforçando a coordenação entre as componentes e promovendo o diálogo com os parceiros de desenvolvimento. As principais tarefas incluem visitar os responsáveis pela implementação de dois em dois meses, alinhar os quadros de planificação com a Recomendação 1 e reforçar a visão estratégica e a partilha das lições aprendidas. Trata-se de uma recomendação de alta prioridade, a implementar a curto prazo até meados de 2025.

**Recomendação 3: Reforçar a Governação e a Capacidade da ANAC (recomendações operacionais para a ANAC):**

Centra-se no reforço da capacidade da ANAC para gerir eficazmente a governação da conservação. As ações específicas incluem a designação de assistência técnica específica (ver R2), a criação de sistemas de acompanhamento a nível do programa, a melhoria da prestação de acordo com as estipulações do orçamento-programa (OP) e o reforço da coordenação com a BIOFUND e as ONGs implementadoras. Além disso, a ANAC deve explorar soluções alternativas para os produtos apreendidos e priorizar mecanismos de aprendizagem e diálogo. Esta recomendação é altamente prioritária, devendo ser implementada no prazo de 12 a 18 meses.

**Recomendação 4: Melhorar a eficácia do PNAG (recomendações operacionais sobre a eficácia da conservação do PNAG).**

Propõe destacar a necessidade de melhorar os salários e incentivos para os guardas-florestais, melhorar as condições logísticas nos locais de acampamento e melhorar o acesso à Internet na sede do parque. As recomendações operacionais incluem a angariação de fundos adicionais para implementar o Plano de Maneio do Parque com flexibilidade para colmatar as lacunas identificadas por esta avaliação. Um ponto importante será o desenvolvimento de um plano estratégico de vedação para combater a caça furtiva e as queimadas descontroladas. Deverão ser estabelecidos planos operacionais, apoiados por planos de negócios, para o turismo e para a Coutada de Mulela a ser co-gerida pela Associação Nokalano. Estas medidas reforçarão a eficácia e a visibilidade do PNAG em matéria de conservação. Esta recomendação é de prioridade média, devendo ser implementada no prazo de 12 a 18 meses.

**Recomendação 5: Melhorar a Gestão do Monte Mabu (recomendações operacionais para o Monte Mabu):**

sugere o ajuste da abordagem da ReGeCom sobre a participação da comunidade, clarificar as responsabilidades de gestão conjunta entre parceiros e rever o plano de infra-estruturas para transformar o centro de investigação num centro de gestão da conservação. O estabelecimento de uma estratégia de ecoturismo a longo prazo e a resposta às necessidades imediatas de infra-estruturas e serviços básicos, como água e electricidade, são igualmente fundamentais. Os esforços devem incluir avaliações de capacidade da CONSERVA MABU e planos para o desenvolvimento do café em áreas desmatadas. Trata-se de uma recomendação de alta prioridade, a implementar no prazo de 12 a 18 meses.

**Recomendação 6: Fortalecer os Contratos de Subsistência (recomendações operacionais para**

contratos de subsistência): enfatizar o apoio a cadeias de valor de alto impacto, como cajú e horticultura, completar as componentes de piscicultura e apicultura (entrega de todos os equipamentos, desenvolvimento de capacidade, acesso sustentável a insumos, ligações com mercados) e estabelecer conexões entre meios de subsistência e conservação. O reforço do empoderamento das mulheres e a promoção da diversidade nutricional são prioridades fundamentais, tal como os planos realistas e a longo

prazo para a produção agrícola. Esta recomendação é altamente prioritária, devendo ser implementada no prazo de 6 a 12 meses.

**Recomendação 7: Melhorar as Operações na APAIPS e os Meios de Vida Comunitários** (recomendações operacionais para APAIPS). Enfatizar a melhoria da eficácia das operações de fiscalização da canalização de fundos, criação e apetrechamento de acampamentos de fiscalização e fortalecimento de organizações baseadas na comunidade, bem como a melhoria dos meios de subsistência comunitários através do desenvolvimento da cadeia de valor da pesca, acelerando a implementação da apicultura, apoiar os agricultores locais na produção de sementes e defender a implementação de contrabalanços de biodiversidade.

### **B – Recomendações estratégicas para o futuro apoio da cooperação em matéria de biodiversidade**

**Recomendação 8: reforçar o valor acrescentado da UE e o diálogo político em matéria de conservação da biodiversidade** propõe aumentar o empenho da delegação da UE nas reformas da política de biodiversidade e no diálogo a nível nacional e regional. Ao tirar partido de quadros estratégicos como o Portal Global e as iniciativas Team Europe (TEI) — que orientam o empenho e a coordenação da UE — a UE deve apoiar ativamente reformas de governação que reforcem a transparência e a capacidade institucional. Tal inclui a promoção de processos orçamentais nacionais mais eficientes e a promoção de compromissos sectoriais mais fortes para a conservação, ajudando a integrar a sustentabilidade ambiental nas estratégias nacionais de desenvolvimento. Trata-se de uma recomendação altamente prioritária, a implementar no próximo ciclo de programação.

**Recomendação 9: melhorar os mecanismos da UE para apoiar a conservação da biodiversidade em Moçambique.** Esta recomendação sugere a necessidade de melhorar a concepção do programa, garantindo resultados mensuráveis, alinhamento dos recursos financeiros e estudos de viabilidade. Evitar contratos compartimentalizados, estabelecer um sistema nacional de monitorização ao nível do programa e promover a inclusão de género e abordagens baseadas nos direitos humanos também são fundamentais. Os futuros acordos devem centrar-se em contratos baseados no desempenho, desembolsos e assistência técnica adequada. Trata-se de uma recomendação altamente prioritária, a implementar no próximo ciclo de programação.

**Recomendação 10:** Recomenda estabelecer um sistema de monitorização abrangente e visa desenvolver um quadro sólido para acompanhar os progressos e facilitar a gestão adaptativa. Indicadores padronizados e processos de recolha de dados devem assegurar a coerência entre todas as componentes do programa, melhorando a tomada de decisões e a eficácia do programa. Trata-se de uma recomendação de média prioridade, a implementar no próximo ciclo de programação.

**Lições Aprendidas:** Sendo a primeira iniciativa do género em Moçambique, o PROMOVE Biodiversidade oferece informações valiosas para orientar futuros programas de biodiversidade:

- Alinhar a conservação e os meios de subsistência garante um impacto holístico.
- As abordagens participativas podem aumentar a relevância e a sustentabilidade.
- Metas claras melhoram os resultados: Planos operacionais detalhados devem orientar a implementação de forma eficaz.
- O Reforço das capacidades é fundamental: O reforço das capacidades institucionais é vital para o sucesso do programa.
- É necessária uma visão a longo prazo: a conservação da biodiversidade exige investimentos e parcerias sustentados.

# 1 INTRODUÇÃO

Este documento é relatório final da avaliação de meio-termo (AMT) independente do programa PROMOVE Biodiversidade financiado pela União Europeia (UE) em Moçambique. Esta avaliação foi encomendada pela Delegação da UE na República de Moçambique.

## 1.1 Contexto

A União Europeia está fortemente empenhada na conservação da biodiversidade e tem uma parceria de longa data com Moçambique, centrada no desenvolvimento sustentável, na proteção ambiental e na redução da pobreza. A UE tem demonstrado um empenho e esforços significativos no sentido da conservação da biodiversidade a nível mundial através de várias iniciativas e políticas. Estas incluem: Agenda para a Mudança da UE, Estratégia de Biodiversidade 2020, FLEGT, B4Life, BIOFIN, NATURAFRICA. Publicações importantes como "Larger Than Elephants", acções regionais e no âmbito do Programa Indicativo Plurianual (PIP) 2021-2027 também sublinham a sua dedicação. O compromisso da UE em apoiar a conservação da biodiversidade em Moçambique inclui o Green Deal TEI e os Programas PROMOVE Global e BIOFUND, apoiados pelo compromisso financeiro do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). Estes esforços são complementados por parcerias estratégicas, acordos contratuais e apoio contínuo ao diálogo político. O PROMOVE Biodiversidade é uma das várias iniciativas no âmbito do Programa PROMOVE financiado pela UE, que visa promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo em Moçambique. O PROMOVE Biodiversidade complementa outras intervenções que abordam o desenvolvimento rural, a resiliência climática e a melhoria de infraestruturas. A estrutura mais ampla do PROMOVE integra projectos como o PROMOVE Comércio e o PROMOVE Agricultura, que aumentam a conectividade e a produtividade agrícola. Em conjunto, estas iniciativas alinham-se com os objectivos estratégicos da UE para impulsionar os meios de subsistência rurais, mitigar os desafios ambientais e garantir a segurança alimentar, ao mesmo tempo que abordam as desigualdades socioeconómicas nas regiões mais vulneráveis de Moçambique.

Os desafios na governação das áreas protegidas de Moçambique são importantes, desde recursos e capacidades financeiras limitadas, infraestruturas inadequadas e conflitos entre os objectivos de conservação e os meios de subsistência locais. As províncias da Zambézia e Nampula, no centro e norte de Moçambique, respectivamente, são ecologicamente significativas devido às suas diversas paisagens e vida selvagem. Abrigam várias áreas protegidas e são cruciais para a biodiversidade regional. Ambas as províncias enfrentam pressões da expansão agrícola, desmatamento e extracção de recursos, que afetam seus ecossistemas e representam desafios para uma gestão eficaz da conservação. As comunidades locais nestas áreas dependem fortemente dos recursos naturais para a sua subsistência, pelo que existe uma necessidade crucial de equilíbrio entre os esforços de conservação e as necessidades da comunidade.

## 1.2 Visão geral do PROMOVE Biodiversidade

O programa PROMOVE Biodiversidade<sup>2</sup>, financiado ao abrigo do 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), com um orçamento de 13 milhões de euros, visa combater a degradação dos habitats, a sobreexploração dos recursos naturais e a perda de biodiversidade, melhorando simultaneamente as condições socioeconómicas para as comunidades locais.

---

<sup>2</sup> Decisão FED/2019/040-54 e Acção ACT D 40054-00

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

O objectivo geral do Programa PROMOVE Biodiversidade, tal como delineado no Acordo de Financiamento, era proteger a biodiversidade e melhorar os meios de subsistência em três áreas geográficas fundamentais: o Monte Mabu, a Reserva Nacional do Gilé (atual Parque Nacional do Gilé) e a Área de Proteção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas. Estas zonas foram seleccionadas pela sua importância em termos de biodiversidade, mas também pela sua elevada densidade populacional, onde os recursos naturais estão a sofrer uma grande pressão por parte das comunidades locais.

Os ecossistemas visados são, nomeadamente, o costeiro e marinho, a planície, a floresta do Miombo e a floresta afromontanhosa. O documento de acção define 4 objectivos específicos (OE), integrados em 2 componentes do projecto:

- **OE1** Reforçar os quadros de governação relacionados com a gestão dos recursos naturais.
- **OE2** Implementar estratégias de conservação da biodiversidade.
- **OE3** Melhorar os meios de subsistência da comunidade dentro e ao redor das áreas protegidas.
- **OE4** Promover investigação aplicada e estudos participativos sobre os recursos naturais

O quadro lógico inicial foi significativamente ajustado durante a implementação, a fim de reflectir as adendas contratuais e reforçar a sua coerência com os contratos estabelecidos com os parceiros/agências de implementação. As principais alterações aos objectivos específicos incluem:

- OE1 (governação reforçada): foram estabelecidas metas claras para o cumprimento das obrigações da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) (por exemplo, instrumentos jurídicos, relatórios), expansão das zonas protegidas e melhorias operacionais, como a formação do pessoal e o desenvolvimento de planos de manejo.
- SO2 (Melhoria dos meios de subsistência): Concentra-se no aumento da produção sustentável de pequenos agricultores, melhorando o acesso à água potável e melhorando os meios de subsistência das comunidades que vivem em áreas protegidas.

A evolução da lógica de intervenção do Programa e da Teoria da Mudança (TdM), incluída e explicada no relatório inicial, é representada pelos diagramas do **Anexo 5**.

O projecto tem 2 componentes principais:

- A componente 1, que abrange o OE1, é implementada pela Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) através de um quadro contratual de Orçamento-Programa (OP).
- A componente 2, que abrange OE2, OE3 e OE4, é implementada pelo BIOFUND através de uma subvenção directa da UE à BIOFUND.<sup>3</sup> A BIOFUND contratou consórcios de Organizações da Sociedade Civil para a implementação de actividades de conservação e subsistência:
- O Centro Terra Viva (CTV) assinou um acordo de parceria de implementação com a BIOFUND e a ANAC para apoiar a Área de Proteção Ambiental das Primeiras e Segundas (APAIPS). Este contrato foi descontinuado, em 2022, e a WWF foi contratada em 2023 para

---

<sup>3</sup> A subvenção foi atribuída à BIOFUND em contrapartida do monopólio de jure da organização

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

continuar a implementação das actividades na APAIPS, num consórcio com a AENA e a KULIMA.

- Rede para o Ambiente e Desenvolvimento Comunitário Sustentável na Zambézia (RADEZA): Em Julho de 2021, a BIOFUND celebrou um acordo de subvenção com a RADEZA para implementar actividades de desenvolvimento comunitário na zona tampão do Parque Nacional do Gilé (PNAG).
- Fundação François Sommer /Fundação Internacional para a Gestão da Fauna (FFS-IGF): A FFS-IGF está envolvida nos esforços de gestão e conservação do Parque Nacional de Gilé no âmbito do Programa PROMOVE Biodiversidade.
- Consórcio WWF, ReGeCom e RADEZA: responsável pela implementação do Programa PROMOVE Biodiversidade no Monte Mabu.

As principais partes interessadas incluem entidades nacionais como a ANAC (Administração Nacional das Áreas de Conservação) e a BIOFUND, bem como comunidades locais, ONGs e doadores internacionais. O Anexo 3 apresenta o mapeamento dos intervenientes do PROMOVE Biodiversidade. O cronograma de implementação está resumido na Tabela 1.

**Tabela 1: Calendário do programa e principais parâmetros de referência**

Evento	Data de referência
Data de início do programa	Dezembro de 2019
Assinatura Oficial do Programa	Fevereiro de 2020
Primeiro Desembolso Financeiro	Abril de 2020
Submissão do Primeiro Relatório Inicial	Julho de 2020
Início da interrupção devido a pandemia de COVID-19	Março de 2020
Missão ROM	Dezembro de 2024
Reuniões do Comité Nacional de Supervisão (CNS)	Julho de 2021, Dezembro de 2022; Fevereiro de 2024
	Próxima prevista para Fevereiro de 2025
Visita de acompanhamento conjunta	Maio-23
Ajustamentos ao Quadro Lógico	Junho de 2024
Avaliação de Meio-Termo	Novembro 2024 – Fevereiro 2025
Data prevista para o fim do programa	Outubro de 2026

### 1.3 Objectivo e âmbito da avaliação

**Objectivo:** O objectivo desta avaliação de meio-termo é fornecer uma avaliação independente da intervenção por uma equipa de avaliação externa. A avaliação apoia a aprendizagem e a responsabilização pelos resultados e analisa especificamente os factores-chave que permitem e limitam a obtenção de resultados.

O objectivo global desta avaliação é fornecer aos serviços relevantes da União Europeia e das partes interessadas uma avaliação global e independente do desempenho das intervenções do PROMOVE Biodiversidade, prestando especial atenção aos seus diferentes níveis de resultados. A avaliação de meio-termo pretende igualmente:

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- Melhorar a eficiência e eficácia do PROMOVE Biodiversidade durante a continuidade implementação.
- Compilar lições e evidências de melhores práticas que possam informar futuras intervenções.

A avaliação avalia o desempenho do projecto em função dos critérios OECD-DAC<sup>4</sup> de relevância, coerência, eficácia, eficiência, sustentabilidade e impacto e do critério de valor acrescentado da UE.

**Âmbito:** A AMT abrange um período de 48 meses, desde a data de início do Programa: Dezembro de 2019 a Dezembro de 2024, altura em que a equipa de avaliação concluiu a recolha de dados. A avaliação também considerou eventos e contexto que podem ter moldado o Programa antes do arranque (incluindo a fase de conceção).

O âmbito temático da avaliação abrange a governação da biodiversidade em Moçambique e a conservação da biodiversidade nas províncias de Nampula e Zambézia e três áreas-alvo (Monte Mabu, Parque Nacional do Gilé<sup>5</sup> - PNAG e Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas - APAIPS), incluindo o apoio à subsistência das comunidades adjacentes.

O âmbito jurídico da intervenção é definido por: i) o 11.º FED e o seu regulamento financeiro, ii) o Acordo de Financiamento assinado entre o Governo de Moçambique e a UE FED/2019/040-054, iii) o orçamento-programa sob a responsabilidade da ANAC (1.ª componente) iv) o contrato estabelecido entre a UE e a BIOFUND, v) Convite à apresentação de propostas e projectos conexos e vi) contratos assinados pela BIOFUND com ONG parceiras de implementação, Consórcios de Investigação e outros parceiros (UCM e UNILURIO)

O âmbito geográfico da AMT abrange todo o território da primeira componente (Governação da biodiversidade) e as seguintes áreas-alvo (ver Mapa no **Anexo 6**):

- Monte Mabu: Localizado no Distrito de Lugela, Província da Zambézia.
- Parque Nacional do Gilé: Engloba partes dos distritos de Gilé e Pebane na Província da Zambézia.
- Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas (APAIPS): A área de conservação marinha e costeira abrange as regiões costeiras dos distritos de Angoche, Larde e Moma, na província de Nampula, e Pebane, na província da Zambézia.

Os Termos de Referência para a avaliação encontram-se em anexo no **Anexo 1**.

### 1.4 Metodologia de avaliação

A avaliação adoptou uma metodologia colaborativa e transparente alicerçada na Teoria da Mudança. Durante a fase inicial, a equipa de avaliação reviu e reconstruiu a Teoria da Mudança, que foi posteriormente aprovada pelo Grupo de Referência da Avaliação. Os resultados iniciais foram rigorosamente validados através de triangulação com múltiplas fontes de informação para garantir a sua fiabilidade. As provas recolhidas forneceram uma base sólida para o desenvolvimento das conclusões e recomendações da avaliação.

Foi adoptada uma abordagem metodológica mista para apoiar a recolha e análise de dados, abrangendo tanto métodos quantitativos (ou seja, indicadores de progresso para medir a eficácia) como métodos qualitativos. As ferramentas de recolha de dados incluíram revisões documentais,

<sup>4</sup> Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos

<sup>5</sup> Reserva Nacional de Gilé no momento da aprovação do projecto

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

entrevistas semi-estruturadas com as partes interessadas (por exemplo, DUE, BIOFUND, ANAC, parceiros de implementação, autoridades locais e beneficiários), discussões em grupos focais e visitas no terreno a áreas de conservação e observações directas das intervenções do programa. Esta abordagem foi complementada pela análise de programas semelhantes de conservação da biodiversidade e por revisões do sistema de monitorização.

As consultas às partes interessadas e os grupos focais permitiram a recolha de conhecimentos qualitativos sobre o desempenho do programa, os impactos nos meios de subsistência e as práticas de conservação. A triangulação assegurou a fiabilidade dos dados através da verificação cruzada de resultados de diferentes métodos, aumentando a robustez das conclusões e recomendações.

A metodologia de avaliação pormenorizada é descrita no **anexo 9**.

### 1.5 Desafios e limitações da avaliação

A avaliação enfrentou vários desafios e limitações, principalmente devido ao período pós-eleitoral sensível em Moçambique, que afectou a disponibilidade de parceiros institucionais. Apesar destas limitações, a equipa de avaliação demonstrou flexibilidade, planificando cuidadosamente as entrevistas, garantindo a confidencialidade e adaptando-se às circunstâncias de forma eficaz.

Um dos principais desafios encontrados durante a avaliação foi a turbulência política que afectou Moçambique durante a fase de trabalho de campo (Novembro de 2024). O curto espaço de tempo atribuído às visitas de campo, combinado com o difícil acesso e os desafios logísticos para chegar a áreas de conservação remotas, agravou ainda mais a questão. A equipa de avaliação demonstrou profissionalismo e adaptabilidade, priorizando as necessidades de avaliação ao mesmo tempo que abordava os riscos de segurança e completava com sucesso a missão, apesar destas dificuldades, tanto em Maputo como nas províncias. Para mitigar esses desafios, a equipa manteve uma estreita coordenação com parceiros de implementação e autoridades locais, avaliando cuidadosamente os riscos de segurança durante todo o processo. Para locais considerados inacessíveis, foram organizadas reuniões virtuais e desenvolvidos planos de contingência de colecta de dados. Uma segunda missão de campo foi organizada para a APAIPS, visto esta não ter sido alcançada durante a primeira missão.

A missão de avaliação também enfrentou condições climáticas desafiadoras. Embora as visitas ao local tenham sido agendadas para realização antes do início das chuvas previsto para o fim de Novembro, a missão foi apanhada por fortes chuvas nos últimos dois dias no Monte Mabu. No entanto, o trabalho de campo foi concluído com sucesso.

Outra limitação significativa foram os dados incompletos ou não confiáveis fornecidos pelos parceiros, especialmente nos níveis de resultado e impacto. Este problema foi atenuado através do detalhamento claro dos requisitos de dados no relatório inicial e da validação cruzada de informações de várias fontes.

Dados secundários, como o relatório independente ROM 2023, foram aproveitados para preencher lacunas críticas. A equipa tinha antecipado potenciais desafios relativamente à vontade das comunidades locais de participar no processo de avaliação. No entanto, as comunidades, os actores e os grupos de beneficiários mostraram-se altamente receptivos,

envolvendo-se aberta e entusiasticamente na avaliação, vendo-a como um exercício de aprendizagem colaborativa.

Para construir confiança e facilitar uma comunicação eficaz, a equipa de avaliação envolveu implementadores e empregou técnicas participativas, tais como discussões em grupos focais e monitorização da satisfação dos beneficiários. Estas medidas destinavam-se a garantir a inclusão e a aumentar a fiabilidade dos resultados da avaliação.

## 2 PERGUNTAS E RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

### 2.1 PA 1- Relevância do projecto: Em que medida o PROMOVE Biodiversidade tem sido relevante para as necessidades e prioridades dos beneficiários e das principais partes interessadas?

O programa PROMOVE Biodiversidade é altamente relevante para as prioridades nacionais, necessidades institucionais e compromissos internacionais, alinhando-se com o Plano Quinquenal de Governo de Moçambique (PQG 2020 – 2024), as estratégias de biodiversidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Apoia a conservação da biodiversidade, a gestão sustentável dos recursos e o desenvolvimento rural, colmatando lacunas na governação, na capacidade institucional e no envolvimento da comunidade.

Embora o programa atenda às necessidades dos beneficiários de meios de subsistência alternativos e melhores condições de vida, a relevância para a comunidade local foi diluída pelas intervenções em pequena escala e fragmentadas com alcance mínimo. O programa está bem alinhado com as prioridades da cooperação da UE, em especial no que se refere à promoção do desenvolvimento rural sustentável e à proteção da biodiversidade.

#### **Critério deajuizamento (CA) 1: Relevância para as prioridades nacionais, necessidades das instituições visadas, estratégias e planos para áreas protegidas e para planos para comunidades locais.**

O programa PROMOVE Biodiversidade demonstra um forte alinhamento com as prioridades nacionais, as necessidades das instituições, estratégias e planos específicos para as áreas protegidas e as prioridades das comunidades locais.

A nível institucional, o programa está estreitamente alinhado com os objectivos, necessidades e prioridades das principais partes interessadas, incluindo o Ministério da Terra e Ambiente (MTA), ANAC, Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP), BIOFUND e autoridades governamentais provinciais e distritais. Todas as partes interessadas entrevistadas a nível nacional, provincial e distrital expressaram uma percepção clara e uma apreciação positiva da relevância do programa. O programa está alinhado e contribui para as prioridades do PQG 2020 - 2024, em particular para a prioridade 3 – Reforçar a gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

A revisão das principais estratégias nacionais de biodiversidade, como a Estratégia Nacional de Biodiversidade e o Plano de Ação de Moçambique (NBSAP 2015 - 2035)<sup>6</sup> e a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas<sup>7</sup> confirma que o programa está totalmente alinhado com as prioridades estratégicas nacionais de Moçambique. O PROMOVE Biodiversidade apoia directamente os compromissos de Moçambique no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), abordando os objectivos centrais de conservação da biodiversidade, utilização sustentável dos recursos naturais e partilha equitativa dos benefícios derivados da biodiversidade. Contribui igualmente para a consecução dos objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apoiando a gestão sustentável dos recursos naturais (nos ecossistemas marinhos e costeiros – ODS 14, nos ecossistemas terrestres – ODS 15), reforçando a resiliência aos impactos das alterações climáticas (ODS 13), erradicação da pobreza (ODS 1), erradicação da fome, alcançada segurança alimentar, melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável (ODS 2), alcance da igualdade do género e capacitação das mulheres e das raparigas (ODS 5) e assegura um consumo sustentável e padrões de produção (ODS 12),

O programa abordou lacunas críticas na capacidade institucional, estruturas de governança e envolvimento da comunidade na conservação da biodiversidade. Ao focar-se na gestão de áreas protegidas, no uso sustentável de recursos e na conservação participativa, alinha-se com o mandato da ANAC e o seu plano estratégico 2015-2024<sup>8</sup> e com o papel do BIOFUND<sup>9</sup> no financiamento da protecção da biodiversidade.

As autoridades distritais e provinciais destacaram a integração dos objectivos de biodiversidade do programa na governação local, refletindo as políticas de descentralização delineadas na Estratégia de Desenvolvimento Local.

O programa também promove a agricultura sustentável, fontes alternativas de renda e práticas participativas de conservação, demonstrando pertinência e relevância tanto para a protecção ambiental quanto para a redução da pobreza. Estas actividades alinham-se com a Estratégia de Desenvolvimento Rural de Moçambique<sup>10</sup> e com as prioridades da ANAC para a conservação de base comunitária.

No entanto, a nível local, embora o programa esteja alinhado com os planos para áreas de conservação e suas zonas tampão, a ausência de planos de desenvolvimento e conservação claramente definidos<sup>11</sup> enfraquece significativamente a sua relevância para as prioridades locais. No caso da APAIPS, embora a intervenção se destine a reduzir a pressão sobre a pesca e outros

---

<sup>6</sup> A Estratégia Nacional e Plano de Acção de Biodiversidade (NBSAP) enfatiza a importância de melhorar a gestão das áreas protegidas e o uso sustentável dos recursos da biodiversidade

<sup>7</sup> A Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas destaca a necessidade de integrar a resiliência climática na governação local e no envolvimento da comunidade

<sup>8</sup> O plano estratégico da ANAC sublinha a governação em áreas protegidas e as obrigações de Moçambique no âmbito da CITES para combater o tráfico de vida selvagem e o comércio ilegal (Plano Estratégico ANAC 2015-2024).

<sup>9</sup> O programa abordou lacunas críticas na capacidade institucional, estruturas de governança e envolvimento da comunidade na conservação da biodiversidade. Ao focar na gestão de áreas protegidas, no uso sustentável de recursos e na conservação participativa, está alinhado com o mandato da ANAC e seu plano estratégico 2015-2024. Também apoia o papel evolutivo da BIOFUND como um fundo fiduciário de conservação cada vez mais focado em mecanismos de financiamento inovadores, mobilização de recursos e estratégias de desembolso eficazes, conforme articulado em seu plano estratégico 2023-2027.

<sup>10</sup> A Estratégia de Desenvolvimento Rural destaca o papel da melhoria sustentável dos meios de subsistência na redução das pressões ambientais nas áreas de conservação (Estratégia de Desenvolvimento Rural 2020-2025).

<sup>11</sup> A avaliação evidenciou a falta de planos territoriais adequadamente desenvolvidos para as zonas-tampão do PNAG, Monte Mabu e APAIPS. Apenas a PNAG desenvolveu até agora, com o apoio do Programa, um plano de manejo abrangente para a área protegida (Plano de Maneio, 2024). A avaliação avalia o programa como plenamente pertinente para este plano.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

recursos costeiros e marinhos, a avaliação não encontrou uma ligação clara entre o apoio das comunidades do interior em Pebane e os objectivos de conservação estabelecidos para esta área de conservação.

#### CA 2 Relevância para a população-alvo Necessidades e prioridades

O PROMOVE Biodiversidade é relevante para as necessidades e prioridades da população-alvo. Em todas as comunidades visitadas, existe uma forte e urgente necessidade expressa pelas populações locais de melhorar as suas condições de vida e de encontrar fontes alternativas de renda, uma vez que os seus meios de subsistência foram e ou serão afetados por um menor acesso aos recursos naturais das áreas protegidas.

A análise das actividades do programa evidenciou, em geral, a sua plena relevância para as necessidades dos beneficiários. Poucas exceções foram evidenciadas pelas visitas e interações dos avaliadores com os agricultores-alvo: na componente de meios de subsistência, o sistema de e-voucher, o registo na FAO e o acesso a sementes certificadas não se alinharam com as necessidades dos pequenos agricultores. O registo da FAO não era uma prioridade para os agricultores, uma vez que não proporcionava benefícios imediatos nem respondia às suas preocupações principais. Os e-vouchers não eram necessários, uma vez que os agricultores preferiram o apoio directo ou o acesso tradicional ao mercado em detrimento das transações digitais. Além disso, as sementes certificadas são demasiado caras e, muitas vezes, inadequadas para as condições agrícolas locais.<sup>12</sup>

Apesar deste alinhamento, a resposta do programa para dar resposta a estas necessidades tem sido fragmentada, funcionando a uma escala reduzida e não estratégica. As intervenções atingiram apenas uma proporção mínima da população-alvo (em alguns casos tão baixa quanto 1%), com benefícios mínimos e retardados e replicação limitada entre comunidades. Estes factores enfraquecem significativamente a relevância do programa para as prioridades locais.

#### CA 3 Relevância para as Prioridades de Cooperação da UE em Moçambique

O Programa PROMOVE Biodiversidade está alinhado com [o Programa Indicativo Nacional da União Europeia \(PIN 2014-2020\)](#) e [com o PIP 2021-2024](#), nomeadamente no âmbito do Desenvolvimento Rural. Este alinhamento é evidente na ênfase do programa na conservação da biodiversidade e nos meios de subsistência sustentáveis, que contribuem directamente para melhorar a segurança alimentar, a nutrição e a competitividade rural<sup>13</sup>. Os objectivos do PROMOVE Biodiversidade de conservação da biodiversidade e promoção de meios de subsistência sustentáveis nos principais ecossistemas de Moçambique contribuem directamente para estes objectivos. Ao apoiar a gestão de áreas protegidas e envolver as comunidades locais

---

<sup>12</sup> Nota dos avaliadores: o apoio às sementes certificadas é avaliado como marginalmente relevante para as prioridades dos agricultores, uma vez que as sementes certificadas são demasiado dispendiosas para os agricultores visados e os agricultores poderão explorar apenas uma parte do seu potencial produtivo. Sementes adaptadas e melhoradas para multiplicação local ofereceriam um mecanismo mais adaptado às necessidades dos agricultores.

<sup>13</sup> As secções do Programa Indicativo Nacional (PIN) da UE para Moçambique (2014-2020) que apoiam a relevância do Programa PROMOVE Biodiversidade incluem: i) Secção 3.3 – Sector Focal 1: Desenvolvimento Rural; Esta secção destaca a prioridade da UE de "reforçar a segurança alimentar, a nutrição e a competitividade rural", promovendo simultaneamente a gestão sustentável dos recursos naturais. ii) Ponto 3.3.1 – objectivos Específicos; No âmbito do Desenvolvimento Rural, o PIN especifica objectivos para melhorar a resiliência e a gestão sustentável dos recursos naturais, reforçando simultaneamente as oportunidades económicas rurais. iii) Ponto 3.3.3 – Resultados Esperados; Esta secção descreve os resultados esperados, tais como "uma melhor gestão sustentável dos recursos naturais, uma melhor integração da conservação da biodiversidade nas economias rurais e um maior envolvimento da comunidade". As áreas protegidas, o combate ao tráfico de vida selvagem e o envolvimento das comunidades contribuem directamente para alcançar esses resultados.

na utilização sustentável dos recursos, o programa aborda o objectivo do PIN de melhorar a segurança alimentar e o estado nutricional, bem como aumentar a competitividade rural. Além disso, os esforços para combater o tráfico de vida selvagem e promover meios de subsistência sustentáveis inclusivos alinham-se com a ênfase do PIN na promoção de modelos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis.

## **2.2 PA 2 – Coerência: Em que medida o Programa PROMOVE se enquadra e interage com outras políticas, iniciativas e projectos da UE, tanto em Moçambique como a nível externo?**

O programa PROMOVE Biodiversidade está alinhado com as políticas da UE, incluindo o Green Deal, a Estratégia de Biodiversidade para 2030 e o GCCA+, bem como com iniciativas internacionais como o AFR100 e o Fundo de Acção Azul, com foco na conservação da biodiversidade, resiliência climática e meios de subsistência sustentáveis.

Embora concebido para complementar iniciativas como o MozBio e o PROMOVE Agribiz, a sua capacidade operacional para estabelecer sinergias significativas com outros programas, particularmente na agricultura e no desenvolvimento local, tem sido limitada. Foi alcançada alguma continuidade com os esforços de conservação anteriores, mas a colaboração global e os quadros partilhados devem ser melhorados.

### **CA 1 Coerência com outras iniciativas da UE ou internacionais na Região ou em Moçambique**

O PROMOVE Biodiversidade demonstra uma forte coerência com as iniciativas globais e regionais da UE que promovem as prioridades ambientais, climáticas e de desenvolvimento. Centra-se na conservação da biodiversidade impulsionada pela comunidade, está alinhado e apoia o Pacto Ecológico da UE,<sup>14</sup> com ênfase em soluções baseadas na natureza para a resiliência climática e o desenvolvimento sustentável.

- A intervenção contribui para a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, apoiando a restauração de ecossistemas degradados, a preservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais, apoiando directamente os objectivos da estratégia.
- O programa também contribui para a Aliança Global da UE contra as mudanças climáticas (GCCA+) através da integração de medidas de adaptação às mudanças climáticas, em especial através da proteção de zonas ricas em biodiversidade que servem de amortecedores climáticos.<sup>15</sup> Ambas as iniciativas promovem o reforço da resiliência em comunidades vulneráveis, apoiando simultaneamente o desenvolvimento sustentável.
- A nível regional, o PROMOVE Biodiversidade alinha-se com iniciativas como a Iniciativa Africana de Restauração da Paisagem Florestal (AFR100)<sup>16</sup> e o *Blue Action Fund*<sup>17</sup>, enfatizando

<sup>14</sup> O Pacto Ecológico da UE é uma estratégia abrangente que visa tornar a Europa neutra em termos climáticos até 2050, centrando-se na redução das emissões de gases com efeito de estufa, na proteção da biodiversidade, na promoção da energia sustentável e na promoção de uma economia circular para assegurar uma transição verde e inclusiva

<sup>15</sup> Exemplo: esforço da APAIPS para restaurar o ecossistema de mangais para mitigar a erosão costeira

<sup>16</sup> A Iniciativa Africana de Restauração da Paisagem Florestal (AFR100) é um esforço para restaurar 100 milhões de hectares de terras desmatadas e degradadas na África até 2030, promovendo a resiliência climática, a biodiversidade e meios de subsistência sustentáveis.

<sup>17</sup> O *Blue Action Fund* como um mecanismo de financiamento que apoia iniciativas de conservação marinha e costeira, com foco na proteção da biodiversidade, meios de subsistência sustentáveis e resiliência climática em países em desenvolvimento,

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

a conservação, restauração e meios de subsistência sustentáveis em ecossistemas costeiros e marinhos.

### CA 2 Ligações a outros programas e sectores que afetam os meios de subsistência e a biodiversidade

O Documento de Acção prevê oportunidades de complementaridades e sinergias com outros Programas da UE e iniciativas internacionais, como o MozBio, o Programa Paisagístico e o Programa de Investimento Florestal (FIP). Prevê igualmente a colaboração com programas da sociedade civil, como o PAANE II e a Aliança Global para as Mudanças Climáticas+ (GCCA+).<sup>18</sup>

O Programa deu continuidade a iniciativas anteriores que financiaram esforços de conservação no Monte Mabu (por exemplo, iniciativas implementadas por *Iniciativas de Terras Comunitárias* – iTC e Justiça Ambiental), PNAG (por exemplo, várias iniciativas implementadas pelo IGF, COSV, Etc Terra, entre outras organizações) e APAIPS (por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul e Fundo Global para Recifes de Coral). No entanto, os contratos de implementação (entre a UE e a BIOFUND e os subcontratos da BIOFUND com os parceiros de implementação) não procuraram activamente nem capitalizaram sinergias e complementaridades com estas iniciativas. A avaliação não evidenciou sinergias significativas nem colaboração com outros programas, como o Justiça Ambiental no Monte Mabu, o PAANE II ou o MozBio.<sup>19</sup>

Além disso, foram estabelecidas interacções limitadas e quadros de governação partilhados com o PROMOVE Agribiz, apesar da sobreposição de áreas geográficas (zona tampão do PNAG PNAGe Monte Mabu). A UE e a BIOFUND apoiaram o estabelecimento de ligações com a FAO e o PROMOVE Agribiz na zona tampão do PNAG PNAGe no Monte Mabu, no pressuposto de que objectivos comuns seriam benéficos para o PROMOVE Biodiversidade.<sup>20</sup>

De um modo geral, a capacidade do PROMOVE Biodiversidade para estabelecer sinergias significativas com outras intervenções em sectores relacionados, como conservação, desenvolvimento agrícola, agroprocessamento, desenvolvimento da cadeia de valor, ecoturismo, infraestruturas e energias renováveis, tem sido muito limitada ou inexistente.

Embora o alinhamento com as prioridades da UE e regionais exista a nível estratégico, a operacionalização das parcerias e dos quadros de governação partilhada pode ser consideravelmente melhorada.

---

particularmente em regiões costeiras vulneráveis. "A acção visa "colmatar lacunas" e otimizar complementaridades com acções em curso durante o período da sua concepção, especialmente com os programas apoiados pelo Banco Mundial (projecto MozBio no antigo programa RNG, Programa Landscape/Sustenta e Programa de Investimento Florestal (FIP), com o projecto IGF e o projecto financiado pela UE na antiga RNG (terminando em Dezembro de 2019), WWF-CARE na APAIPS, e Justiça Ambiental, Alliance Earth/BOM no Monte Mabu. Estão também previstas potenciais sinergias entre esta acção e outros futuros programas de desenvolvimento rural e da sociedade civil do 11.º FED da UE (PAANE II), bem como com o futuro apoio à resiliência climática da Aliança Global para as Alterações Climáticas + (GCCA+), visando as mesmas províncias (mas não necessariamente os mesmos distritos).

<sup>18</sup> Documento de Acção Documento de Acção para "Acções em matéria de biodiversidade para Moçambique no âmbito do 11º FED - PROMOVE Biodiversidade", secção 3.2 Complementaridade, sinergia e coordenação dos doadores:

<sup>19</sup> Nota dos avaliadores: Durante a implementação do PROMOVE Biodiversidade, a MozBio deixou de apoiar o PNAG, focando-se noutras áreas de conservação.

<sup>20</sup> Os objectivos comuns dos dois programas incluem: 1) a melhoria das práticas agrícolas sustentáveis, 2) o reforço da resiliência local e 3) a promoção da gestão dos recursos naturais de base comunitária

## **2.3 PA 3 – Eficácia: Em que medida a intervenção contribuiu para os resultados esperados relacionados com o quadro de governação da conservação e para as três áreas visadas?**

A eficácia é avaliada para cada uma das quatro áreas de intervenção<sup>21</sup> estabelecidas no âmbito do programa PROMOVE Biodiversidade: Apoio à ANAC (OE 1, PA 3.1), Parque Nacional do Gilé (OE 2, PA 3.2), Monte Mabu (OE 2, PA 3.3), APAIPS (OE 2, PA 3.4) e uma secção adicional dedicada à análise de prioridades transversais (PA 3.5).<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Cada um dos 4 projectos corresponde a um contrato principal estabelecido no âmbito do Programa, com responsabilidades específicas delegadas aos implementadores. No contexto desta avaliação, as palavras projecto ou intervenção são utilizadas como sinónimos

<sup>22</sup> O quadro de avaliação para a análise da eficácia está alinhado com o quadro lógico ajustado e com os aditamentos contratuais aprovados em junho de 2024 (ver anexo)

O programa PROMOVE Biodiversidade contribuiu parcialmente para os resultados esperados relacionados com o quadro de governação da conservação nas áreas visadas, mas a sua eficácia global é mista entre as quatro componentes.

**Governação da Conservação Reforçada:** O programa apoiou os principais instrumentos nacionais de conservação, incluindo a conformidade de Moçambique com os regulamentos da CITES e iniciativas de capacitação para a ANAC e partes interessadas. As realizações incluem a aprovação do regulamento CITES atualizado e melhores capacidades de produção de relatórios, tais como a preparação interna de relatórios do **Plano de Ação Nacional para o Marfim e o Rinoceronte (NIRAP)**. No entanto, a conceção carecia de uma abordagem estratégica da governação e desafios como a fraca integração com outras componentes do programa, o financiamento limitado e as lacunas de capacidade impediram um maior progresso. As sinergias entre a ANAC e a BIOFUND não foram efetivamente alavancadas.

**Áreas de Conservação Alvo:**

**Parque Nacional de Gilé (GNAP):** Esforços significativos em infraestrutura, fiscalização e reintrodução da vida selvagem melhoraram a gestão do parque e os esforços contra a caça furtiva. No entanto, o apoio à subsistência da comunidade não foi integrado com atividades de conservação, e questões como caça furtiva, queimadas descontroladas e conflitos entre humanos e vida selvagem continuam sendo desafios persistentes.

**Monte Mabu:** O progresso para o estabelecimento de uma área de conservação gerida pela comunidade incluiu demarcação dos limites, instalações de infra-estruturas básicas e estruturas de governança participativa. No entanto, as capacidades muito fracas das comunidades locais, incluindo da Associação CONSERVAMABU, o atraso na implementação e o apoio fragmentado a meios de subsistência sustentáveis limitaram a eficácia.

**APAIPS:** Os primeiros resultados indicam progressos no reforço da capacidade institucional, da sensibilização da comunidade e dos mecanismos de fiscalização. O recrutamento dos fiscais é uma realização fundamental, mas as lacunas na sustentabilidade financeira e no apoio a meios de subsistência alternativos continuam a ser obstáculos significativos.

**Prioridades transversais:** O programa incorporou a igualdade de género, os direitos humanos e a gestão sustentável dos recursos naturais, mas os esforços foram limitados em termos de âmbito e impacto. Embora tenham-se registado alguns progressos em matéria de igualdade de género e de promoção de práticas amigas do ambiente, as iniciativas mais amplas para abordar questões estratégicas, como a restauração de áreas degradadas e a governação inclusiva, não foram suficientemente prioritárias.

O programa deu contribuições notáveis para fortalecer a governação e a conservação em áreas específicas, mas foi limitado por uma integração estratégica limitada, subfinanciamento e apoio fragmentado aos meios de subsistência. A eficácia a longo prazo exigirá colmatar lacunas estruturais, aumentar a participação da comunidade e promover a sustentabilidade na governação e nos meios de subsistência.

### 2.3.1 CA 3.1 Eficácia do projecto de fortalecimento da Governança da ANAC

---

O apoio à ANAC proporcionou contribuições significativas para importantes instrumentos de governação da conservação, incluindo o Plano de Ação Nacional para o Marfim e o Rinoceronte (NIRAP), o programa de Monitorização do Abate Ilegal de Elefantes (MIKE) e o Sistema de Informação sobre o Comércio de Elefantes (ETIS). Registaram-se progressos no desenvolvimento de instrumentos jurídicos alinhados com a CITES, reforçando o cumprimento das obrigações da CITES e a capacidade de produção de relatórios. O Regulamento CITES de Moçambique, harmonizado com o Secretariado da CITES, foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Dezembro de 2024. Trata-se de um passo crucial para a atualização da legislação do país para a Categoria I da CITES. As actividades de capacitação fortaleceram o quadro institucional da ANAC, proporcionando formação à funcionários governamentais e partes interessadas a nível nacional, provincial e distrital sobre o cumprimento do protocolo da CITES. Através da formação, o projecto contribuiu para o aumento da capacidade da ANAC na produção de relatórios.<sup>23</sup> No entanto, a componente teve um impacto limitado no reforço da governação da conservação a nível nacional e local. Embora o documento de ação tenha inicialmente identificado a ANAC como uma componente fundamental, a intervenção ofereceu principalmente assistência orçamental para actividades de valor estratégico limitado. A concepção do programa e os contratos implementados com a BIOFUND e os seus parceiros de implementação não estabeleceram ligações adequadas entre os esforços nacionais e os projectos-piloto na Zambézia e Nampula. A avaliação encontrou margem para uma melhor integração da componente implementada pela ANAC com a componente implementada pela BIOFUND e oportunidades para apoio acumulado em áreas relacionadas com o reforço de capacidades, coordenação sectorial, gestão descentralizada e melhoria do ambiente propício à conservação, reformas e governação.

Desafios como mudanças na liderança da ANAC, coordenação institucional, rotatividade de pessoal, mudanças do pessoal da ANAC envolvido na implementação do projecto e recursos humanos e técnicos limitados impediram progressos mais substanciais.

Esta componente reduziu um défice financeiro do Estado, através do financiamento de actividades relacionadas com áreas específicas do mandato da ANAC, nomeadamente apoiando o alinhamento dos compromissos de Moçambique com a CITES. No entanto, a concepção da componente incluía as necessidades imediatas naquele momento, não visava especificamente reforçar a governação da conservação a nível nacional e/ou local através de uma abordagem sistémica e abrangente.

A formulação foi inadequada, faltando a avaliação das capacidades e lacunas da ANAC, a análise da sua capacidade de implementação e riscos, a adequação do cronograma e dos recursos financeiros às mudanças esperadas, ignorando a necessidade de apoio especializado de assistência técnica para apoiar capacidades e implementação financeira.

A concepção desta componente não aproveitou a oportunidade para criar sinergias com outras componentes do programa para as três áreas visadas. A concepção não aborou o risco de duplicação de responsabilidades na implementação de actividades de conservação entre a

---

<sup>23</sup> Por exemplo, atualmente a ANAC elabora internamente os relatórios NIRAP, ultrapassando o desafio anterior de dependência por consultores externos.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

ANAC e a BIOFUND e não encontrou soluções adequadas para construir sinergias entre as duas instituições.

O desenho da componente não aproveitou a oportunidade para promover uma parceria forte e estratégica da UE e da comunidade internacional com a ANAC para alavancar o financiamento para a biodiversidade e reformas e apoiar a nível macro a melhoria do ambiente propício com estratégias nacionais, quadro legislativo e regulamentar que a longo prazo podem ter impactado na biodiversidade e conservação de Moçambique.

A componente não inclui um mecanismo de monitorização das alterações relacionadas com a governação nacional e local e a obtenção dos resultados do programa. Os pontos seguintes evidenciam os progressos alcançados para as subcomponentes a nível nacional (CA 3.1 a) e local (CA 3.1 b).<sup>24</sup>

A avaliação encontrou evidências de progressos no reforço do quadro de governação, tanto a nível nacional como local. Além disso, tem havido algum desenvolvimento na melhoria dos modelos de cogestão.<sup>25</sup>

#### R.1 Quadro de governação a nível nacional

A nível nacional, os progressos incluem a modernização do quadro regulamentar, o reforço das capacidades dos actores relevantes para a implementação da CITES e melhorias nos sistemas de inventário e nas instalações de armazenamento de produtos da CITES.

**Atualização do quadro regulamentar**<sup>26</sup> Como resultado do apoio do programa, o regulamento atualizado da CITES em Moçambique, harmonizado com o Secretariado da CITES, foi oficialmente aprovado pelo Governo de Moçambique.

Como parte dos esforços de capacitação, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), designada como Autoridade Científica da CITES de Moçambique, recebeu formação nos procedimentos e preparação de Constatações Não Prejudiciais (NDF). Esta capacidade nacional melhorada permitiu a conclusão de NDF de três espécies de madeira<sup>27</sup> que foram subseqüentemente incluídas no anexo II da CITES durante a COP19. No entanto, o cumprimento dos requisitos de NDF continua a ser limitado pela falta de um inventário nacional actualizado<sup>28</sup> e exaustivo das espécies da flora e fauna<sup>29</sup>. Além disso, o cumprimento integral exigirá etapas adicionais, o que atrasa a reclassificação do país para a Categoria I da CITES. A CITES solicitou uma NDF também para o pau-preto africano (*Dalbergia melanoxylon*) e a elaboração de uma quota conservadora para Moçambique, enfatizando a necessidade de capacidade científica adicional. Este e outros requisitos não cumpridos atrasam a reclassificação do país para a categoria I da CITES.

<sup>24</sup> Estas conclusões são apoiadas pela análise da equipa de avaliação dos relatórios de progresso da ANAC, entrevistas com o pessoal da ANAC e entrevistas com o pessoal da Delegação da UE. Além disso, a análise é apoiada por informações recolhidas a nível local nas três áreas visadas.

<sup>25</sup> Estas conclusões são apoiadas pela análise da equipa de avaliação dos relatórios de progresso da ANAC, entrevistas com o pessoal da ANAC e entrevistas com o pessoal da Delegação da UE. Além disso, a análise é apoiada por informações recolhidas a nível local nas três áreas visadas.

<sup>26</sup> O Documento de Ação esperava com este resultado a plena implementação dos regulamentos CITES e o cumprimento sistemático, incluindo a finalização dos procedimentos operacionais padrão e a obtenção do estatuto de Categoria I da CITES.

<sup>27</sup> Chanfuta/pod mahogany – *Azelia quanzensis*, Umbaua/Red Mahogany – *Khaya Nyasicae Umbila/African teak* – *Pterocarpus angolensis*

<sup>28</sup> Os recenseamentos nacionais existentes sobre a flora e fauna estão desatualizados

<sup>29</sup> O último censo de elefantes em Moçambique foi concluído em 2018. O próximo censo está previsto para 2025 com possível apoio da Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI).

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

No âmbito do programa de Monitorização do Abate Ilegal de Elefantes (MIKE), registam-se progressos nos três locais do MIKE<sup>30</sup>. Doze relatórios sobre a implementação do MIKE foram apresentados à Convenção de 2020 a 2023, correspondendo a um relatório para cada local por ano. Foram também apresentados à CITES, relatórios sobre os progressos realizados na implementação do NIRAP, bem como o relatório sobre o Sistema de Informação sobre o Comércio de Elefantes (ETIS) para 2022 e 2023. De acordo com a ANAC, a qualidade dos relatórios e o cumprimento do calendário de relatórios foram melhorados dentro da ANAC através do apoio do programa.

Foi criado um grupo de diálogo interministerial para promover o diálogo político permanente. No entanto, o diálogo continua a ser segmentado a nível político, administrativo e científico, com necessidade de maior integração. O programa apoiou o desenvolvimento de dois importantes documentos de âmbito nacional:

- *Normas complementares de mecanismos de gestão das áreas de conservação comunitária*
- *Regulamento de Parceria de Gestão Colaborativa das áreas de Conservação (Decreto nº 52/2024, de 18 de Julho)*

Entre os principais desafios pendentes que limitam a realização de novos progressos contam-se:

- Um orçamento limitado e mecanismos de execução lentos (ver análise mais aprofundada na PA 4, eficiência).
- É necessário apoio científico adicional para uma cobertura mais ampla das espécies.
- Falta de um censo nacional da biodiversidade para apoiar o cumprimento de NDF e uma cobertura mais ampla das espécies.
- Necessidade de estabelecer um arquivo para o conhecimento institucional.
- Finalizar a institucionalização da Autoridade Científica.<sup>31</sup>

**Reforço das capacidades dos actores da CITES.** No âmbito deste resultado, foram realizadas várias actividades de formação:

- Capacitação sobre CITES, com sessões de formação (de 3 a 5 horas cada), implementadas a nível provincial. A formação foi realizada com o apoio dos serviços provinciais do ambiente<sup>32</sup> e a coordenação com os governadores das províncias e o secretário de Estado, os municípios e as autoridades distritais. A formação abrangeu até à data 881 participantes (73,4 % da meta revista),<sup>33</sup> incluindo funcionários governamentais, funcionários aduaneiros, polícia de proteção dos recursos naturais e do ambiente, procuradores, funcionários dos serviços de imigração, polícia guarda-fronteira, serviços nacionais de investigação criminal e líderes comunitários. A formação abrangeu as disposições da CITES e os regulamentos. Este exercício de desenvolvimento de capacidades é avaliado positivamente pelos funcionários da ANAC, incluindo resultados positivos relacionados com a melhoria da coordenação a nível local, uma maior sensibilidade e capacidades sobre os assuntos da CITES e visibilidade e apreciação positivas da ANAC a nível local<sup>34</sup>;

<sup>30</sup> Parque Nacional do Limpopo, distrito de Magoe – Parques Nacionais de Magoe e unidade de Chintopo do programa comunitário Tchuma Tchato e Reserva Especial do Niassa

<sup>31</sup> Regulamento aprovado em dezembro de 2024

<sup>32</sup> Serviços Provinciais do Ambiente (SPA)

<sup>33</sup> A meta inicial de 2000 formandos foi posteriormente reduzida para 1200 (Entrevista com a ANAC).

<sup>34</sup> Ibidem

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- Criação de 5 grupos de autoridade científica. Foram constituídos dois comités científicos (comité de plantas e comité animal) integrando especialistas de quatro universidades (UEM, UP, UniZambeze e UniLúrio), abrangendo as três regiões geográficas do país (sul, centro e norte), reforçando a base científica para a implementação da CITES. O aumento do número de universidades envolvidas assegurou a representação e domesticação em todo o país, ampliou a capacidade de gerar conhecimento científico necessário para fornecer aconselhamento para a tomada de decisões pela Autoridade Administrativa (AA). A Autoridade Científica é liderada pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM). No entanto, a sua institucionalização está ainda por concluir através da disponibilização de gabinete adequado e de recursos básicos para o seu funcionamento.
- Participação em eventos nacionais de coordenação da CITES. Neste aspecto, o Programa apoiou uma reunião de um 1 dia da Comissão.
- Criação de um Secretário Permanente da Autoridade Científica (AC) ligado à Comissão Nacional. A plena concretização e consolidação destes resultados exige o fortalecimento da AC através da sua institucionalização.
- Um curso de pós-graduação para um técnico da ANAC na Escola da Andalucia foi cancelado, alegadamente por flexibilidade limitada do Programa do curso
- Mentoria: a primeira foi implementada e a segunda cancelada.
- Apoio às reuniões de apoio dos comités de plantas e animais.
- Apoio à participação da ANAC na Comissão Permanente da Conferência das Partes (COP 19) da CITES.
- Apoio à participação nas reuniões da SADC e da União Africana, nas actividades preparatórias e na coordenação e harmonização regional e continental na tomada de decisões relativas à implementação da CITES.

De um modo geral, estas actividades são consideradas valiosas e contribuem positivamente para o desenvolvimento de capacidades para a conformidade com a CITES e permitem à ANAC implementar parte do seu mandato. No entanto, o seu impacto no reforço da governação nacional em matéria de conservação parece limitado e não está suficientemente centrado na eficácia a longo prazo.

A ANAC mostra como o desenvolvimento de capacidades não foi acompanhado pela monitorização dos resultados e como o âmbito das actividades de formação é significativamente limitado pelos recursos financeiros.

**Melhoria dos sistemas de inventário e infra-estruturas de armazenamento.** Para fazer face a incidentes anteriores de roubo de marfim apreendido, esta iniciativa visava estabelecer infra-estruturas de armazenamento seguras, adquirir o equipamento necessário, implementar sistemas de segurança digital e criar um inventário das apreensões de caçadores furtivos. Embora o plano inicial fosse criar três armazéns, os cortes orçamentais levaram à redução para um único armazém regional. Apesar desta limitação, registaram-se alguns progressos, incluindo a recolha segura e catalogação de 2.610 kg de marfim e 68 kg de cornos de rinoceronte. Além disso, estão a ser desenvolvidos procedimentos para o manuseamento dos produtos CITES, tendo sido contratado um consultor para finalizar os procedimentos operacionais padrão para o efeito.

Espera-se que a recolha, o inventário, a catalogação e o armazenamento seguro de marfim e de outros artigos relacionados com a CITES reduzam a sua vulnerabilidade ao roubo. No entanto,

a lentidão dos mecanismos e os atrasos processuais têm impedido progressos atempados na obtenção destes resultados.

A dependência de instalações de armazenamento adicionais como abordagem principal para lidar com o roubo parece ter eficácia limitada. Estratégias alternativas, como a destruição das apreensões<sup>35</sup> e a implementação de um inventário de ADN e de um sistema de localização (ver análise no **anexo 10**), não foram exploradas na concepção do programa, deixando lacunas críticas na abordagem abrangente dos desafios subjacentes.

**Nota:** Alegadamente, a possibilidade de destruição de apreensões de marfim e cornos de rinoceronte não foi estudada por falta de consenso a nível político. No entanto, esta falta de consenso político num contexto de lacunas significativas em matéria de governação e transparência pode ser interpretada como um indicador de um empenhamento político limitado nos objetivos da conservação da biodiversidade.

A cooperação da UE pode questionar-se sobre se o seu apoio financeiro às instalações de armazenamento pode ser contraproducente na sua tentativa de reforçar o empenhamento nacional na luta contra a caça furtiva e o tráfico de marfim.

## R. 2 Quadro de governação a nível local

A nível local, esta componente visava promover a participação da comunidade na gestão das áreas de conservação, também através da criação e reforço de Conselhos e Comitês de Gestão para aumentar o envolvimento local na tomada de decisões e na governação das áreas de conservação. No entanto, este resultado, que é da responsabilidade da ANAC, não esteve directamente ligado à componente BIOFUND nem às iniciativas nas três áreas de implementação. Esta lacuna de concepção limitou significativamente o potencial para melhorar as experiências do PROMOVE Biodiversidade a nível local. Além disso, restringiu oportunidades para fortalecer a apropriação e o compromisso da ANAC com estruturas de governação e modelos de parceria nessas áreas.

**Envolvimento com a comunidade.** Um dos principais resultados do programa foi o apoio à concepção de "*Normas complementares de mecanismos de gestão das áreas de conservação comunitária*" aprovadas pelo Ministro da Terra e do Ambiente. Este documento destina-se a orientar a relação entre as comunidades locais, o Estado, o sector privado e os parceiros de desenvolvimento através de uma estrutura de gestão comunitária que melhorará a comunicação e a participação das comunidades locais na tomada de decisões. A elaboração deste documento foi precedida de visitas de funcionários da ANAC à Namíbia e ao Botsuana para partilhar experiências de envolvimento da comunidade na conservação. Para evitar sobreposições com parceiros de implementação em outras áreas-piloto do programa, a ANAC concentrou as actividades de envolvimento da comunidade na APAIPS. As actividades incluíram a revitalização

<sup>35</sup> Vários países africanos realizaram eventos públicos de destruição de marfim para combater a caça furtiva de elefantes e o comércio ilegal de marfim, demonstrando empenho na conservação da vida selvagem. Exemplos notáveis incluem o Quênia: em 1989, o Quênia realizou a primeira queima de marfim, destruindo 12 toneladas de marfim para sinalizar seu compromisso com a conservação dos elefantes. O maior evento ocorreu em 2016, com a incineração de 105 toneladas de marfim; Chade: Em 2014, durante o 50º aniversário do Parque Nacional de Zakouma, o Chade queimou uma tonelada de presas de elefante para desencorajar a caça furtiva. Nigéria: Em 2022, a Nigéria destruiu aproximadamente 2,5 toneladas de marfim apreendidas em Abuja, marcando seu primeiro esmagamento de marfim para combater o comércio ilegal de marfim.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

de comités de gestão de recursos comunitários (CGRNs) e a disseminação de práticas de conservação para cerca de 300 participantes.

**Modelos melhorados de cogestão:** O documento de ação previu o desenvolvimento e a implementação de quadros de cogestão e parcerias em várias áreas de conservação.<sup>36</sup> No âmbito do quadro lógico revisto, foi aprovada pelo Conselho de Ministros o *Decreto n.º 52/2024 – Regulamento de Parceria de Gestão Colaborativa das áreas de Conservação*, que enquadra as parcerias entre os sectores público e privado, as organizações da sociedade civil e as comunidades locais na gestão das áreas de conservação. A discussão em curso do acordo de co-gestão para o PNAG e o esforço para encontrar um parceiro de co-gestão para a APAIPS são norteados por este documento. Os atrasos no alcance de um acordo entre a ANAC e o IGF estão a afetar negativamente a gestão do PNAG, ao reduzirem a motivação do IGF para angariar fundos para o parque.

Os principais desafios incluem uma participação mínima nos processos de tomada de decisões, uma insuficiente sensibilização e envolvimento da comunidade e uma apropriação limitada. Os custos e benefícios do envolvimento da comunidade devem ser apresentados de forma mais clara às comunidades locais, a fim de apoiar uma tomada de decisões informada e promover uma participação genuína. Os esforços de melhoria das capacidades têm sido superficiais, com recursos inadequados e uma lacuna persistente em termos de sustentabilidade financeira.

Embora estes modelos de co-gestão tenham contribuído para melhorar as estruturas de governação em algumas áreas protegidas, a sua escalabilidade e potencial de impacto a longo prazo permanecem incertos.

Além disso, este resultado carece de mensurabilidade e monitorização dos resultados.

### 2.3.2 CA 3.2 Eficácia do componente no PNAG

---

**Avaliação global:** O Programa apoiou ao longo de um período de mais de 3 anos um esforço notável de 20 anos da ONG internacional FFS-IFG, em parceria com a ANAC, para financiar e melhorar os serviços de conservação no PNAG. O Programa financiou uma parte importante dos custos durante este período, fazendo contribuições positivas significativas para os esforços de conservação no PNAG, incluindo através de melhorias nas infraestruturas, serviços de patrulha, reintroduções de vida selvagem e investigação. O programa permitiu melhorar as capacidades operacionais, promoveu (a uma escala limitada) a sensibilização e o envolvimento das comunidades e iniciou um plano de gestão sustentável. A integração de sistemas modernos de monitorização ecológica e os investimentos em infraestruturas e formação tiveram um impacto positivo nos serviços do parque para a conservação da biodiversidade e os esforços de combate à caça furtiva. A eficácia da componente foi limitada por uma desconexão entre as componentes de desenvolvimento comunitário e de conservação do PNAG, agravada pelo escopo muito limitado, esforços não estratégicos e baixo desempenho do apoio às comunidades visadas para melhorar seus meios de subsistência para fins de conservação.

---

<sup>36</sup> Modelos de parceria foram desenvolvidos com o apoio da USAID (fonte: ANAC)

Os estudos em curso são avaliados positivamente e precisam de ser capitalizados e utilizados para apoiar a tomada de decisões políticas e de gestão baseadas em evidências.

Os desafios persistentes, incluindo a caça furtiva, as queimadas descontroladas, a degradação do miombo, os avistamentos da população de vida selvagem, os conflitos entre o homem e a vida selvagem, a sustentabilidade financeira, as oportunidades limitadas para o desenvolvimento do turismo, sublinham a necessidade de abordagens diferentes para estratégias a longo prazo.

### **R.1 Melhoria das estruturas, capacidades, planos de gestão e serviços**

Registaram-se progressos significativos no desenvolvimento de infraestruturas e instalações PNAG:

- Infraestruturas: Conclusão de uma estrada limite sul de 65 km e construção de pontes sobre o Rio Nwoto e o Rio Malema. Estes desenvolvimentos melhoraram significativamente a acessibilidade dentro do parque, particularmente durante a estação chuvosa, permitindo patrulhas e monitoramento ininterruptos.<sup>37</sup> A nova infraestrutura também desempenha um papel crítico na delimitação clara dos limites sul do parque, contribuindo para uma melhor compreensão das comunidades locais de áreas protegidas.<sup>38</sup>
- Desenvolvimento de instalações: As principais melhorias incluem a instalação de um sistema de radiocomunicação digital, a electrificação de postos de patrulha alimentados por energia solar e a construção de alojamentos para funcionários no acampamento de Musseia. Estas melhorias contribuem para um patrulhamento mais eficaz, a coordenação entre as equipas de patrulha e a melhoria das condições de vida dos funcionários do parque, conduzindo a um melhor patrulhamento e serviços de conservação.<sup>39</sup>
- Acesso à água: O acampamento de Musseia foi abastecido com um novo sistema de água, incluindo furo, torre com tanques de água, bombeamento alimentado por energia solar e tubagem de água, permitindo um abastecimento consistente de água limpa, resolvendo uma necessidade operacional crítica.<sup>40</sup>
- Vida selvagem: Um grande esforço de repovoamento da vida selvagem foi a translocação de 200 búfalos (2024), construção da rampa, reabilitação da estrada e melhorias na ponte para facilitar o transporte e descarregamento dos animais. O esforço foi acompanhado pela conscientização das comunidades locais, monitorização da população de búfalos (dispositivos de rastreamento foram instalados em 10% dos búfalos reintroduzidos) e organização de intervenções de patrulhamento rápido sempre que os búfalos chegavam às comunidades limítrofes. A translocação foi concluída com 1% de mortalidade, um desempenho positivo para uma operação particularmente complexa.
- Elaboração de Plano de Maneio, plano de negócios e regulamento interno para o Parque. O documento oferece um quadro abrangente e flexível para desenvolver uma estratégia e planos de ação operacionais. Alguns aspectos carecem de maior desenvolvimento, nomeadamente a estratégia a longo prazo para o desenvolvimento do ecoturismo; plano financeiro e plano de negócios, análise de custo-benefício para fortalecimento dos limites

---

<sup>37</sup> As fontes incluem: relatórios de progresso do IFG, relatórios da BIOFUND, apresentações ao CNS e visita da equipa de avaliação às infraestruturas no PNAG, entrevistas com a direção e o pessoal do parque, observação e discussão em grupo focal com a equipa de vigilância do parque

<sup>38</sup> Os avaliadores observam: A gestão do parque e as comunidades locais adotam uma narrativa de que parte do problema da caça furtiva deriva de uma definição pouco clara dos limites do parque. Embora a avaliação não tenha qualquer elemento para refutar esta hipótese, parece irrealista que as comunidades locais estabelecidas desde gerações na área possam não conhecer exatamente os limites.

<sup>39</sup> Ibidem

<sup>40</sup> Fonte: Relatórios, entrevistas e avaliação da equipa de inspeção e utilização das instalações de abastecimento de água

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

físicos externos do parque (vedações estratégicas) e detalhamento de regulamentos internos. O plano de gestão foi aprovado pelo Ministério da Terra e do Ambiente em Dezembro de 2024.

**Oportunidades e Desafios:** As interações com a equipa da gestão PNAG evidenciam resultados e preocupações relacionadas com:

- Tendência positiva da troca de ferramentas de caça furtiva com ferramentas agrícolas (SCAMBIO).
- Os registos de actividades ilegais diminuíram de 252 (2023) para 150 (2024), um indicador positivo da eficácia dos serviços de conservação.
- Oportunidade de melhoria do diálogo entre a direção da ANAC (a nível nacional) e a BIOFUND.
- Necessidade de acompanhamento do Plano Estratégico ANAC 2015-2024, incluindo estipulações relacionadas com o plano de vigilância do PNAG e o plano de desenvolvimento comunitário dentro do plano de gestão do PNAG.
- Aumento das queimadas descontroladas e necessidade adicional de mecanismos de monitorização e controlo de queimadas.
- Necessidade de estudar custos e benefícios para vedação estratégica.
- Preocupações sobre a falta de eficácia do contrato BIOFUND para apoio à subsistência em área tampão.
- Necessidade de continuidade de reuniões e apoio aos magistrados.
- Aumento dos conflitos entre o homem e a vida selvagem na zona-tampão e não só.
- Falta de reuniões dos CGRNs para preparar a participação nas reuniões do CONGEP e retorno limitado dos representantes da comunidade no CONGEP para outros CGRNs, o que cria a percepção de inclusão limitada dos CGRNs neste órgão consultivo de gestão do parque.
- Necessidade de continuidade do apoio (alojamento, rações, equipamento, viaturas) para os 30 fiscais recentemente contratados. O investimento necessário está estimado em aproximadamente € 100.000,00.

**R.2 Melhoria dos serviços de fiscalização;** O PROMOVE Biodiversidade tem sido eficaz na melhoria dos serviços de fiscalização no PNAG. Os resultados incluem:

- Recrutamento, formação e equipamento dos fiscais. O aumento do número de agentes responsáveis pela aplicação da lei reforçará a capacidade de fiscalização necessária para proteger a biodiversidade do parque, incluindo a vida selvagem recentemente reintroduzida. Os serviços de fiscalização e aplicação da lei, tradicionalmente reputados como uma área de trabalho para os homens, incluem agora também as mulheres.
- Compra de viaturas e motorizadas para fiscalização.
- Modernização da fiscalização e monitorização digital – resultado avaliado como uma conquista muito satisfatória – permitindo uma planificação informada do patrulhamento, monitorização em tempo real das equipas de patrulha e do movimento de espécies selvagens (elefantes e búfalos) equipados com dispositivos de rastreio a partir de uma sala de operações na sede do parque em Musseia. Este sistema também apoia uma melhor resposta do parque aos conflitos entre o homem e a vida selvagem, embora ainda necessite de melhorias significativas para gerir a incidência crescente destes conflitos.
- Melhoria dos acessos e delimitação dos limites a sul (ver resultado 1).

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- Melhor coordenação com o sistema judicial. A sensibilização dos magistrados sobre a lei da conservação melhorou a qualidade de acusação e a condenação de casos de crimes ambientais. O desafio reside no facto de os magistrados formados serem frequentemente transferidos para outras províncias ou distritos, o que cria a necessidade de programas contínuos de formação e sensibilização dos funcionários das instituições de administração da justiça.
- Apoio aos custos operacionais de fiscalização.

De um modo geral, a avaliação observou uma força de fiscalização notavelmente bem organizada e gerida profissionalmente, e um excelente resultado de realização de muitos anos de apoio ao PNAG, a ser em grande parte creditado aos esforços conjuntos da ANAC e FFS-IGF e às contribuições positivas do Programa. Uma discussão em grupo focal com os fiscais evidenciou aspectos positivos bem como áreas para melhoria, resumidos na tabela 2.

**Tabela 2: Pontos fortes de apoio aos sistemas de vigilância e áreas a melhorar**

Pontos fortes	Áreas a melhorar
<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio altamente valorizado do IGF</li><li>• Apoio do PROMOVE biodiversidade para:<ul style="list-style-type: none"><li>• Infraestruturas, estradas de acesso, água</li><li>• Rádios de comunicação</li><li>• Reforço das capacidades</li><li>• Infra-estrutura de abastecimento de água em Mulela</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Os baixos salários (considerados em geral como excessivamente baixos, com os guardas florestais a ganharem 6.826,95 MZN (€100,00)/mês, abaixo do salário mínimo nacional dos funcionários públicos fixado em 8.758,00 MZN (€127,00)), é um constrangimento fundamental para a equipa de fiscalização). Os vencimentos dos fiscais variam entre 9.980,55 MZN (€144,00) e 17.738,05 MZN (€257,00). Esse salário está dentro da faixa salarial aplicada em outras áreas de conservação do país.</li><li>• Sistema de incentivos financeiros, tais como recompensas por desempenho excepcional (por exemplo, detenção de autores de crimes ambientais ou apreensão do seu equipamento)</li><li>• Melhoria das infraestruturas nos postos avançados (alguns funcionários dormiam em tendas há mais de três anos)</li><li>• Mais bombas de água</li><li>• Necessidade de equipamento adicional (por exemplo, binóculos, tendas melhoradas para postos avançados e material de campismo)</li><li>• Necessidade de um reforço contínuo das capacidades para dotar os agentes responsáveis pela aplicação da lei de abordagens, técnicas e competências atualizadas para lidar com a evolução das estratégias dos autores de crimes ambientais (por exemplo, formação e equipamento para a investigação criminal)</li><li>• Necessidade de desenvolver contra inteligência</li><li>• Descentralização da planificação e implementação da fiscalização através da criação de um acampamento da</li></ul>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Pontos fortes	Áreas a melhorar
	<p>secção norte para apoiar os postos avançados localizados nesta região do parque</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Mais 1 viatura de apoio às operações policiais na zona norte do parque</li><li>• Técnicas adicionais de detecção de queimadas, incluindo a instalação de uma unidade de detecção e monitorização de incêndios através de detecção remota, conforme descrito no plano de gestão do parque e no relatório do estudo de queimadas</li><li>• Aumentar o número de placas de sinalização e avisos ao longo das principais estradas do parque</li><li>• Furos e sistemas de água em postos avançados</li><li>• Guardas florestais do parque não equipados com uniformes e botas</li><li>• Necessidade de expandir a infraestrutura rodoviária</li><li>• Sensibilização contínua e reforço das capacidades das instituições judiciais para reduzir o efeito da rotação de pessoal nessas instituições no tratamento de casos de crimes ambientais</li></ul>

Fonte: Discussão do grupo focal de avaliação com os serviços de fiscalização do PNAG (13 de Novembro de 2024)

O Parque tem vindo a recolher provas de uma redução das actividades ilegais. Além disso, o monitoramento pela equipa de fiscalização aponta para um aumento no número de avistamentos (diretos e indiretos) de animais selvagens.

Os indicadores de desempenho destes serviços incluem:

- Realizou 274 patrulhas a pé e 104 patrulhas de viatura, percorrendo mais de 27.000 quilómetros no segundo semestre de 2023.
- Apreensão de ferramentas ilegais: Foram apreendidas 235 armadilhas, 77 armadilhas e vários instrumentos ilegais de caça e pesca.
- Tecnologia de monitoria: Transição para sistemas de rastreamento em tempo real usando o software CyberTracker e Earth Ranger.

**R.3 Mecanismos de financiamento sustentáveis:** O estabelecimento de mecanismos financeiros sustentáveis continua a ser uma componente crítica do programa. Embora tenham sido registados progressos significativos, persistem desafios fundamentais. Os progressos incluem:

- **Parcerias externas:** A colaboração com a BIOFUND, FFS-IGF e ANAC tem sido fundamental para garantir apoio financeiro para além da duração do programa. Estas parcerias visam colmatar lacunas no financiamento e assegurar a continuidade das actividades de conservação. O Programa permitiu o financiamento de um período de

transição crítico para que o FFS-IGF negociasse com a ANAC um acordo de co-gestão com uma duração de 10 anos<sup>41</sup>

- **Dotação orçamental nacional e aumento do pessoal de fiscalização:** O recrutamento e a formação de mais 30 fiscais irão melhorar significativamente a capacidade operacional do PNAG, permitindo uma cobertura de patrulha mais abrangente. A nomeação de novos fiscais, com salários pagos pelo Estado, representa um marco que demonstra o compromisso nacional com o PNAG, melhorando o patrulhamento e as possibilidades de sustentabilidade ambiental a longo prazo através da proteção da biodiversidade contra ameaças antropogénicas como a caça furtiva, as queimadas descontroladas, a pesca ilegal, a exploração ilegal da madeira, a mineração ilegal, entre outras. Atualmente, o Estado cobre apenas os salários de cinco funcionários (três fiscais, um chefe de fiscalização um administrador do parque).
- **Mobilização de Recursos:** Com o apoio do PROMOVE Biodiversidade, a BIOFUND e a UE contribuíram para identificar oportunidades de financiamento externo, como o projecto Meios de Subsistência Costeiros e Resiliência Climática (CLCR) financiado pelo Millennium Challenge Corporation (MCC) e Millennium Challenge Account (MCA)<sup>42</sup>. O esforço é avaliado positivamente considerando uma abordagem proativa para diversificar as fontes de financiamento, uma estratégia adoptada na última década pelo IGF e ANAC para garantir as operações no PNAG.

Após 20 anos de apoio externo, a dependência do financiamento externo continua a ser muito elevada, com uma integração positiva, mas parcial, do apoio orçamental nacional, a falta de receitas do turismo e a ausência de perspectivas de desenvolvimento do turismo a curto ou médio prazo. Os principais constrangimentos para o desenvolvimento turístico incluem os elevados custos dos bilhetes de avião, estradas precárias, baixa visibilidade da vida selvagem, limitada divulgação do potencial turístico do parque, infraestruturas e serviços turísticos inadequados dentro e na periferia do parque, entre outros.

**R.4 Envolvimento e Sensibilização da Comunidade;** Pretendia-se que o envolvimento da comunidade se tornasse um foco central do programa, mas a sua eficácia tem sido baixa também tendo em conta i) a desconexão do contrato entre a RADEZA e a BIOFUND da gestão do Parque pela ANAC e FFS/IGF<sup>43</sup>, ii) o âmbito muito limitado da governação comunitária e da sensibilização e iii) os resultados superficiais alcançados até agora por esta componente. Actividades incluídas:

- **Apoio logístico ao Conselho Gestão do Parque (CONGEP).** O PROMOVE Biodiversidade cobre os custos (transporte, refeições, material de escritório, etc.) de duas reuniões anuais

---

<sup>41</sup> Estas negociações, até Dezembro de 20124 estavam em curso (fontes ANAC e IGF). Receia-se que o fracasso na obtenção de um acordo de co-gestão resulte num retrocesso nos resultados alcançados em matéria de conservação, devido à falta de financiamento para cobrir os custos de gestão do parque.

<sup>42</sup> O projecto CLCR centrar-se-á no apoio ao desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis na zona tampão do PNAG e APAIPS

<sup>43</sup> Nota dos avaliadores: O envolvimento da comunidade deveria ser central para o programa, mas tem sido ineficaz. Isso é atribuído a uma desconexão entre a RADEZA e o contrato da BIOFUND com a configuração de gestão do Parque ANAC – FFS/IGF. A interacção da equipa de avaliação com a Administração do Parque e a equipa da RADEZA revelaram as seguintes questões-chave: i) A RADEZA está a trabalhar com 13 grupos CGRN (Gestão Comunitária de Recursos Naturais) seleccionados, mas este processo não envolve a pessoa focal nomeada pelo PNAG ii) A pessoa focal do PNAG destina-se provavelmente a assegurar a coordenação com os esforços mais amplos de gestão do parque e da conservação iii) A Gestão do Parque não está envolvida na tomada de decisões, implementação ou monitorização da componente de subsistência do programa. Isto significa que as actividades da RADEZA sobre meios de subsistência estão desconectadas do trabalho de conservação e gestão de parques da ANAC – FFS/IGF. A falta de coordenação cria uma abordagem fragmentada, em que as intervenções de subsistência não se alinham com as prioridades de conservação.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

do CONGEP, órgão instituído pela Lei de Conservação<sup>44</sup> para permitir a participação de vários actores, incluindo governo distrital, comunidades locais, organizações da sociedade civil e sector privado na tomada de decisões relativas à gestão do parque.

- **Apoio à Governação Comunitária:** A revitalização dos Comités Comunitários de Gestão de Recursos Naturais (CGRNs) tem sido uma conquista positiva, fornecendo às comunidades locais uma plataforma estruturada para participar da gestão de recursos. As capacidades da CGRN são muito fracas, como evidenciado nas interações com a equipa de avaliação. A necessidade de revitalizar CGRN previamente estabelecidos sugere a sua natureza orientada para projectos e sustentabilidade limitada.
- **Campanhas de conscientização:** Iniciativas direccionadas de educação ambiental têm conscientizado os membros da CGRN (e em certa medida, outras partes interessadas da comunidade) sobre a importância da conservação, e alunos e professores integrados em clubes ambientais criados e apoiados na zona tampão do parque.

No entanto, esses esforços têm sido muito restritos em seu escopo, focando principalmente na revitalização de grupos CGRN seleccionados, em geral um grupo de 50 pessoas dentro de comunidades que abrangem mais de 1.000 pessoas. Estes grupos têm autoridade e representatividade limitadas em toda a comunidade. A participação dos membros é muitas vezes motivada pela oportunidade de aproveitar os benefícios impulsionados pelo projecto. Os CGRN, activados ao longo do período de 3 anos do projecto, não estão articulados com o apoio de longo prazo do IGF à conscientização da comunidade e à capacitação.

As visitas de avaliação evidenciaram tensões subjacentes significativas entre as comunidades fronteiriças, em especial entre os jovens (ver exemplo na caixa abaixo)

---

<sup>44</sup> Lei no 16/2014, de 20 de junho, alterada e republicada como Lei no 5/2017, de 11 de maio -. Lei de Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica

**Nota:** Lições sobre sensibilização da comunidade, apoio da CGRN e tensões com grupos de jovens

A eficácia limitada da instalação do CGRN foi evidenciada durante a visita de avaliação a uma comunidade limítrofe ao limite sul do Parque. Enquanto o grupo mostrava à equipa de avaliação o trabalho realizado num viveiro local para a restauração de florestas degradadas e a escola na machamba do camponês estava a surgir um conflito entre os fiscais do parque e um grupo de jovens da comunidade, uma vez que os fiscais apreenderam algumas madeiras e bicicletas extraídas ilegalmente dos jovens. Os jovens, revoltados com a apreensão, expressaram sua frustração atacando, destruindo e incendiando o viveiro montados pelos membros da CGRN da comunidade. Este lamentável episódio fornece uma lição importante, destacando as limitações críticas da narrativa atual de que apoiar CGRNs pode retardar ou interromper a caça furtiva e outras atividades ilegais dentro dos limites do Parque. É necessário incentivar uma reflexão mais profunda, no sentido de que o termo às atividades ilegais não deve ser o resultado de um cálculo de benefícios a curto prazo para um pequeno grupo de pessoas, mas sim o resultado do respeito de uma norma de apoio aos objetivos de conservação, definidos de comum acordo com toda a comunidade.

As partes interessadas em conservação e os membros da comunidade devem considerar como o respeito a longo prazo das normas precisa contar i) com uma conscientização em maior escala, ii) mecanismos adequados para proteger os limites do Parque, controlando atividades ilegais e conflitos entre humanos e vida selvagem, como vedações de seções específicas dos limites, iii) medidas eficazes para mitigar conflitos e iv) estratégias impactantes e sustentáveis para melhorar os meios de subsistência,

Vários exemplos mostram como a consciencialização, a fiscalização, a resolução de conflitos e os meios de subsistência devem ser integrados para o sucesso da conservação a longo prazo: Na Namíbia, o programa de Gestão de Recursos Naturais de Base Comunitária (CBNRM) aumentou a sensibilização através de estruturas de governação local (*WWF Namíbia, 2021*), enquanto na Mara Conservancies do Quênia, os modelos de partilha de receitas protegem os limites dos parques e as atividades ilegais (*Conservancy Development Programme, 2020*). A Reserva do Niassa de Moçambique implementou medidas de mitigação de conflitos através da colaboração entre fiscais e comunidades (*Wildlife Conservation Society, 2019*), e o Parque Nacional dos Vulcões do Ruanda promove meios de subsistência sustentáveis através do reinvestimento das receitas do turismo (*Conselho de Desenvolvimento do Ruanda, 2022*).

**R.5 Maior disponibilidade de estudos e pesquisas sobre áreas de conservação;** A investigação e a disseminação do conhecimento foram apoiadas pelo PROMOVE Biodiversidade como estratégia para contribuir para estratégias de conservação baseadas em evidências no PNAG. Os resultados globais foram avaliados positivamente. Os principais estudos incluíram:

- **Estudo sobre queimadas descontroladas:** O estudo focou na análise do regime de queimadas no ecossistema do parque. Um resultado importante do estudo é que as queimadas afectam não só a periferia do parque, mas a sua frequência e extensão no centro do parque é alarmante, uma vez que 47% do Parque é afectado por uma elevada frequência de incêndios florestais e que várias espécies vegetais do ecossistema do miombo não atingem a fase adulta. O resultado permite o zoneamento do parque para tomada de decisão sobre a gestão de queimadas.

- **Monitoria de mamíferos:** O estudo revela que a população de herbívoros de médio e grande porte está a aumentar lentamente, incluindo cabrito cinzento e búfalos reintroduzidos. Isto pode oferecer oportunidades para a expansão dos carnívoros.
- **Demografia e Conservação:** O estudo abrange a relação entre a dinâmica populacional local e os resultados da conservação, explorando como as actividades humanas interagem com os sistemas ecológicos. O estudo constatou durante a primeira campanha de recolha e análise de dados que o crescimento populacional da zona tampão é mais do dobro do documentado nas estatísticas oficiais<sup>45</sup>, que provavelmente resultará numa elevada pressão sobre os recursos naturais do Parque, principalmente através da caça furtiva. O estudo também documentou uma redução de 50% da gravidez precoce entre as meninas da zona tampão ao comparar os dados coletados em duas campanhas, realizadas com 12 meses de intervalo.

**Divulgação do estudo:** Em Novembro de 2024, foi organizado um seminário em Naburi (Posto Administrativo na zona tampão do PNAG) para partilhar os resultados do incêndio com as partes interessadas, incluindo as autoridades do parque, as comunidades locais e o governo local. O BIOFUND criou uma biblioteca virtual para a partilha dos resultados da investigação.

Os encontros e seminários organizados pelo PROMOVE Biodiversidade também apoiam a partilha de resultados de investigação, experiências e exploram sinergias e oportunidades de colaboração entre investigadores. O programa está agendado para Fevereiro de 2025 a realização de um evento nacional de divulgação dos estudos, com o objectivo de partilhar os resultados e as suas implicações na gestão, mas também fomentar a participação informada na governação dos parques.

Espera-se que os resultados do estudo final sejam divulgados através de publicações científicas, teses de estudantes, notas de políticas (*policy briefs*) e websites da ANAC, BIOFUND e instituições académicas. O esforço de disseminação também precisa considerar que plataformas nacionais devem ser apoiadas para promover a disseminação efetiva e sustentável da pesquisa relacionada às áreas de conservação.<sup>46</sup>

Uma acção de seguimento é a integração dos estudos e suas conclusões no Plano de Maneio do Parque e nos Planos Operacionais. Além disso, os estudos podem fornecer lições e bases factuais para as políticas de conservação a nível nacional. Os estudos têm também contribuído para a formação de estudantes de licenciatura e mestrado, contribuindo para o aumento da capacidade técnica nacional.

No entanto, o envolvimento e a apropriação limitados das autoridades nacionais da ANAC nestes estudos, contratados pela BIOFUND, podem diluir a eficácia das contribuições a nível nacional.

### **R.6 A adoção de mecanismos sustentáveis e diversificados de produção, colheita e geração de renda provavelmente melhorará a médio prazo os meios de subsistência das comunidades locais, inclusive para mulheres e grupos vulneráveis**

Para implementar esta componente, a BIOFUND contratou a RADEZA. O contrato com a RADEZA trouxe a oportunidade de trabalhar com uma organização com um histórico bem

<sup>45</sup> Instituto Nacional de Estatística (INE). 2017. IV Recenseamento Geral da População e Habitação. Maputo, Moçambique

<sup>46</sup> Está a ser desenvolvida uma estratégia de investigação para a ANAC, financiada por um projecto da Agência de Desenvolvimento Francês (AFD) implementado pela BIOFUND.

estabelecido de desenvolvimento e trabalho ambiental nas províncias. As características positivas da RADEZA para a implementação do contrato com a BIOFUND incluem as suas fortes ligações com todas as instituições locais e administrações locais, a sua presença ativa a nível nacional e internacional, uma gestão pró-ativa e um registo positivo dos projectos implementados na área. Além disso, a RADEZA impulsionou experiências específicas nas actividades contratadas, incluindo fortalecimento da CGRN, introdução de Escolas na Machamba do Campones, Apicultura, piscicultura e restauração florestal.

A eficácia desta componente é avaliada como não satisfatória, tendo em conta a falta de benefícios concretos emergentes para as comunidades visadas e a desconexão destas actividades com os esforços de conservação no parque. Abaixo a análise dos factores que restringem a eficácia do apoio aos meios de subsistência na zona tampão do PNAG:

- **Abordagem fragmentada:** A natureza fragmentada e não estratégica da componente para a melhoria dos meios de subsistência resultou em actividades desarticuladas dirigidas a uma pequena percentagem de beneficiários, em vez de proporcionar um quadro coeso e bem integrado para o desenvolvimento económico e social da área visada. A avaliação evidencia a necessidade de um Plano de Ordenamento Territorial inclusivo e estratégico para a zona tampão, alinhado com o plano de manejo do PNAG
- **Escala limitada de operações:** As actividades são restritas a apenas algumas (13) comunidades e, dentro destas, visam apenas membros de Comitês de Gestão Comunitária de Recursos Naturais (CGRN), representando apenas uma pequena fração (menos de 1%) da população local. Este âmbito restrito exclui outros grupos comunitários importantes que poderiam desempenhar um papel crucial na consecução dos objectivos de conservação. A avaliação do projecto reconhece que o financiamento limitado e o curto prazo do projecto restringem o âmbito e o alcance dos resultados do apoio aos meios de subsistência. No entanto, esta lógica deve apoiar a formulação de uma abordagem mais estratégica. A abordagem de começar com um pequeno grupo de beneficiários para mais tarde replicar os benefícios para alcançar mais membros da comunidade não se concretizou.
- **Alta dependência de subsídios:** A intervenção depende fortemente de subvenções para projectos, o que contribui para reforçar uma cultura bem estabelecida de dependência de projectos e doações, limitando a escalabilidade e a sustentabilidade. Tudo é doado pelo projecto. A avaliação evidenciou, em vários casos, uma abordagem passiva na ausência de apoio ao projecto.
- **Falta de integração com as operações do parque e outras iniciativas:** Esta componente tem sido implementada com falta de integração com a componente de conservação do PNAG (CONTRATO BIOFUND – FFS/IFG) e ausência de sinergias com outras intervenções. No entanto, há uma adenda que está a ser preparada, de aproximadamente € 300.000 para apoiar a FFS-IGF na implementação de actividades de conservação focadas na subsistência da comunidade para a fase de implementação após a conclusão da AMT.
- **Apoio lento e ineficaz à agricultura, piscicultura e apicultura:** O projecto ainda está em fase experimental: após três anos de implementação, apenas uma campanha agrícola foi realizada de forma piloto em 10 Escolas na Machamba do Camponês <sup>47</sup>. Na piscicultura e produção de frangos algumas técnicas estão a ser testadas, mas os benefícios para os

---

<sup>47</sup> Nota: Algumas sementes e ferramentas de implementação também foram fornecidas aos agricultores (conversa da equipe de avaliação da fonte com agricultores e funcionários do projecto, comunicação do projecto (janeiro de 2025); o projecto e os agricultores relatam também que o "el niño" pode ter contribuído para impactos negativos na produtividade - embora a observação visual da avaliação em torno do Monte Mabu não tenha fornecido evidências de efeitos significativos da seca nas culturas para a temporada de 2024)

produtores são escassos. Não se registam progressos na apicultura para além das negociações iniciais com o sector privado para apoiar a produção e a compra de mel. Os custos e benefícios das técnicas sugeridas não são calculados nem comparados. Faltam orientações e quadros operacionais claros, o que atrasa a implantação e o dimensionamento efetivo destas iniciativas. Até à data, a componente implementada pela RADEZA proporcionou muito poucos benefícios tangíveis às comunidades locais, uma vez que menos de 20% dos poucos agregados familiares visados relatam alguns benefícios diretos do projecto: a avaliação visitou 10 grupos diferentes relacionados com escolas na machamba do camponês, viveiros, apicultura e piscicultura. Em apenas 2 casos, alguns benefícios parciais foram comprovados pelos beneficiários.

- **Abordagem inadequada ao desenvolvimento da cadeia de valor:** Embora o projecto tenha apoiado algumas actividades com potencial económico, como o tratamento fitossanitário do caju, estes esforços permanecem parciais e incompletos devido à falta de uma abordagem estratégica da cadeia de valor. O apoio na produção da castanha de cajú alcançou a 50 agricultores, mas sem vias de comercialização, a intervenção não gerou ganhos substanciais de renda.
- **Foco na entrega de equipamentos e não na capacitação:** em quase todas as comunidades visitadas, a RADEZA após três anos de implementação iniciou uma entrega atrasada de alguns equipamentos e pequenas infraestruturas (por exemplo, tanques de piscicultura<sup>48</sup> ou aviário). No entanto, o projecto não iniciou a capacitação dos beneficiários, sugerindo uma compreensão limitada do tempo e dos esforços necessários para promover mudanças transformacionais no apoio aos meios de subsistência.
- **Consulta satisfatória, mas falta de participação na tomada de decisões:** Embora a abordagem de desenvolvimento adoptada pela RADEZA se baseie numa ampla consulta aos beneficiários, a avaliação constatou a falta de provas da participação dos beneficiários nos processos de tomada de decisão, o que pode comprometer o estabelecimento de capacidades de autodesenvolvimento, ao mesmo tempo que consolida uma cultura de desenvolvimento descendente orientado para projectos.
- **Ausência de mecanismos de microfinanciamento:** Não existem mecanismos de microfinanciamento para promover o autodesenvolvimento ou o empreendedorismo nas comunidades. Iniciativas como programas de microcrédito não foram implementadas, limitando as oportunidades para empreendedores as empresas locais crescerem e contribuírem para a economia de conservação mais ampla.
- **Ênfase insuficiente nas mulheres e nos grupos vulneráveis:** As mulheres e os grupos vulneráveis não receberam atenção adequada nem apoio específico no âmbito do projecto. As taxas de participação das mulheres nas CGRNs estão em 20%, muito abaixo da meta pretendida de 40%. São necessários mais formação e incentivos para colmatar esta lacuna.  
**Revitalização da Associação Nokalano:** A Associação Nokalano foi revitalizada como parte do projecto, mas as principais actividades relacionadas com a iniciativa "concessão de caça" ou "Coutada" ainda não começaram<sup>49</sup>. Por exemplo, o projecto ainda está à espera que um operador lidere a implementação, atrasando o progresso nesta componente crítica. Sem uma liderança forte e clareza operacional, o impacto potencial da associação permanece por concretizar. Após uma longa entrevista com a associação, a avaliação avalia as capacidades da associação como muito baixas e inadequadas para apoiar o desenvolvimento da concessão de caça comunitária. No âmbito do novo acordo que está a ser negociado pela

<sup>48</sup> A implementação dos tanques de peixes começou em 2022 - a seca afetou a produção de 2022 a 2023, mas mais de 720 Kg foram colhidos (Fonte: Relatórios de progresso e comunicação da BIOFUND aos avaliadores, janeiro de 2025)

<sup>49</sup> A falta de um plano operacional e de uma estrutura de liderança paralisou os esforços para se envolver com 300 membros da comunidade que deveriam se beneficiar da iniciativa Coutada (Entrevista com membros da Nokalano)

IGF com a ANAC, a IGF propõe-se desempenhar um papel proactivo no desenvolvimento do negócio da concessão da caça e apoiar o processo de identificação de um operador de caça.<sup>50</sup>

### 2.3.3 CA 3.3 Eficácia do componente no MONTE MABU

---

**Contextualização da avaliação do projecto Monte Mabu:** A avaliação do projecto do Monte Mabu exige a análise do contexto complexo, moldando tanto os desafios como as oportunidades que influenciam a obtenção de resultados:

- Isolamento geográfico e acesso limitado: a localização remota do Monte Mabu, as vias de acesso precárias e a falta de outras infraestruturas económicas, mais do que nos outros locais, colocam desafios logísticos para a implementação de actividades de conservação, monitorização do progresso e envolvimento das comunidades na conservação e desenvolvimento dos meios de subsistência.
- O isolamento é agravado pelas fortes chuvas (mais de 2.000 mm/ano) e durante cerca de 7 meses a maioria das actividades são severamente limitadas e o acesso à montanha pela estrada é quase impossível.
- Valor ecológico e científico: Como parte da rede de *inselbergs* de Moçambique e Malawi, o Monte Mabu é um hotspot crítico de biodiversidade com um valioso potencial científico e de ecoturismo.
- Ausência de um estatuto de protecção formal.
- Pressões e interesses comunitários: as comunidades vizinhas dependem tradicionalmente dos recursos do Monte Mabu, colocando uma pressão significativa sobre o seu ecossistema. No entanto, a sua vontade de definir fronteiras e de colaborar ofereceu oportunidades significativas ao projecto.
- Capacidades comunitárias muito baixas: As capacidades limitadas em governança, gestão de recursos e práticas de conservação entre as comunidades locais são críticas.
- Degradação ambiental em áreas adjacentes à área de conservação proposta: A grave degradação ameaça a área de conservação e os meios de subsistência das comunidades vizinhas.
- Implementação orientada pelo consórcio: A intervenção conta com um consórcio de três ONG, cada uma contribuindo com conhecimentos especializados específicos.

**R.1 Melhoria das estruturas, planos de gestão e serviços.** Foram alcançados progressos parciais para estabelecer as bases para a conservação e gestão sustentável do Monte Mabu, de base comunitária:

- Envolvimento e Delimitação da Comunidade: Foram realizadas amplas consultas comunitárias para definir e georreferenciar os limites da área de conservação proposta com as quatro comunidades limítrofes<sup>51</sup>. Isto permitiu a apropriação comunitária da iniciativa de conservação. Essas actividades incluíram a produção de mapas cartográficos e uma versão final do *layout* da área de conservação.

---

<sup>50</sup> Nos termos do novo acordo que está a ser negociado pelo IGF com a ANAC, o IGF desempenhará um papel proactivo no desenvolvimento do negócio da área cinegética e apoiará no processo de identificação de um operador de caça (Fonte: Comunicação da BIOFUND aos avaliadores, janeiro de 2025)

<sup>51</sup> Nvava, Ndavo, Ndoda e Nangaze

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- Proposta de designação formal de Área de Conservação do Monte Mabu (ACMM). A proposta de criação de uma área de conservação da floresta tropical de 9.300 ha foi submetida à ANAC em Agosto de 2024, aguardando aprovação do Ministério da Terra e Meio Ambiente. Este é um marco para formalizar os esforços de conservação e estabelece as bases para outras actividades de proteção ambiental. A criação desta área de conservação reduzirá a lacuna de representação das florestas afremontanhosas na atual rede de áreas de conservação de Moçambique.
- Inventário Participativo e Mapeamento: Foi realizado um inventário participativo de cerca de 250 pontos de interesse turístico, cultural e socioeconómico, um resultado positivo da abordagem liderada pela comunidade.
- Criação de instalações básicas para a gestão da conservação, pesquisa e visitantes, tendo sido criado um acampamento com serviços essenciais (incluindo água, eletricidade e comunicações) para apoiar a investigação e as actividades dos visitantes. Isso inclui 10 tendas, um alpendre, 20 lâmpadas para iluminação usando energia solar e um kit de cozinha capaz de servir 15 pessoas.
- O *layout*/projecto para um centro permanente foi finalizado, e dados topográficos foram coletados para orientar a construção. No entanto, ainda não se registaram progressos na construção<sup>52</sup>. Os progressos em matéria de infra-estruturas têm sido muito limitados e básicos em comparação com os planos, o orçamento do contrato e a necessidade de assegurar serviços essenciais.

**Nota: O centro de investigação;** A futura estrutura, definida como um "centro de investigação", foi planificada concebida sem a participação (pretendida como envolvimento ativo na tomada de decisões) das comunidades beneficiárias e não cobre as necessidades de uma área de conservação gerida pela comunidade. A avaliação aponta que o Monte Mabu não precisa de um centro de pesquisa caro para a sua construção mas precisa urgentemente da criação de um Centro de Conservação gerido pela Comunidade.

A logística e as instalações são actualmente muito básicas e divididas em dois centros, um no exterior e outro no interior da área de conservação proposta. Em ambos os casos, a infraestrutura desenvolvida é avaliada como não adequada ao objectivo do projecto e às necessidades de uma área protegida de base comunitária.

Capacitação: facilitadores locais foram formados no uso de ferramentas de mapeamento para identificar e georreferenciar pontos de interesse dentro da floresta do Monte Mabu e comunidades vizinhas. Embora os progressos em matéria de cartografia e desenvolvimento de infraestruturas tenham sido notáveis, o desenvolvimento de capacidades encontra-se ainda numa fase muito preliminar, com capacidades muito reduzidas estabelecidas a todos os níveis. A avaliação prova que o desenvolvimento de capacidades, particularmente no contexto do Monte Mabu, deve ser considerado um processo transformacional de longo prazo que pode exigir muitos anos, até décadas.

Este resultado tem ainda uma fraca relevância no contexto do Monte Mabu, uma vez que a Área de Conservação não foi estabelecida. Este resultado visa estabelecer um sistema funcional de monitorização baseado na comunidade para melhorar os esforços de conservação e gestão de

<sup>52</sup> A explicação dada pelo Consórcio é que o atraso se deve em grande parte ao alto custo da construção. No entanto, a avaliação conclui que questões de concepção, mecanismos financeiros, planeamento inadequado da execução e gestão são fatores que contribuíram igualmente para os atrasos incorridos

recursos. Os facilitadores comunitários receberam formação em técnicas de recolha de dados e foram fornecidas ferramentas como telemóveis e tablets. Embora o trabalho de base para um serviço de patrulha e monitorização tenha sido iniciado, este sistema continua a dar os primeiros passos e requer uma maior estruturação, desenvolvimento de capacidades e apropriação.

Apesar da formação ministrada, as capacidades locais para um patrulhamento eficaz e a gestão de um sistema de monitorização ainda não estão estabelecidas. O serviço de monitorização ainda não evoluiu para um sistema plenamente funcional, com lacunas críticas nos quadros operacionais e no apoio institucional.

**R.2 Mecanismos financeiros sustentáveis em vigor** Um esforço de colaboração entre a BIOFUND, a União Europeia e o consórcio do projecto tem promovido ativamente a mobilização de recursos financeiros adicionais. Uma conquista parcial foi a aquisição de fundos pela ReGeCom do Rainforest Trust. No entanto, isso cobre apenas uma parcela mínima do que será necessário para estabelecer a longo prazo uma área de conservação sustentável gerenciada pela comunidade. A intervenção até agora explorou apenas de forma muito limitada alternativas que podem contribuir para a geração de futuros fluxos financeiros, incluindo, por exemplo: i) a procura de um programa regional de apoio ao Monte Mulange – Monte Mabu e outros *inselbergs* ii) desenvolver um plano estratégico a longo prazo (e capacidades) para o desenvolvimento do ecoturismo, iii) identificar parceiros dispostos a associar-se para esforços de colaboração a longo prazo, iv) acelerar a contribuição formal de uma área protegida nacional e procurar oportunidades para mobilizar recursos nacionais <sup>53</sup>, v) explorar oportunidades de apoio dos Estados parceiros da UE e de outros financiadores internacionais vi) estabelecer parcerias de colaboração com outras ONG e o sector privado que trabalham na área do Monte Mabu, vii) desenvolver estratégias e planos locais que possam contribuir para impulsionar a gestão sustentável das florestas locais com receitas para as populações locais (por exemplo, promoção da produção de café sob copa florestal).

O potencial do ecoturismo deve-se em grande parte à paisagem cénica, à biodiversidade e aos valores culturais. No entanto, o desenvolvimento desta actividade é limitado pela falta de um ambiente propício, incluindo as dificuldades em chegar a Mabu (estradas precárias, elevado custo dos voos aéreos e ligações, etc.) e a falta de infra-estruturas e serviços básicos a nível local. Estes aspetos devem ainda ser explorados e desenvolvidos.

### **R.3 Aumento da sensibilização e das capacidades das comunidades em matéria de gestão participativa dos recursos naturais**

O projecto fez alguns progressos em direcção a este resultado, contribuindo para a construção da capacidade e conscientização das comunidades para o estabelecimento de uma área de conservação gerida pela comunidade no Monte Mabu. A abordagem faseada do ReGeCom é avaliada positivamente também tendo em conta a sua natureza participativa e o alinhamento com os objectivos do projecto. No entanto, esta abordagem, que, em teoria, se destina a funcionar quando num calendário muito longo, no contexto do curto período do projecto, revela fortes limitações práticas, uma vez que não se ajusta à necessidade de apresentar resultados durante a duração do contrato, garantir benefícios tangíveis e criar confiança logo nos primeiros 2 anos de implementação do projecto.

---

<sup>53</sup> Nota dos avaliadores: A área de conservação comunitária proposta não receberá recursos nacionais/governamentais. Recursos governamentais são canalizados apenas para unidades de conservação geridas pela ANAC

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

A avaliação evidencia uma eficácia limitada (ou seja, a capacidade de realizar as alterações previstas) da metodologia, apontando para a necessidade de passar de uma abordagem teórica para um plano prático de implementação, adaptado aos resultados esperados do projecto, ao cronograma e aos recursos financeiros.

A eficácia é limitada por metas ambiciosas, uma vez que a intervenção aloca os seus recursos limitados para um número relativamente grande de comunidades (11) numa vasta área de acesso muito difícil. Considerando que apenas 4 comunidades têm uma fronteira directa com a área de conservação projectada, uma focalização mais conservadora, e uma replicação para outras comunidades a posterior, poderia ter fortalecido a eficácia do desenvolvimento de capacidades e mecanismos de governança local.

Os progressos para o alcance dos resultados incluíram:

- **Envolvimento e sensibilização da comunidade:** Foram realizadas campanhas intensivas de sensibilização nas 11 comunidades visadas, promovendo a apropriação e construindo um sentido de gestão ambiental nas populações locais. O trabalho tem sido intenso e relevante. No entanto, a eficácia ainda é limitada, tendo em conta que o envolvimento da comunidade é muitas vezes motivado pela percepção de oportunidades de benefícios decorrentes de um projecto, em vez de uma apropriação real<sup>54</sup>. Os esforços devem ser prosseguidos e sustentados a longo prazo. Há sinais emergentes de apoio comunitário à conservação e à redução de actividades ilegais como a caça furtiva. No entanto, sem alternativas à utilização insustentável da terra e outros recursos naturais, a sustentabilidade da conservação a longo prazo é incerta.
- **Estabelecimento de estruturas de governação local:** a governação local está sendo moldada com a formação de facilitadores comunitários, comités comunitários, a demarcação participativa dos limites da área de conservação proposta envolvendo as quatro comunidades vizinhas e a criação da associação CONSERVAMABU, representando todas as 11 comunidades ao redor do Monte Mabu. Estas medidas representam marcos significativos no estabelecimento de um quadro de conservação liderado pela comunidade. Embora as comunidades e a associação estejam formalmente estabelecidas, com organização interna e mecanismos regulatórios, na prática as capacidades, a apropriação e o envolvimento ainda são muito incipientes. Apesar dos resultados parciais, a capacidade das estruturas de governação continua a ser fraca, impedindo uma participação significativa nos processos de tomada de decisão.
- **Facilitadores comunitários foram eleitos e formados, e o CONSERVAMABU iniciou actividades de capacitação para apoiar a governança e a tomada de decisões.**

### **Resultado 1.4 Maior disponibilidade de estudos e pesquisas em unidades de conservação**

O projecto deu passos significativos para melhorar a visibilidade e a compreensão científica do Monte Mabu através de estudos, pesquisas e esforços de comunicação. Estas actividades posicionaram com sucesso o Monte Mabu como um local de interesse internacional, ao mesmo tempo que aprofundaram o conhecimento sobre a sua biodiversidade e recursos naturais únicos. Os progressos incluem:

- **Expedições científicas e visibilidade internacional:** Três expedições científicas foram realizadas, produzindo informações valiosas sobre a biodiversidade do Monte Mabu.

---

<sup>54</sup> As reuniões com várias comunidades locais evidenciaram um sentimento de apropriação limitado e capacidades muito baixas a todos os níveis (novembro de 2024)

Particularmente a produção de um documentário da BBC provou ser significativa para trazer o Monte Mabu visível para um público internacional.

- Estudos hidrológicos: os resultados preliminares de um estudo abrangente (ainda não concluído) sobre fontes de água, potencial hidroelétrico e capacidade hidrológica global fornecem dados importantes para futuras estratégias e gestão de recursos hídricos;
- Plataforma de partilha de conhecimentos: estão em curso planos para estabelecer uma plataforma para organizar e partilhar os resultados da investigação. Esta iniciativa garantirá a acessibilidade aos conhecimentos científicos, facilitando a colaboração e promovendo os esforços de conservação.

As comunidades locais têm sido positivamente associadas a expedições e estudos, inclusive através do apoio de guias locais e com a divulgação dos resultados dos estudos. No entanto, as capacidades, a compreensão e a apropriação muito limitadas das comunidades e das estruturas de governação dificultam os contributos estratégicos em termos de tomada de decisões para desenvolvimentos futuros. A participação nesta fase é superficial, limitada a uma associação formal, mas superficial, às actividades do projecto.

#### **R. 1.5 Comunidades Empoderadas em Tecnologias de Subsistência Sustentáveis e Diversificadas**

As actividades, sob este resultado, visavam capacitar as comunidades na adoção de meios de subsistência sustentáveis e diversificados, com foco nas mulheres e grupos vulneráveis. Embora tenham sido alcançados alguns progressos, vários desafios limitaram consideravelmente os progressos, incluindo a falta de uma abordagem estratégica, uma escala muito reduzida de esforços, atrasos na execução (apenas 1 campanha agrícola foi apoiada após três anos de implementação). No momento da avaliação, ainda não tinham surgido benefícios tangíveis para as comunidades visadas.

Os progressos positivos desta componente incluem:

- O projecto alcançou um equilíbrio positivo de género em todas as suas actividades, garantindo inclusão e priorizando o empoderamento das mulheres em suas actividades.
- Identificação participativa das cadeias de valor a apoiar pelo projecto. Todas as actividades de subsistência, sendo implementadas ou em fase de planificação, foram seleccionadas pelas comunidades.
- A Escola na Machamba do Camponês (EMC) surgiu como uma plataforma valiosa para a aprendizagem coletiva. O mecanismo facilitou a partilha de conhecimento entre os membros da comunidade, promovendo melhores práticas agrícolas. Os extensionistas governamentais do SDAE também foram capacitados pela FAO em melhores práticas agrícolas, o que criou uma oportunidade para expandir os benefícios do projecto para os agricultores além do Monte Mabu, apoiando positivamente a sustentabilidade. A formação também visava garantir que os extensionistas pudessem continuar a prestar assistência técnica após o fim do projecto. A produção hortícola contribuiu, em muito pequena escala, para a diversificação da dieta e gerou um rendimento limitado para 138 famílias beneficiárias<sup>55</sup>. O início tardio das actividades da EMC e a escala diminuta da intervenção limitaram o seu potencial para criar impactos. É ainda necessário apresentar provas de que os benefícios acumulados da EMC compensarão os custos acrescidos suportados pelos agricultores, incluindo a mão-de-obra fornecida pelas

---

<sup>55</sup> Entrevistas com beneficiários apontaram que cada agricultor colhia um número limitado de hortaliças (em média cerca de 1 saco) em geral para consumo familiar, com excedentes muito pequenos enviados para o mercado.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

famílias beneficiárias. A escassez de chuvas experimentada em 2023, como consequência do fenómeno El Niño, afectou a produção de culturas e sementes.

- Diversificação agrícola. Um viveiro com 20.000 plantas de citrinos foi estabelecido, mostrando algum progresso na diversificação agrícola e potencial futura melhoria da nutrição e renda doméstica. No entanto, a distribuição dessas plantas para a comunidade também ainda não começou, atrasando ainda mais as oportunidades de impacto.

Os primeiros passos no domínio da apicultura consistiram na identificação dos beneficiários, na formação, na aquisição de colmeias e na criação de infraestruturas essenciais, como os apiários. Embora estes esforços estabeleçam os alicerces da apicultura, uma actividade importante para a geração de rendimentos, nutrição e proteção das florestas, há ainda um trabalho considerável a desenvolver para estabelecer capacidades<sup>56</sup>, ligações com o mercado e assegurar a sustentabilidade destas actividades a uma escala adequada.

Os desafios para a criação do componente de subsistência incluem:

- Pequena escala e alcance muito limitado: as iniciativas, incluindo EMC e apicultura, operam em uma escala muito pequena, limitando seus benefícios a poucos e pequenos grupos (por exemplo, cerca de 25 membros, sendo uma EMC em cada uma dos quatro comitês nas comunidades limítrofes). Não há aumento de benefícios para um número maior de membros da comunidade<sup>57</sup>.
- O atraso na entrega dos benefícios tangíveis prometidos afectou a eficácia geral, mas também corroe a confiança estabelecida com as comunidades.
- Foram criados pequenos viveiros, mas com limitada ênfase nas espécies de plantas nativas e na produção diversificada de fruteiras.
- Natureza experimental das EMC e ausência de resultados. São propostas várias tecnologias com uma compreensão limitada dos custos e benefícios. Por exemplo, a sementeira em linha pode proporcionar algum benefício na produção, mas com custos acrescidos de mão-de-obra. Não é realizada qualquer análise e comparação de custos e benefícios para sustentar a escolha da tecnologia de produção.
- Várias parcelas de EMC são abandonadas após uma temporada, diluindo as oportunidades de aprendizagem e capitalização.

---

<sup>56</sup> O desenvolvimento de capacidades deve incluir formação prática sobre gestão de colmeias, comportamento das abelhas e colheita de mel. O apoio técnico deve incluir a construção de colmeias utilizando materiais locais, a prevenção de doenças e a manutenção de colónias. A formação em matéria de acesso ao mercado é vital para um rendimento sustentável e para redes de partilha de conhecimentos baseadas na comunidade

<sup>57</sup> Nota do avaliador: o grupo representa uma pequena fração dos membros da comunidade (os mecanismos de multiplicação da Escolas na Machamba do Camponês (EMC) tendem a ser muito lentos e precisam de apoio externo a longo prazo; o upscaling precisa ser baseado em evidências de bons resultados para pelo menos 3 a 5 campanhas. A taxa de adoção pode variar entre 10% e 15% por ano (ou seja, para 130 agricultores, cerca de 15 ou 20 poderão adotar eventualmente as boas práticas); é necessário criar mecanismos sustentáveis; Os resultados esperados devem basear-se em expectativas realistas (baixas). Embora os esforços de adoção precoce sejam visíveis, o aumento e o impacto reais exigem tempo, continuidade e condições favoráveis — nenhuma das quais está suficientemente presente neste caso.

A avaliação concorda que o princípio das ECMs(EMC) é, de facto, promover a adoção mais ampla de práticas melhoradas. No entanto, a avaliação avalia oportunidades realistas e baseadas em dados concretos de resultados prováveis dentro do prazo e da escala do presente programa. Embora 200 participantes possam corresponder a cerca de 1.000 indivíduos da comunidade (considerando o tamanho do agregado familiar), este número não equivale a 1.000 adotantes diretos ou beneficiários de impacto sustentável. Em contextos de agricultura de subsistência, a adoção de novas práticas é tipicamente lenta e requer ciclos repetidos de observação, construção de confiança e benefícios demonstrados, muitas vezes ao longo de 3 a 5 campanhas agrícolas. A literatura e a experiência de campo sugerem que as taxas anuais de adoção entre os agricultores não participantes estão frequentemente na faixa de 2% a 10%. No caso do Promove Biodiversidade, os testes de culturas-chave como o milho só começaram em 2024/25, o que significa que não há tempo para observar resultados consistentes, adaptação ou replicação mais ampla antes do fim do programa. Sem apoio a longo prazo ou mecanismos de escala estruturados, é improvável que qualquer impacto significativo ou sustentado a nível comunitário possa ser alcançado dentro do atual ciclo do projecto.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- Em vários casos, nos locais visitados pela equipa da avaliação, os insumos são entregues com atraso por dois anos consecutivos, em relação ao início da época de sementeira (início das chuvas), o que resulta em baixa produtividade. No terceiro ano de implementação, o fornecimento de sementes e insumos ainda é tardio, considerando o início da campanha agrícola, i.e. início das chuvas.
- e-Vouchers e fornecimento de insumos: o sistema de registo na base de dados da FAO e de emissão de e-Vouchers é avaliado como não relevante para as necessidades e prioridades dos agricultores locais; o sistema não é eficaz e carece de sustentabilidade (ver PA 6), especialmente nas condições de isolamento do Monte Mabu.
- A introdução de sementes certificadas é avaliada como não relevante para as necessidades dos agricultores locais, uma vez que estas são demasiado caras e não são acessíveis. Adicionalmente, estas sementes dificilmente podem expressar o potencial genético sob a agricultura de baixos insumos e as campos preparados manualmente ao redor do Monte Mabu. Por outro lado, a multiplicação informal local para sementes melhoradas não foi considerada pelo projecto.
- Restauração ambiental: apesar do desmatamento extensivo na área, não foram tomadas estratégias, planos ou ações concretas para restaurar os milhares de hectares de terras degradadas, a maioria com encostas íngremes e falta de cobertura vegetal. Tendo em conta a degradação ambiental existente ligada o declive e as chuvas intensas, esta surge como uma lacuna crítica na abordagem do projecto. O viveiro de árvores estabelecido (cerca de 20.000 árvores) pode produzir plantas para cobrir tão pouco quanto 10 a 20 ha. O viveiro não inclui espécies nativas, apenas algumas espécies de árvores de fruteiras exóticas.
- Aquacultura. Foram identificados potenciais locais para a abertura de tanques piscícolas. No entanto, não se registam progressos nesta actividade. Não há certezas quanto à origem dos insumos de produção para a viabilidade desta actividade no Monte Mabu. Embora os serviços do SDAE tenham mobilizado um serviço de extensão local com competências específicas em piscicultura, tendo em conta a dificuldade de acesso à área, a dificuldade de acesso a alevinos e ração para peixes e a ausência de uma prática estabelecida e do conhecimento dos membros da comunidade sobre, a opção de estabelecer negócios de aquacultura bem-sucedidos, com o apoio e dentro da vigência do projecto é avaliada negativamente.
- Cadeias de valor importantes com oportunidades para a população local, incluindo café e espécies de pequenos animais, não foram consideradas pelo projecto.
- A falta de intervenções orientadas para populações vulneráveis e de programas específicos para a nutrição compromete o objectivo do desenvolvimento inclusivo.
- O projecto não considerou o desenvolvimento participativo de um plano de desenvolvimento territorial para atender às necessidades da comunidade, uma ferramenta para promover a apropriação a longo prazo de estratégias sustentáveis de subsistência.

A duração limitada do contrato requer um foco estratégico, priorizando actividades de alto impacto dentro do tempo disponível e uma urgência para produzir resultados e estabelecer algum nível de sustentabilidade.

#### 2.3.4 CA 3.4 Eficácia da componente na APAIPS

---

**Contextualização da avaliação;** A avaliação da componente APAIPS deve considerar os seus factores e desafios contextuais únicos. Uma vez que a componente só recentemente começou, o seu progresso e impacto permanecem nas fases iniciais de implementação. O contrato inicial com a CTV foi descontinuado, obrigando ao estabelecimento de um contrato com a WWF, que

só foi assinado em Junho de 2023. Este período de transição pode ter atrasado a plena operacionalização das actividades planificadas e criado lacunas na continuidade.

O acordo contratual entre a BIOFUND e a WWF, apoiado pelo envolvimento ativo da área de conservação beneficiária, a APAIPS, proporciona uma configuração colaborativa para a conservação da biodiversidade. A vasta experiência da WWF em trabalhos de conservação reforça a capacidade de implementação da componente, oferecendo experiência na gestão de projectos complexos e no envolvimento com as partes interessadas. A WWF entrou num consórcio com a AENA e a KULIMA para que estas ONG liderassem a componente de subsistência comunitária através do desenvolvimento da agricultura e da cadeia de valor dos produtos da pesca, respectivamente.

A APAIPS centra-se na conservação marítima e costeira. Enfrenta ameaças como altas pressões de pesca, artes de pesca destrutivas, desmatamento do mangal e outros tipos de vegetação costeira, agricultura de corte e queima, expansão de assentamentos e desastres relacionados às mudanças climáticas. A presença de organizações de base comunitária (OCB) bem estruturadas é um ponto forte, pois facilita a participação e a gestão local dos recursos naturais. A intervenção destas organizações é limitada pela falta de poder legal para fazer cumprir a lei (prisão ou multa aos autores de crimes ambientais), restringindo a sua intervenção à sensibilização da comunidade e à consciencialização sobre a conservação. Estas OCB estão atualmente enfraquecidas devido à deterioração das condições de trabalho na sequência da conclusão do projecto Conservando a APAIPS, financiado pela Blue Action Fund (BAF), salientando a necessidade de um apoio renovado.

A avaliação considerou o arranjo institucional promissor e o envolvimento da comunidade com os desafios colocados pelo atraso na implementação, as altas pressões sobre os recursos naturais terrestres/costeiros e marinhos e lacunas nos recursos financeiros.

### **R.1 Melhoria das estruturas, dos planos de gestão e dos serviços**

A avaliação evidencia uma implementação efetiva do novo contrato, com progressos visíveis surgindo já após os primeiros 8 meses de implementação, melhorando serviços, capacidades, planos e infraestrutura. Os progressos no âmbito deste resultado incluem:

- O contributo do projecto para a reabilitação e apetrechamento dos escritórios da APAIPS, proporcionando um espaço de trabalho funcional, melhorando a coordenação das operações de gestão.
- O recrutamento de recursos humanos pela WWF para a APAIPS reforçou a capacidade institucional, garantindo a disponibilidade de pessoal qualificado para as principais responsabilidades.
- A graduação e o apetrechamento de 47 fiscais permitiu a constituição da primeira equipa de fiscalização desde a criação da APAIPS em 2012, aumentando a capacidade operacional nas patrulhas terrestres e marítimas e na aplicação da lei contra actividades ilegais. Portanto, é uma conquista histórica do projecto. Os salários dos fiscais serão pagos pelo Estado, o que representa um passo fundamental para a sustentabilidade dos esforços de conservação.
- As viaturas e os meios de comunicação melhoraram a mobilidade das equipas de trabalho e o acesso às áreas remotas, facilitando o trabalho de campo e os esforços de monitorização. Está numa fase avançada a aquisição de uma embarcação para patrulhamento marítimo e outras actividades.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- A alocação de estagiários do Programa de Liderança para a Conservação de Moçambique (PLCM)<sup>58</sup> da BIOFUND, reforçou os recursos humanos disponíveis para a conservação da biodiversidade, integrando jovens profissionais em actividades-chave.

Existe uma equipa de fiscalização multisectorial (Administração Marítima, SDAE, Polícia Costeira, Fluvial e Lacustre) que promove a colaboração entre os vários intervenientes, potenciando a eficácia das operações de fiscalização na APAIPS e nas suas proximidades.

As organizações de base comunitária contribuem ativamente para o patrulhamento e a sensibilização, complementando a estrutura formal de fiscalização e aplicação da lei. O seu envolvimento garante a participação das bases, colmatando o fosso entre as comunidades e os esforços de conservação. No entanto, o enfraquecimento destas organizações devido à deterioração das condições de trabalho após a conclusão do projecto Conservar a APAIPS representa um desafio. A capacitação e apoio logístico do programa PROMOVE Biodiversidade restringe-se aos agentes do Sistema de Monitoria Orientada à Gestão (SMOG) e agentes comunitários, que beneficiam de subsídios, equipamentos e materiais básicos para o desempenho das suas actividades. Além da formação, não está previsto apoio para outras OCBs (CCPs, CGRNs e monitores de santuários comunitários). Esta descontinuidade no apoio às OCBs tem impacto na sustentabilidade das suas contribuições e sublinha a necessidade de um apoio renovado para manter o seu empenho. Actualmente, existem santuários comunitários que já não funcionam devido ao patrulhamento enfraquecido ou ausente por monitores de santuário anteriormente activos.

Com a graduação dos agentes de fiscalização, o patrulhamento e a aplicação da lei serão assegurados por agentes de fiscalização da APAIPS, equipe de fiscalização multisectorial e agentes comunitários. A APAIPS assumirá um papel de liderança na gestão dos serviços de fiscalização, assegurando uma supervisão centralizada e coordenada, melhorando a prestação de contas e a eficácia operacional.

### R.2 Mecanismos financeiros reforçados e sustentáveis em vigor

A renda anual no valor médio de U\$ 25.000,00 gerada pelo fundo de dotação de 1M U\$ da Conservation International tem sido um recurso chave de longo prazo na cobertura das necessidades logísticas básicas, criando a base para a sustentabilidade financeira das iniciativas de conservação na APAIPS.

Prevê-se apoio adicional de um projecto CLCR de 5 anos<sup>59</sup>, financiado pela Millennium Challenge Account (MCA), financiada pelos EUA, que visa abordar a resiliência climática e melhorar os meios de subsistência nas áreas costeiras da província da Zambézia, reforçando a integração de objectivos ambientais e socioeconómicos.

Os esforços contínuos da WWF para garantir financiamento, tanto para actividades de conservação quanto para melhorar as condições de vida da comunidade, são muito bem avaliados. Actualmente, a WWF está a implementar o programa MozNorte, financiado pelo Banco

---

<sup>58</sup> PLCM é o "Programa de Liderança para a Conservação de Moçambique". Esta iniciativa, implementada pelo BIOFUND, visa desenvolver capacidades pessoais e institucionais no sector da conservação de Moçambique, atraindo e motivando jovens talentos, potenciando competências no âmbito do Sistema Nacional de Áreas de Conservação

<sup>59</sup> a sigla "CLCR" significa "Meios de subsistência costeiros e resiliência climática". Este projecto, que faz parte do Pacto de Conectividade e Resiliência Costeira de Moçambique do Millennium Challenge Corporation (MCC), visa aumentar a produtividade e resiliência dos ecossistemas costeiros em Moçambique.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Mundial através da BIOFUND. Este programa também apoiará a fiscalização e aplicação da lei, a educação ambiental e o fortalecimento das OCBs, complementando o programa PROMOVE Biodiversidade no apoio à continuidade das actividades implementadas pelo projecto Conservar a APAIPS financiado pelo BAF.

As contribuições financeiras esperadas para a APAIPS das mineradoras que operam no interior e/ou em áreas adjacentes, destinados a contrabalançar os impactos residuais ambientais, ainda não se concretizaram. A ANAC está a liderar ações para identificar um parceiro de co-gestão para a APAIPS, mas o progresso tem sido lento. Ainda não existem mecanismos para multar empresas cujas actividades prejudiquem o meio ambiente.

### **R.3 Aumento da sensibilização e das capacidades das comunidades em matéria de gestão participativa dos recursos naturais**

O resultado reflete os esforços para fortalecer e sensibilizar as comunidades sobre o seu papel na gestão dos recursos naturais. As organizações de base comunitária, estabelecidas em iniciativas anteriores da WWF, continuam a desempenhar um papel crítico na sensibilização, apoiadas por actores como CGRN, CCP, SMOG,<sup>60</sup> monitores de santuário e agentes comunitários.

A maioria dos santuários comunitários permanece funcional, fornecendo uma estrutura para a participação local na conservação. Os esforços de restauração dos mangais estão em andamento, promovendo a saúde ecológica e a resiliência. No entanto, embora o reforço das capacidades das OCB esteja previsto, ainda não começou, evidenciando uma lacuna no que respeita ao equipamento completo das comunidades para uma participação activa. Os clubes ambientais nas escolas foram revitalizados e novos foram criados, para promover a sensibilização para a conservação entre as gerações mais jovens.

As estações de rádio comunitárias estão efetivamente a divulgar mensagens sobre conservação, uma actividade de conscientização avaliada positivamente pelo seu alcance, adaptação ao meio ambiente e eficácia em comunidades rurais isoladas.

Apesar dessas conquistas, persistem desafios em fornecer meios de subsistência e fontes de renda alternativas, especialmente durante o período de veda da pesca, que afecta a subsistência local e a estabilidade económica. O apoio do projecto na agricultura/horticultura contribui para diversificar as fontes de rendimento e nutrição. No entanto, é pouco provável que gere rendimentos comparáveis aos que os membros da comunidade ganham com a pesca, o que sugere a necessidade de apoiar a pesca sustentável ao longo de toda a sua cadeia de valor, para melhorar os meios de subsistência da comunidade, conservando simultaneamente a biodiversidade marinha e costeira.

### **R.4 Maior disponibilidade de estudos e pesquisas sobre áreas de conservação**

---

<sup>60</sup> CGRN: *Comités de Gestão de Recursos Naturais*. Esses comités são estabelecidos dentro das comunidades para supervisionar e gerenciar o uso sustentável dos recursos naturais locais.

CCP: *Conselhos Comunitários de Pesca*. Estes conselhos são organizações de base comunitária que gerem e regulam as actividades de pesca, garantindo práticas sustentáveis e distribuição equitativa de recursos entre os pescadores locais. SMOG: *Sistema de Monitoria e Observação da Governança*. Este sistema destina-se a monitorizar e avaliar as práticas de governação, promovendo a transparência e a responsabilização nos vários sectores.

Durante a AMT as actividades de pesquisa ainda estavam na fase de planificação.

**R.5 A adoção de mecanismos sustentáveis e diversificados de produção, colheita e geração de renda provavelmente melhorará a médio prazo os meios de subsistência das comunidades locais, inclusive para mulheres e grupos vulneráveis**

Na agricultura, a implementação da Escola de Negócios na Machamba do Camponês (ENMC) apoiando associações de horticultura teve um desenvolvimento positivo para a primeira campanha agrícola, em pequena escala, com potencial de replicação. Foram construídas estufas, apoiadas por sistemas de irrigação para garantir a produção durante todo o ano, a transferência de tecnologia e a comercialização de produtos hortícolas. As técnicas promovidas incluem a adopção de biofertilizantes e biopesticidas.

As receitas geradas com a venda de legumes são poupadas e/ou investidas em negócios que irão beneficiar a associação. O acesso dos produtos hortícolas aos mercados continua a ser incerto.

Os desafios persistem na aplicação prática do conceito de ENMC. Os beneficiários carecem de ferramentas essenciais, como planos de negócios, limitando sua capacidade de maximizar o potencial do sistema.

Há dependência dos agricultores do projecto pelo fornecimento de sementes e outros insumos. Não estão a ser criados mecanismos locais para melhorar a multiplicação local de sementes.

Ainda há progressos limitados no processamento e conservação do pescado, embora este seja o apoio mais importante para os meios de subsistência da comunidade. As infra-estruturas de apoio ainda não foram construídas (por exemplo, estendais de secagem de peixe) e não foram disponibilizadas infra-estruturas e equipamento de congelação essenciais, deixando uma lacuna crítica nesta área.

Na apicultura, a seleção dos apicultores e o reforço das capacidades já começaram, mas a fase-piloto ainda não foi iniciada. O curto prazo para a replicação após a fase-piloto representa um desafio para garantir que a iniciativa possa ser ampliada de forma eficaz.

A revitalização e a criação de grupos comunitários de poupança e crédito têm sido uma conquista notável. Estes grupos melhoram o acesso ao crédito e promovem o autodesenvolvimento sustentável. Uma característica positiva adicional destes grupos de poupança, que foi evidenciada durante uma discussão de grupos focais com uma associação beneficiária, é o seu contributo para capacitar as mulheres, permitindo a independência financeira e promovendo o empreendedorismo feminino e o auto-desenvolvimento dentro das famílias e comunidades.

### **2.3.5 CA 3.5 Eficácia das prioridades transversais**

---

A intervenção apoia eficazmente as prioridades transversais da igualdade de género e da emancipação das mulheres, a abordagem baseada nos direitos humanos, a boa governação do sector e a gestão dos recursos naturais,

O documento de ação demonstra o empenho em integrar as prioridades transversais da UE relacionadas com a igualdade de género e a emancipação das mulheres, a abordagem baseada

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

nos direitos humanos (HRBA), a boa governação do sector e a gestão sustentável dos recursos naturais, nos seus resultados<sup>61</sup>. No entanto, a conceção dos programas não fornecia especificações sobre a forma como estas prioridades deveriam ser implementadas e que alterações deveriam ser esperadas<sup>62</sup>. A análise dos entregáveis nas componentes da ANAC e BIOFUND mostra que as prioridades transversais foram consideradas em todos os contratos e resultados, no entanto, a avaliação mostra também que as oportunidades para alavancar mudanças nas prioridades transversais podem ser expandidas e ampliadas.

**Empoderamento das mulheres:** A maioria das actividades de conservação e subsistência buscou equidade de género na participação (por exemplo, CGRN, EMC). As visitas de avaliação evidenciaram como em vários grupos de agricultores as mulheres representam a maioria dos participantes. As melhores práticas de participação e empoderamento feminino foram detectadas com o apoio da liderança feminina no Monte Mabu, e mulheres sendo recrutadas para serviços de fiscalização no PNAG. Um exemplo positivo para a componente de subsistência é a organização de Grupos de Poupança e Crédito promovidos no âmbito da APAIPS, quase inteiramente compostos por mulheres. Algumas actividades, como, por exemplo, a horticultura, têm também promovido o empreendedorismo feminino.

No entanto, de um modo geral, poucas actividades são especificamente concebidas em todo o programa para capacitar as mulheres na conservação ou na geração de renda. Em geral, o PROMOVE Biodiversidade poderia ter feito significativamente mais para capacitar as mulheres através de iniciativas como desenvolvimento de capacidades, formação em liderança, literacia financeira, acesso à terra, ao crédito e a insumos, apoio ao empreendedorismo e mais ênfase nas associações de poupança e crédito.

**Abordagem baseada na direita:** O programa destinava-se a abordar as necessidades e prioridades de grupos e comunidades marginalizados e vulneráveis, este critério foi cumprido no Monte Mabu, onde todas as comunidades-alvo podem ser classificadas como "vulneráveis". No entanto, nas três áreas-piloto, a intervenção carecia de mecanismos para alcançar e apoiar especificamente grupos marginalizados e vulneráveis.

**Gestão sustentável dos recursos naturais;** Esta prioridade era o principal objectivo da componente de conservação; na componente dos meios de subsistência, embora algumas actividades de pequena escala apresentassem uma abordagem amiga do ambiente (como a promoção da apicultura, a extensão dos fertilizantes orgânicos e dos pesticidas biológicos), estes esforços foram muito reduzidos em escala e alcance e os três projectos careciam de estratégias territoriais específicas para promover a utilização sustentável dos recursos naturais. No Monte Mabu, embora tenha sido criado um viveiro para produzir alguns milhares de árvores, não foi proposta qualquer estratégia potencialmente eficaz para resolver um dos principais problemas: restaurar a vegetação em grandes superfícies de áreas degradadas (por exemplo: projecto de produção de café sob cobertura florestal)<sup>63</sup>. As EMC eram por vezes preparadas em campos com declives, na zona tampão do PNAG, as culturas anuais eram favorecidas, sem uma atenção adequada para apoiar as culturas permanentes e o desenvolvimento do caju. Afigura-se que o apoio à segurança alimentar, muito relevante para a intervenção, não foi adequadamente

---

<sup>61</sup> Revisão pelo avaliador do documento de ação do programa.

<sup>62</sup> Ibidem

<sup>63</sup> A equipa Mabu não deu seguimento à plantação, devido a desacordo dentro do consórcio sobre a introdução de culturas exóticas em Mabu (fontes: Equipa do Consórcio e comunicação do BIOFUND à Equipa de avaliação)

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

adaptado à atenção prestada a estratégias que podem abordar também prioridades de segurança nutricional, conservação ambiental e desenvolvimento económico.

Culturas leguminosas como *Cajanus Cajanus*, *Vigna unguiculata* e, sempre que possível, *Arachis ipogea* (amendoim) e árvores não foram promovidas em escala significativa.

Estas constatações evidenciam, por um lado, um certo nível de cumprimento das prioridades transversais; Por outro lado, a avaliação sugere oportunidades para continuar a trabalhar, expandir e melhorar os benefícios relacionados com o empoderamento das mulheres (tanto na conservação como nos meios de subsistência), grupos vulneráveis, boa governação e gestão sustentável dos recursos naturais.

## 2.4 PA 4 – EFICIÊNCIA: O PROMOVE Biodiversidade está a ser entregue de forma eficiente, de acordo com os planos técnicos e financeiros?

O PROMOVE Biodiversidade tem fornecido produtos e serviços a nível nacional e local, com diferentes graus de eficiência; observaram-se progressos notáveis na execução dos esforços de conservação do PNAG e do novo contrato no âmbito da APAIPS. No entanto, atrasos significativos na ANAC, Monte Mabu, e componentes de subsistência comprometem a obtenção dos resultados esperados. A execução financeira continua lenta, particularmente na componente da ANAC, devido a desafios processuais e capacidade limitada.

Embora o programa demonstre flexibilidade na abordagem de desafios de nível macro como o COVID-19, sua capacidade de se adaptar às restrições operacionais locais e alinhar componentes estrategicamente é limitada. A falta de uma gestão unificada e de uma orientação baseada nos resultados prejudica ainda mais a eficiência e o impacto. A participação das partes interessadas e os esforços de comunicação melhoraram, mas exigem uma maior ênfase nos resultados e na apropriação pela comunidade.

Apesar de alguns sucessos, atrasos, gestão fragmentada e foco insuficiente em resultados dificultam o desempenho eficiente do PROMOVE Biodiversidade para corresponder aos seus planos técnicos e financeiros.

### CA 4.1 Fornecimento de produtos e serviços a nível nacional e local

A análise da eficiência evidencia alguns desempenhos positivos na implementação do PROMOVE Biodiversidade, mas também atrasos importantes em todos os projectos, reforçando as conclusões da ROM até ao final de 2023 "*Quase todos os projectos enfrentaram atrasos na execução. É improvável que a componente ANAC e outros projectos-chave (por exemplo, Monte Mabu e RADEZA) recuperem totalmente dentro do restante período do projecto, comprometendo alguns dos resultados esperados*"<sup>64</sup>

<sup>64</sup> Relatório Final da ROM, dezembro de 2023

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Os desempenhos positivos incluem: implementação pelo IGF da Componente de Conservação do PNAG e lançamento das actividades iniciais do Consórcio liderado pela WWF para o novo contrato na APAIPS.

Além disso, a avaliação evidenciou atrasos importantes nas actividades relacionadas com:

- Componente ANAC, com atrasos significativos na maioria dos resultados esperados; Os atrasos foram tão importantes que, em 2024, vários resultados foram significativamente reduzidos.
- Projecto Monte Mabu, particularmente para resultados relacionados com infra-estruturas, o estabelecimento de capacidades entre associações e CONSERVA MABU e a componente de subsistência.
- Componente de subsistência na zona tampão do PNAG.
- Componente de subsistência e investigação da APAIPS.

O Anexo 11 fornece uma análise detalhada dos desempenhos, incluindo a análise dos pontos fortes e fracos para ANAC, PNAG Conservação, PNAG meios de subsistência, Monte Mabu e APAIPS.

### CA 4.2 Desempenhos financeiros, procedimentos financeiros e acordos de adjudicação de contratos

A dotação financeira inicial para ANAC, BIOFUND e as 4 componentes do programa é apresentada no quadro seguinte<sup>65</sup>, mostrando uma distribuição equilibrada dos recursos entre os diferentes objectivos, onde a conservação (Componente 2) e a investigação aplicada foram alocados quase 50% dos recursos financeiros, 27% para meios de subsistência e 17% para a ANAC. O orçamento alocado aos meios de subsistência parece bastante limitado em comparação com desafios importantes e o âmbito da componente.

*Tabela 3: Alocação financeira do PROMOVE Biodiversidade nas 4 componentes*

Componente	Milhões de Euros	% do total
<b>Comp 1 Governança ANAC</b>	<b>2,2</b>	<b>16,9</b>
<b>Comp 2,3,4 BIOFUND</b>	<b>10,8</b>	<b>83,1</b>
2. Conservação	6,0	46,2
3. Meios de subsistência	3,5	26,9
4. Investigação Aplicada	0,7	5,4
<b>Total PROMOVE Biodiversidade</b>	<b>13,0</b>	<b>100,0</b>

*Fonte: Documento de Ação*

A contabilidade e os procedimentos, alinhados com os mecanismos da UE, do GON<sup>66</sup> e da BIOFUND, estão a assegurar uma boa qualidade global da gestão financeira, apoiada por uma transparência e responsabilização adequadas, o que constitui um aspeto muito positivo para a implementação do programa.

<sup>65</sup> Um adicional de 5% é alocado para avaliações, auditorias e outras actividades relacionadas; A AMT é financiada ao abrigo desta rubrica orçamental

<sup>66</sup> Gabinete do Ordenador Nacional, (GON)

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Por outro lado, os procedimentos da UE, GON e BIOFUND são pesados e rígidos<sup>67</sup>. Todos os implementadores têm enfrentado desafios na contabilidade e prestação de contas. Esta conclusão está alinhada com a avaliação dos desempenhos financeiros efetuada no final de 2023 "As taxas de execução em *quase todos os projectos estão abaixo das expectativas, refletindo as dificuldades encontradas durante a execução. A componente ANAC apresentou subutilização significativa, com a execução financeira a atingir apenas 4,17% em Abril de 2023, após um ano de implementação*" e "*O projecto utilizou apenas 56% do seu orçamento, apesar de 67% do período de execução ter decorrido*".

Os pontos seguintes avaliam o desempenho financeiro dos principais contratos implementados pelo programa:

- ANAC: Atrasos na aquisição (por exemplo, viaturas) e contratação de pessoal-chave têm dificultado a execução financeira. A construção dos armazéns ainda não está resolvida, o que atrasa ainda mais a execução financeira. A ANAC tem capacidades limitadas para satisfazer os complexos requisitos do Orçamento-Programa estabelecido com o GON e supervisionado pela UE. Como resultado, os desempenhos financeiros da ANAC são muito baixos e os produtos entregáveis tiveram que ser reduzidos pela impossibilidade de mobilizar recursos dentro do prazo contratual. O desafio é agravado por uma lacuna de conceção que não considerou o risco muito previsível associado à execução financeira do orçamento-programa e não atribuiu assistência técnica à ANAC que possa ter facilitado a implementação
- O contrato IGF apresenta desempenhos positivos, com absorção adequada de recursos; a maioria das actividades foi concluída e os recursos utilizados; a taxa de execução é de 95%, com data de término prevista para Outubro de 2026.
- Contrato para meios de subsistência na zona tampão do PNAG: A execução financeira tem sido baixa, com as despesas até Janeiro de 2025 cobrindo apenas 63% do orçamento. Além disso, para este contrato, o prazo poderia ser estendido até Outubro de 2026. Os atrasos incluíram recrutamento de pessoal, formação, construção, construção do escritório da associação Nokalano e a maioria das actividades de subsistência. A pequena escala das intervenções contribuiu para a baixa execução financeira. Note-se que, para o investimento em meios de subsistência, a maior parte dos recursos financeiros deve ser absorvida nos anos 1 e 2 do projecto e não nos últimos meses de implementação.
- Contrato do Consórcio Monte Mabu: conforme evidenciado no CA 4.1, a entrega de produtos e serviços é avaliada como não satisfatória. Tal reflete uma execução financeira lenta, uma vez que, até à data, apenas 63% do orçamento foi absorvido. Tanto a conservação baseada na comunidade como os meios de subsistência enfrentam atrasos importantes, com uma planificação inadequada. Os desafios em matéria de acesso e infra-estruturas estão a atrasar os progressos. A pequena escala das intervenções, a lentidão dos procedimentos de aquisição de bens e serviços<sup>nt</sup>, contratação do pessoal e financeiros contribuíram para a baixa execução financeira.
- Contrato do Consórcio APAIPS: A taxa de execução é de 38% do orçamento devido à dissolução do consórcio original e a uma relativa lentidão nos procedimentos de aquisição, contratação do pessoal e financeiros no contrato atual.
- Contratos de investigação e estudo: as quatro subvenções foram concedidas e as actividades conexas executadas com progressos globalmente satisfatórios.

---

<sup>67</sup> Encontrar intercâmbios de avaliação apoiados com contratantes e implementadores, confirmando perceções de procedimentos lentos e difíceis que prejudicam significativamente o desempenho

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Os atrasos importantes que ocorreram nos desembolsos financeiros para o apoio aos meios de subsistência correm o risco de minar a confiança e o envolvimento dos beneficiários.

O quadro seguinte mostra os progressos (despesas versus alocação) das componentes principais.

**Tabela 4: Dotação orçamental e despesa do PROMOVE Biodiversidade por componente** <sup>68</sup>

Component	Initial Total Budget (€)	% of Total	Budget After Addendum 1 (€)	Budget After Addendum 2 (€)	% of Total After Addendum 2	Total Expenditure (€)	% Budget Spent	% Timeline (for the duration)	Expected End Date
ANAC (Comp 1)	2.200.000,00	18%	2.200.000,00	456.451,70					
BIOFUND (Comp 2, 3 and 4)	10.200.000,00	82%	10.685.000,00	10.935.000,00		7.161.797,59	65%		oct-26
GNAP Conservation / IGF (C2)	2.267.842,50	22,20%	2.267.842,50	2.381.235,50	21,8%	2.257.508,00	95%	62%	oct-26
GNAP Livelihood / RADEZA (Comp 3)	791.703,36	7,80%	791.703,36	974.203,36	8,9%	614.410,97	63%	51%	oct-26
Mount Mabu / WWF (Comp 2 and 3)	1.502.573,63	14,70%	1.502.573,63	1.527.573,63	14,0%	959.142,10	63%	55%	oct-26
APAIPS / WWF (Comp 2 and 3)	3.060.941,63	30,00%	3.060.941,63	3.085.941,63	28,2%	1.187.638,01	38%	37%	oct-26
C.4 Applied Research (UEM, UniLurio, UCM)	418.350,00	4,10%	418.350,00	418.350,00	3,8%	221.588,70	53%	44%	oct-26
COVID Allocation (allocated to several conservation areas)			700.278,48	655.814,34		655.795,93	100%		ended 2022
BIOFUND (Admin cost)	1.065.731,78	10,40%	1.115.731,78	1.184.362,05	10,8%	797.271,72	67%	73%	oct-26
BIOFUND (Indirect Cost)	637.500,00	6,30%	690.019,50	707.519,50	6,5%	468.442,16	66%		
BIOFUND (Contingencies)	455.357,10	4,50%	137.559,14		0,0%		0%		
<b>TOTAL</b>	<b>12.400.000,00</b>	<b>100%</b>	<b>12.885.000,00</b>						

Fonte: Dados financeiros fornecidos pela UE, BIOFUND e ANAC, Janeiro de 2025 <sup>69</sup>

O programa realocou parte do orçamento para atender desafios relacionados à pandemia da COVID-19, incluindo custos operacionais, medidas de prevenção e salários para áreas de conservação. Esta situação aumentou a complexidade da gestão financeira, mas não perturbou significativamente a disponibilidade global de fundos.

Os mecanismos da BIOFUND contribuíram para a baixa execução financeira, incluindo:

- Atrasos no desembolso dos fundos:
- Processos de aprovação morosos e burocráticos dentro da BIOFUND resultam em atrasos na liberação de fundos para parceiros de implementação.
- Requisitos administrativos complexos: Os rigorosos relatórios financeiros e procedimentos administrativos da BIOFUND criam uma carga de trabalho adicional para os implementadores do projecto, desviando tempo e recursos das actividades principais.
- Restrições de fluxo de caixa: Os parceiros de implementação muitas vezes enfrentam desafios de fluxo de caixa devido à lentidão dos processos de reembolso, limitando sua capacidade de pré-financiar actividades críticas.
- O cumprimento dos requisitos da BIOFUND implica custos administrativos e de pessoal adicionais, sobrecarregando ainda mais os orçamentos dos projectos
- A variação de projectos nas categorias de orçamento em diferentes projectos criou desafios na consolidação e elaboração de relatórios de despesas

### CA 4.3 O programa dispunha de flexibilidade adequada para se adaptar aos desafios externos

<sup>68</sup> O âmbito desta avaliação estende-se até Novembro de 2024. Posteriormente, mas antes da versão final do presente relatório, em conformidade com a DUE, foi introduzida uma Adenda 2 ao OP da ANAC para reduzir o orçamento total para 456 451,70 euros. A primeira prestação de pré-financiamento, no valor de 412.078,70 euros, deverá atingir 70% de execução até ao final do 1.º trimestre de 2025.

<sup>69</sup> Nota sobre o cronograma - os contratos com os parceiros foram assinados em períodos diferentes e todos tiveram um final inicial de fevereiro de 2025. % timeline da duração do cronograma considera a duração de 82 meses até o final da segunda adenda ao acordo BIOFUND-EU. Teoricamente, isso permitirá a extensão de todos os contratos de parceiros. No entanto, a duração final dependerá de recursos para custos operacionais (por exemplo, salários) (fonte: BIOFUND, Janeiro de 2025)

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

O programa ajustou-se eficazmente a certos desafios a nível macroeconómico, como a COVID-19. No entanto, a sua capacidade de responder a condicionalismos estruturais e operacionais, incluindo desafios a nível local, teve um desempenho inferior, reduzindo a sua flexibilidade global. A avaliação destaca as seguintes oportunidades e desafios para a flexibilidade do Programa:

- Um indicador positivo de flexibilidade é a capacidade da UE e da BIOFUND para ajustar o quadro de resultados do programa e reduzir alguns resultados após a avaliação do acompanhamento orientado para o desempenho.
- As evidências indicam que o programa respondeu ao importante desafio colocado pela pandemia de COVID-19, realocando fundos para apoiar áreas de conservação com necessidades operacionais, incluindo salários, materiais de prevenção e logística.
- A flexibilidade na adaptação a fatores operacionais, como atrasos processuais, desafios em matéria de contratos públicos e escassez de recursos, foi limitada.
- A dissolução do consórcio inicial para a APAIPS atrasou a implementação, exigindo um tempo significativo para integrar um novo consórcio; o atual consórcio está a manifestar alguns desafios de procedimentos internos para se ajustar à implementação
- Os implementadores demoraram a enfrentar os desafios notáveis do Monte Mabu e, após 3 anos de implementação, os serviços básicos ainda não estão em vigor.
- A componente da ANAC também mostrou flexibilidade limitada diante de desafios processuais.

A flexibilidade do programa foi igualmente limitada por:

- as disposições contratuais rígidas e compartimentadas que constituem o Programa.
- o facto de o programa e os responsáveis pela execução se centrarem mais nas estipulações contratuais do que nos resultados esperados foi também um fator de erosão da flexibilidade e dos ajustamentos necessários para alcançar os resultados (ver também análise no CA 4.4).
- a capacidade limitada de mudança dentro das diferentes organizações: a BIOFUND tinha ferramentas limitadas para reagir a desempenhos insatisfatórios no apoio à subsistência. A UE e a BIOFUND revelaram uma capacidade limitada para melhorar o sistema de monitoria e avaliação da BIOFUND. Vários implementadores tiveram dificuldades para a contratação do pessoal.
- Os responsáveis pela execução tiveram dificuldade em responder e cumprir atempadamente os requisitos de informação financeira da BIOFUND e da UE, o que causou atrasos no desembolso dos fundos e na implementação das actividades. A capacitação dos gestores financeiros dos implementadores pela BIOFUND não parece ter resultado numa melhoria da capacidade, uma vez que as dificuldades de gestão financeira e prestação de contas persistem.

#### CA 4.4 Gestão e enfoque nos resultados a nível da UE, ANAC, BIOFUND e Parceiros de Execução

A avaliação destaca que um dos principais ativos do PROMOVE Biodiversidade é a sua equipa de gestão bem coordenada e proativa. Esta equipa, composta por representantes da UE, GON, BIOFUND e ANAC, designada como grupo de referência, demonstrou um forte empenho. Os seus esforços de colaboração na gestão administrativa, financeira e técnica dos contratos têm sido fundamentais para impulsionar o progresso. Além disso, a implementação beneficiou de um mecanismo de governação (CNS) bem estruturado (ver análise no CA 4.7). Existem mecanismos formais e informais de diálogo e consulta para facilitar a coordenação e a tomada de decisões.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

No entanto, a gestão e a governação enfrentam vários constrangimentos que limitam a capacidade do programa de orientar eficazmente a intervenção para a obtenção dos resultados pretendidos.

O programa merece reforçar a sua orientação para os resultados, uma vez que carece atualmente de um quadro de resultados baseado em alterações mensuráveis, em especial um nível de resultados (benefícios). A mensurabilidade dos resultados não é especificada pelo Documento de Ação, pelas diferentes versões dos quadros lógicos, pela chamada para a apresentação de propostas e, o que é importante, pelos contratos com os implementadores, pelo orçamento-programa com a ANAC, pelo sistema de monitoria e avaliação da BIOFUND e pelos seus relatórios. A maioria dos indicadores é monitorada ao nível das actividades. Consequentemente, tanto a gestão da UE como a da BIOFUND não dispõem dos instrumentos necessários para orientar a implementação para os resultados e aplicar técnicas de gestão baseada nos resultados.

**Caixa: Definição de resultados;** No contexto desta avaliação, adotamos a seguinte definição de resultado: *"uma mudança mensurável causada por actividades e produtos atribuíveis à intervenção"*

A intervenção revela uma responsabilização limitada pelos resultados entre a gestão e as partes interessadas, com uma maior ênfase na garantia da conformidade administrativa, da execução financeira e da implementação das actividades, em vez de alcançar resultados substantivos.

Faltam também instrumentos adequados de orientação para os resultados, incluindo a ausência de concepção orientada para os resultados, contratos, chamada para apresentação de propostas, estimativas de programas, bem como mecanismos de acompanhamento e comunicação centrados nos resultados.

Os pontos fortes e os desafios específicos da gestão relacionados com as principais partes interessadas incluem:

- **Gestão da UE:** A UE demonstrou vários pontos fortes, incluindo a sua organização na concepção do Documento de Ação, a delegação de responsabilidades de implementação à ANAC, ao Governo de Moçambique e à BIOFUND, e a garantia de um fluxo financeiro estável. Foram estabelecidas excelentes relações com a BIOFUND e os parceiros de implementação. No entanto, subsistem desafios. O acompanhamento dos contratos por diferentes funcionários limitou as oportunidades de integração entre as componentes do programa. A UE tem uma experiência prévia limitada em matéria de apoio à biodiversidade e conservação em Moçambique e não estabeleceu um sistema de monitoria a nível do programa. Embora o envolvimento diário da UE no acompanhamento dos programas seja evidente, a tónica tem sido colocada mais na supervisão a nível dos contratos do que nos resultados. A gestão da UE poderia ter potenciado, através do programa, um valor acrescentado adicional (ver PA 7) e o diálogo político para o sector. A gestão da UE é cada vez mais sobrecarregada pelas tarefas administrativas da Delegação, com possibilidades limitadas de estabelecer um acompanhamento operacional e desenvolver uma visão estratégica para a sua cooperação em matéria de biodiversidade; devido às limitações dos seus recursos. A UE teria se beneficiado de um apoio *ad hoc* de assistência técnica. A gestão da UE deve ser apoiada por uma melhoria substancial da qualidade da formulação dos programas. A avaliação revela igualmente a necessidade de estabelecer um sistema de

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

acompanhamento a nível do programa e de estabelecer mecanismos para resolver o problema das desconexões entre componentes e contratos, que se revelaram inadequados.

- **A gestão da ANAC** contou com pessoal comprometido, mas foi afetada pela liderança descontinuada na instituição, rotatividade de pessoal, recursos limitados, limitadas capacidades de elaboração de relatórios, falta de apoio externo adequado para a gestão do programa, concepção inadequada da componente e falta de um sistema de monitoria e avaliação orientado para resultados. As capacidades de comunicação e elaboração de relatórios melhoraram significativamente nos últimos tempos.
- **Gestão da BIOFUND:** A BIOFUND demonstrou uma boa capacidade de gestão dos seus contratos (embora com uma limitada orientação para os resultados), com melhorias significativas nas capacidades de apresentação de relatórios ao longo do último ano. Tem uma excelente coordenação e diálogo com a UE e com outros doadores. No entanto, o diálogo com a ANAC foi limitado.

As partes interessadas a nível nacional questionaram se o papel estatutário da BIOFUND deveria centrar-se mais no seu mandato original (mecanismos financeiros) do que como implementador, notando o risco de uma duplicação com a responsabilidade da ANAC como implementadora para a conservação. Esta questão exige uma reflexão sobre como e em que medida as responsabilidades pela boa gestão financeira, responsabilidade financeira e transparência podem ser separadas da gestão da implementação e das responsabilidades técnicas, e como os dois mandatos devem coordenar-se eficazmente para um objectivo comum.

Embora a BIOFUND tenha gerido os contratos de forma eficaz, os seus sistemas de monitoria e avaliação careciam das ferramentas necessárias para orientar o programa para os resultados esperados.

- **O FFS-IGF** apresenta uma notável coordenação com a ANAC para a conservação do PNAG, com uma forte gestão técnica e financeira do seu contrato e operação.
- **A RADEZA** é uma parte interessada muito ativa, com fortes ligações, bem inserida no seu território, com um historial significativo de apoio aos meios de subsistência e à biodiversidade. No entanto, a concepção, a planificação e a gestão dos seus contratos revelaram-se ineficazes, como evidenciado na análise da eficácia (PA3) e da eficiência (PA4).
- **O Consórcio Mount Mabú** oferece uma abordagem de gestão conjunta, onde os três parceiros contribuem para todos os resultados. Embora a fórmula seja potencialmente interessante, no contexto do projecto evidencia também limitações, uma vez que a "abordagem partilhada" dilui as responsabilidades de gestão e a responsabilização pelos resultados. No local, o consórcio tem pessoal extraordinariamente empenhado, mas os Diretores (e decisores) das três organizações, sediadas em Maputo ou no estrangeiro, não estão suficientemente presentes para apoiar a tomada de decisões locais e a orientação estratégica do projecto. Tanto a componente de conservação quanto a de meios de subsistência sofrem fortes atrasos e progressos limitados para o alcance dos resultados. A criação do **Comité Técnico de Acompanhamento de Mabú** proporcionou uma plataforma para uma ampla participação de instituições relevantes a nível distrital e provincial, partilha de experiências, orientação e melhor alinhamento do projecto com as prioridades do Governo.
- **APAIPS**, consórcio liderado pela WWF, em ação desde Março de 2024, está a mostrar visão estratégica e pró-actividade, mas tem dificuldades em cumprir atempadamente os requisitos de gestão financeira.

### CA 4.5 Mecanismos de monitoria, avaliação e aprendizagem

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

O PROMOVE Biodiversidade pode ser definido mais como um conjunto de contratos no âmbito de um acordo de cooperação comum do que como um "programa"<sup>70</sup>. A conclusão é apoiada por evidências convergentes de que os diferentes projectos implementados no âmbito da intervenção têm limitadas conexões, sinergias e mecanismos de partilha de lições, como explicado anteriormente. A avaliação evidencia também a desconexão entre as componentes da ANAC e da BIOFUND e a falta de mecanismos de monitoramento e relatórios em nível de programa.

A qualidade dos relatórios produzidos pela BIOFUND e pela ANAC registou melhorias notáveis ao longo de 2024. Embora a BIOFUND e a UE tenham melhorado a comunicação e realização de visitas de monitoria desde 2023, estes esforços tiveram um impacto mínimo no desempenho e na eficácia.

A avaliação externa foi apoiada positivamente pelo acompanhamento orientado para os resultados (ROM, 2023) e pela avaliação intercalar (2024/25). A AMT é realizada relativamente tarde no cronograma do programa, o que pode limitar o seu potencial para informar e orientar correções na implementação do programa.

Cada área de conservação piloto realiza uma avaliação anual da eficácia da gestão usando a Ferramenta de Acompanhamento da Eficácia da Gestão - Management Effectiveness Tracking Tool (METT). A análise dos 30 indicadores desta ferramenta identifica áreas de fraco desempenho que requerem atenção para aumentar a eficácia global da gestão das áreas protegidas.

Embora algumas lições da revisão da ROM estejam a ser capitalizadas, o processo global de aprendizagem e partilha de experiências continua a ser insuficiente. As principais lacunas incluem:

- Ligação entre a governação nacional e local: O programa ainda não estabeleceu mecanismos para integrar os ensinamentos retirados dos projectos-piloto a nível local (componente 2) nos quadros nacionais de governação da conservação (componente 1).
- Aprendizagem entre locais: As oportunidades de partilha de experiências e reflexões entre parceiros em diferentes locais de projecto não são adequadamente apoiadas. Por exemplo, não houve uma análise estratégica da razão pela qual as actividades de apoio aos meios de subsistência são, em geral, ineficazes na melhoria da qualidade de vida e na contribuição para os objectivos de conservação nas três áreas-piloto.
- Divulgação dos estudos: As plataformas e os mecanismos para partilhar e divulgar os resultados dos estudos, as lições do programa e as melhores práticas foram apenas parcialmente estabelecidas<sup>71</sup> e ainda não foram postos em prática, limitando a capacidade do programa para informar as políticas e as práticas a uma escala mais vasta. Ao rever a Biblioteca Virtual da BIOFUND, verifica-se que os resultados, dados, pesquisas, estudos ou práticas especificamente do programa PROMOVE Biodiversidade não foram publicados lá. Embora o programa tenha produzido boletins informativos detalhando suas actividades e progressos, esses documentos não estão atualmente disponíveis na Biblioteca Virtual.

---

<sup>70</sup> Normalmente, os programas abrangem múltiplos projectos interligados que, coletivamente, visam alcançar objectivos estratégicos mais amplos

<sup>71</sup> O BIOFUND tem uma plataforma para publicação de pesquisas e estudos de conservação da biodiversidade; [https://www.biofund.org.mz/en/biblioteca\\_virtual/](https://www.biofund.org.mz/en/biblioteca_virtual/) uma revisão da plataforma não evidenciou a publicação de resultados, dados, pesquisas, estudos e/ou práticas do PROMOVE Biodiversidade – ver comentário acima.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- As reuniões do CNS têm sido eficazes em facilitar a partilha de informações entre as partes interessadas, mas seu potencial para impulsionar a integração estratégica e a colaboração entre as componentes permanece subutilizado.

#### CA 4.5 Abordagem de intervenção

*Incluindo a concepção do documento de ação, a escolha dos resultados e a lógica de intervenção ajustada, o Orçamento-Programa com a ANAC, o contrato com a BIOFUND, a chamada à apresentação de propostas e os contratos com parceiros.*

A concepção do Programa, com a preparação do Documento de Ação, teve vários méritos:<sup>72</sup> identificou oportunidades relevantes para estabelecer um primeiro programa emblemático de Cooperação da UE para apoiar a conservação da biodiversidade em Moçambique, definiu a necessidade de trabalhar a nível macro (Governação) com a ANAC e de estabelecer projectos-piloto no terreno, apoiou a abordagens de gestão comunitária. O Documento de Ação também estabeleceu oportunidades para estabelecer sinergias com outras intervenções da família PROMOVE (infraestrutura, agronegócio, energias renováveis), e enfatizou a inclusão e a igualdade de gênero. A consulta da concepção do programa com as principais partes interessadas também é avaliada positivamente.

O processo de formulação, no entanto, foi superficial e inadequado para suportar uma intervenção desta envergadura e complexidade. As deficiências foram importantes e afectaram significativamente a implementação<sup>73</sup>:

- A preparação não conseguiu alcançar a mensurabilidade dos resultados esperados e formular estratégias adequadas (como os resultados seriam alcançados), não conseguiu desenvolver uma teoria credível da mudança para cada resultado, ligando explicitamente os recursos financeiros às actividades, aos entregáveis, aos resultados esperados e aos impactos, definindo interações adequadas com o contexto externo e os riscos a incorrer.
- Em geral, as componentes de subsistência foram significativamente subestimadas, carecendo de definição e abordagens estratégicas, permitindo que as actividades fossem definidas de acordo com a abordagem e a iniciativa de cada implementador
- As iniciativas a nível macro e micro não estavam adequadamente ligadas, incluindo a definição de interações entre a componente BIOFUND e a ANAC
- O projecto da componente de subsistência na zona tampão do PNAG não foi adequadamente conectado com o componente de conservação
- Não foram concebidas sinergias com outras intervenções, por exemplo, definindo resultados claros relacionados com o desenvolvimento da cadeia de produção e de valor e as infra-estruturas a apoiar por outros programas PROMOVE para as áreas visadas
- Os fatores de sustentabilidade não foram adequadamente avaliados, incluindo o ambiente político, a estrutura institucional, as capacidades, os mercados e os fatores e capacidades organizacionais e culturais a nível comunitário

---

<sup>72</sup> Vários méritos foram também reconhecidos pelo estudo ROM 2023 que avaliou e concluiu que o PROMOVE Biodiversidade demonstra um forte alinhamento com as prioridades de conservação da biodiversidade e objectivos de desenvolvimento sustentável em Moçambique. A concepção reflete objectivos claros, o envolvimento das partes interessadas e a coerência com as políticas nacionais. Incorpora abordagens inovadoras e mecanismos de acompanhamento sólidos para assegurar uma aplicação eficaz. No entanto, subsistem desafios para assegurar a viabilidade das actividades dentro dos recursos e prazos determinados. As medidas de sustentabilidade, incluindo o reforço das capacidades e as estratégias financeiras, devem ser reforçadas. Embora as considerações de gênero e inclusão sejam evidentes, estas requerem uma maior integração para maximizar o impacto. De um modo geral, a concepção do projecto está bem estruturada, mas requer ajustamentos para aumentar a eficácia e a resiliência.

<sup>73</sup>Fonte: Revisão da equipa de avaliação e avaliação do documento de ação e entrevistas com as partes interessadas.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- As baixas capacidades da ANAC não foram previstas, bem como a necessidade de estabelecer uma gestão harmonizada, apoio através de assistência técnica (AT) e fusões e aquisições ao nível do programa, como instrumento de apoio à tomada de decisões.
- Foram identificadas actividades não estratégicas para a componente ANAC, que perderam oportunidades para continuar a apoiar o ambiente favorável, as capacidades nacionais de conservação e a reforma do sector.
- Não foram especificadas medidas para ultrapassar a desconexão entre contratos e construir uma intervenção harmonizada com interações entre componentes.

A falta de especificidade e a orientação inadequada para os resultados afetaram a contratualização do programa, incluindo o orçamento-programa com a ANAC, o acordo delegado com a BIOFUND, a chamada para apresentação de propostas lançada pela BIOFUND e os contratos estabelecidos com os implementadores<sup>74</sup>.

#### CA 4.6 Visão estratégica para orientar a governação e a coordenação

O órgão de governança do PROMOVE Biodiversidade (CNS) é avaliado positivamente por se reunir em intervalos regulares, fornecendo uma plataforma sólida para consulta, revisão do progresso e informações de apoio e partilha de lições com um amplo grupo de partes interessadas do programa. No entanto, o CNS tem capacidade limitada para assegurar uma participação inclusiva das comunidades beneficiárias.

Os atrasos e desafios de implementação são regularmente detectados durante as reuniões do CNS e recomendações relevantes são formuladas. No entanto, a aplicação das recomendações pelos parceiros de implementação continua limitada.

O Programa, através da UE, BIOFUND e ANAC, contribui positivamente para promover a coordenação sectorial, o diálogo, as parcerias e o alinhamento político.

No entanto, o programa ainda não estabeleceu uma visão estratégica coesa entre as suas entidades gestoras (UE, ANAC e BIOFUND) que possa permitir melhorias nos impactos do PROMOVE Biodiversidade na conservação da biodiversidade e na melhoria dos meios de subsistência<sup>75</sup>. A gestão, a monitoria e avaliação, a governação e a implementação do programa centram-se principalmente na implementação das actividades estipuladas nos contratos e não ao nível dos resultados e objectivos. Os desafios da gestão do programa são agravados pela falta de uma gestão unificada para as duas componentes e gestores sobrecarregados com tempo limitado para desenvolver contribuições estratégicas.

Um apoio de assistência técnica poderia ter sido útil para reforçar a visão estratégica em todo o PROMOVE Biodiversidade e reforçar a coerência interna do programa (ver também a recomendação 2).

#### CA 4.7 Consulta e participação das partes interessadas a nível nacional e local

---

<sup>74</sup> Fonte: Revisão da equipa de avaliação e avaliação dos fundos de capital de risco e dos documentos contratuais

<sup>75</sup> Conclusões apoiadas por entrevistas (UE, BIOFUND, ANAC, parceiros), revisão das atas e recomendações do CNS e observação de contribuições limitadas a nível estratégico para apoio à governação (a nível nacional e local), criação de sinergias entre componentes, desenvolvimento do planeamento estratégico, apoio à orientação para os resultados e responsabilização, promoção de reformas, criação de sinergias adicionais com outros intervenientes, exploração de soluções a mais longo prazo (para o PNAP, Monte Mabu e APAIPS).

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

O Programa tem apoiado ativamente o diálogo e a consulta a nível nacional e local, contribuindo para cobrir os custos das reuniões regulares do CONGEP para o PNAG e CGAPAIPS, bem como do Comité Técnico de Acompanhamento de Mabu, que são plataformas de ampla consulta e participação na tomada de decisões.<sup>76</sup>

A avaliação evidencia a necessidade de fortalecer ainda mais a participação das partes interessadas na tomada de decisões, para actividades de subsistência e gestão comunitária de áreas de conservação. Em vários casos, durante as visitas no terreno, a avaliação evidenciou a forma como os mecanismos de participação foram formalmente criados, mas com apropriação, capacidade e empenho ainda muito limitados das comunidades beneficiárias, sugerindo uma abordagem de cima para baixo, em que as decisões das comunidades são, em grande medida, orientadas para projectos<sup>77</sup>.

#### CA 4.8 Parcerias com a sociedade civil e partes interessadas nacionais e internacionais que apoiam a implementação

O programa está a colaborar ativamente com ONG e instituições locais (ligações muito boas estabelecidas com instituições e administrações distritais e provinciais). Há complementaridade e colaboração com a ONG Nitidae na pulverização do cajueiro e na investigação no PNAG.

No entanto, observam-se interações limitadas com organizações internacionais, embora tenham sido procuradas algumas sinergias com a FAO como implementadora do PROMOVE AGRIBIZ.

A avaliação torna evidente o espaço para uma abordagem multisectorial mais forte a nível local, buscando sinergias e colaboração para objectivos de subsistência e conservação. De um modo geral, os três projectos-piloto funcionam com interações limitadas, dentro dos limites dos seus contratos. No Monte Mabu, por exemplo, a colaboração com a Justiça Ambiental (JA) está ausente e o desenvolvimento da cadeia de valor necessita de uma abordagem de agrupamento mais forte. É necessário reforçar os mecanismos e as plataformas de coordenação com os intervenientes locais.

#### CA 4.9 Mecanismos de comunicação e visibilidade

O lançamento de um grande programa de conservação da biodiversidade proporcionou uma oportunidade de visibilidade, de beneficiar não só da intervenção, mas também de visibilidade para a UE, BIOFUND e ANAC. Vários eventos, incluindo CNS, conferências, projectos de investigação aplicada e a sua divulgação e formação têm contribuído positivamente para a visibilidade.

A boa visibilidade foi desenvolvida pelas expedições no Monte Mabu, pelos projectos de investigação aplicada, por um documentário da BBC e pela exposição na conferência internacional sobre biodiversidade marinha<sup>78</sup>. Registaram-se melhorias assinaláveis na comunicação e nos relatórios dos programas.

---

<sup>76</sup> Estas plataformas incluem a administração pública a nível nacional e local, comunidades locais, ONG, sector privado e mundo académico

<sup>77</sup> Exemplos destes mecanismos de participação orientados para o projecto incluem as associações do Monte Mabu e a CONSERVA MABU, CGRS no GNAP, Associação Nokalano.

<sup>78</sup> Conferência (Nacala-Porto, Junho 2024) organizada pela BIOFUND em colaboração com o MIMAIP e vários parceiros nacionais e internacionais, tendo a PROMOVE Biodiversidade contribuído para o financiamento do evento.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

A avaliação prova, no entanto, que o alcance, o âmbito da comunicação e a visibilidade ainda são bastante limitados para além dos membros da biodiversidade de Moçambique, dos intervenientes no programa e dos beneficiários.

Um ponto importante sobre a visibilidade é que esta precisa ser ancorada em resultados. O programa deve reforçar as suas realizações relacionadas com a conservação e os meios de subsistência, a fim de aumentar a sua visibilidade. Particularmente a componente de meios de subsistência tem muito pouco para oferecer ainda para desenvolver visibilidade.

O PROMOVE Biodiversidade oferece várias boas práticas interessantes, incluindo: reforço da monitorização digital da conservação no PNAG, reintrodução de 200 búfalos, participação da comunidade na definição dos limites da área de conservação do Monte Mabu, criação da associação CONSERVA MABU, apresentação de uma proposta para a criação de área de conservação gerida pela comunidade no Monte Mabu, oportunidades e investigação sobre flora e fauna endémicas e desenvolvimento do ecoturismo, os resultados da investigação e a sua implicação nas decisões de gestão e na elaboração de políticas, os progressos realizados no cumprimento da CITES a nível nacional e as capacidades de governação local. No entanto, a visibilidade desses resultados só foi explorada de forma limitada e a coerência dos esforços de comunicação deve ser reforçada<sup>79</sup>.

## 2.5 PA 5 – IMPACTO: Em que medida a intervenção está a apoiar mudanças a longo prazo para a melhoria sustentável dos meios de subsistência, a gestão sustentável dos recursos naturais e a gestão das áreas de conservação e da biodiversidade?

O potencial do programa PROMOVE Biodiversidade para impactos a longo prazo é explorado de forma muito limitada devido ao seu curto prazo, orçamento modesto e objetivos ambiciosos. As componentes de subsistência são de pequena escala, orientadas por projetos e carecem de sustentabilidade. A gestão comunitária no Monte Mabu está a dar os primeiros passos e requer um esforço de apoio contínuo a longo prazo. A conservação do PNAG mostra progresso na fiscalização e recuperação da vida selvagem, mas enfrenta desafios como queimadas descontroladas, degradação do habitat e atracção turística limitada. (nota: as atividades da APAIPS são ainda demasiado recentes para avaliar oportunidades de impacto). O apoio global a longo prazo às mudanças transformacionais é substancialmente limitado pelo calendário, pelos recursos e por questões significativas de conceção do programa.

### CA 5.1 Impactos na melhoria dos meios de subsistência e conservação nas três áreas visadas

A curta duração do PROMOVE Biodiversidade e o envelope financeiro relativamente modesto, para os objectivos ambiciosos estabelecidos para a conservação e subsistência, não permitiram o início de mudanças transformadoras significativas a longo prazo.

Apenas a componente de conservação do PNAG, fazendo parte de um esforço de vinte anos, está a consolidar alterações significativas relacionadas com a conservação e a fiscalização. O

<sup>79</sup> No contexto desta avaliação, definimos mudanças transformacionais como "mudanças profundas e sistémicas em estruturas, sistemas e mentalidades que alteram fundamentalmente a forma como um sistema ou sociedade funciona"

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Programa tem sido a principal fonte de financiamento do IGF nos últimos 4 anos e forneceu apoio crítico para a consolidação de componentes-chave de gestão do PNAG, tais como radiocomunicações, delimitação dos limites, recrutamento de fiscais, equipamento moderno para fiscalização e monitoria ecológica, infra-estruturas, desenvolvimento de planos de manejo e de negócios, reintroduções de vida selvagem, melhor comunicação e coordenação com as partes interessadas, incluindo o sistema judiciário, entre outros.

A evolução positiva das pontuações do METT nas diferentes áreas sugere que o programa PROMOVE Biodiversidade está a contribuir positivamente para a eficácia da gestão da conservação. No entanto, limitações importantes, listadas nos pontos abaixo, restringem consideravelmente as oportunidades de alcançar impactos a longo prazo:

**É improvável que as componentes de subsistência produzam impactos em consideração a:**

- Prazo demasiado curto: na maioria dos casos, apenas uma ou duas campanhas agrícolas foram apoiadas até agora pelas Escolas na Machamba do Camponês.

**Caixa: cronograma para meios de subsistência e cadeias de valor agrícolas.** Os sistemas agrícolas de pequena escala podem adaptar-se face à melhoria das práticas ou da tecnologia, mas os resultados têm de ser claramente demonstrados ao longo de longos períodos, pelo menos 3 a 5 ciclos de produção, e os agricultores têm de ser convencidos de: i) baixo risco, ii) investimento limitado de capital e mão de obra e iii) bom retorno do trabalho e do investimento. Se e quando os benefícios se tornarem evidentes, as técnicas acabarão por ser aplicadas e, com o tempo, lentamente aumentadas, o processo de aumento da escala prosseguirá a um ritmo relativamente lento (ou mesmo muito lento): na melhor das hipóteses, a uma taxa de aumento de 10% ao ano, porque os agricultores pobres são muito aversos ao risco e muito conservadores, o que faz parte da sua estratégia de resiliência e sobrevivência<sup>80</sup>. Como consequência, a teoria da mudança assumindo que os impactos da subsistência podem ser alcançados com projectos de curto prazo, apoiando pequenos grupos de agricultores com insumos doados durante duas ou três campanhas, parece desconectada da realidade, sugerindo uma compreensão limitada das práticas de disseminação na agricultura tradicional. O programa tem o mérito de iniciar um processo muito necessário a longo prazo. No entanto, a avaliação evidencia a necessidade de uma estratégia a longo prazo, associada a uma abordagem eficiente e eficaz, necessária para atingir os objectivos de desenvolvimento e conservação dos meios de subsistência.

- Meta muito modesta (por vezes inferior a 1% da população-alvo)
- Escala muito pequena de operações e benefícios muito marginais (escolas na machamba do camponês, produção de mel, piscicultura)
- Falta de mecanismos sustentáveis e total dependência do apoio do projecto (donativos, e-vouchers, sementes certificadas)
- Capacidades dos beneficiários não estabelecidas, sendo frequentemente a formação adiada para o último período da implementação do projecto
- Operações orientadas por projectos, com apropriação superficial

<sup>80</sup> Observação baseada na experiência de mais de 40 anos do avaliador em sistemas agrícolas de pequena escala em África

**Monte Mabu, impactos para a gestão da comunidade:** O apoio à gestão comunitária começou recentemente no Monte Mabu. Trata-se de um processo muito longo e uma verdadeira apropriação, com pleno envolvimento da comunidade (sem apoio externo) pode exigir:

- a evidência de fortes incentivos financeiros.
- apoio externo adicional prestado ao longo de um período muito longo: pode durar 20 anos de apoio contínuo e de reforço das capacidades. Não se devem esperar mudanças transformacionais a curto prazo relacionadas com a gestão comunitária e conservação no curto horizonte temporal do projecto para o Monte Mabu.

**PNAP: impactos na conservação:** A secção de eficácia (PA 3) mostra sinais encorajadores de melhoria da população de animais selvagens e dos serviços de fiscalização. No entanto, esta avaliação apoia uma reflexão construtiva sobre os desafios de alcançar impactos a longo prazo na conservação da biodiversidade no parque com a abordagem atual:

- Embora o sistema de fiscalização tenha sido modernizado e seja bastante eficiente, por si só não será suficiente para enfrentar os crescentes desafios da pressão antrópica e proporcionar condições para que o PNAG se torne uma atração turística frequentada
- As queimadas descontroladas continuam ocorrendo com alta frequência e severidade dentro do parque<sup>81</sup>
- Pressões antropogénicas sobre a população de grandes herbívoros, particularmente a caça furtiva e o impacto das queimadas descontroladas nos habitats. Estas ameaças podem estar a afetar a demografia populacional, a distribuição espacial e temporal<sup>82</sup>.
- O ecossistema do miombo está largamente degradado .
- Muito poucos avistamentos de vida selvagem <sup>83</sup>.
- Ausência de grandes carnívoros <sup>84</sup>.
- Desafios para potenciais turistas: grandes distâncias, alto custo, infra-estrutura limitada, escassos serviços turísticos.
- Melhor oferta em destinos turísticos alternativos (o PNAG carece de vantagem competitiva).

Após mais de duas décadas de esforços empenhados na conservação, é necessário procurar diferentes estratégias para proporcionar oportunidades de impactos a longo prazo no turismo e na conservação do parque (incluindo vedação estratégica, ver capítulo 3, secção de recomendações).

**APAIPS:** actividades iniciadas em Março de 2024, muito cedo para avaliar oportunidades de impacto

---

<sup>81</sup> Veja estudo sobre incêndios florestais, a missão de avaliação assistiu a 5 incêndios diferentes durante uma visita de um dia à área de conservação,

<sup>82</sup> O PNAG carece de recenseamento recente da vida selvagem e de dados demográficos para avaliar o estado das populações de vida selvagem.

<sup>83</sup> A equipe de avaliação (apenas um grande herbívoro avistado durante uma visita de 10 horas e cerca de 200 km de carro dentro do parque. Além disso, a equipe não encontrou rastros e sinais adicionais de vida selvagem

<sup>84</sup> Entrevista com guardas florestais

## 2.6 PA 6 – SUSTENTABILIDADE: Em que medida é provável que o fluxo de benefícios se mantenha após o fim do PROMOVE Biodiversidade e do apoio externo prestado a nível nacional e local?

O programa PROMOVE Biodiversidade estabeleceu vários mecanismos positivos para promover a sustentabilidade, incluindo fortes parcerias com a ANAC, melhoria da governança de conservação e esforços colaborativos com ONGs internacionais e locais. No entanto, o orçamento limitado do programa, o prazo curto e a dependência do apoio externo colocam desafios significativos. Embora alguns esforços de conservação possam continuar, as componentes dos meios de subsistência, como a produção de mel, carecem da capacidade, integração do mercado e apropriação comunitária necessárias para o sucesso sustentado. Para garantir benefícios a longo prazo, será necessário um financiamento externo contínuo e um planeamento estratégico que aproveitem estes ganhos iniciais.

Os mecanismos de promoção da sustentabilidade estão positivamente integrados no programa, nomeadamente a estreita parceria com a ANAC, o apoio à governação nacional e local da conservação, os esforços de colaboração com ONG internacionais e nacionais interessadas em prestar serviços a longo prazo e os esforços para estabelecer capacidades a todos os níveis.

No entanto, o âmbito, o orçamento e a duração do programa PROMOVE Biodiversidade são demasiado modestos para abordar adequadamente os desafios de sustentabilidade relacionados com os meios de subsistência e a conservação.

Dimensões importantes da sustentabilidade, incluindo a sustentabilidade financeira e a sustentabilidade do ambiente político, não são adequadamente abordadas na conceção da ação e nos contratos de implementação. A avaliação evidencia que não existem estratégias de saída adequadas<sup>85</sup>.

De um modo geral, os benefícios obtidos como efeito da implementação do projecto não são suscetíveis de se manterem na ausência de mais assistência dos doadores.

As actividades de conservação e subsistência têm sido implementadas no PNAG e APAIPS há mais de 15 anos, em grande parte como resultado da capacidade das organizações em angariar financiamento externo adicional para a continuidade, em vez de investimento de recursos nacionais<sup>86</sup>.

O quadro seguinte fornece pormenores sobre a avaliação dos pontos fortes e fracos da sustentabilidade para as diferentes componentes e resultados do programa.

<sup>85</sup> Uma estratégia de saída de um contrato de programador ou de Promoção Bioversidade é uma abordagem planeada para assegurar a continuação sustentável ou o encerramento responsável das actividades. Inclui capacitação, apropriação das partes interessadas e planos de transição claros para minimizar interrupções e manter o impacto a longo prazo.

<sup>86</sup> De acordo com o EUD, embora não verificado pela avaliação: "Quase 100% do investimento de capital no âmbito do orçamento do GdM é financiado externamente, particularmente desde o escândalo da dívida oculta. O GdM luta para cobrir a sua massa salarial e o serviço da dívida. No entanto, apesar desta situação financeira desafiadora, a ANAC adicionou mais 30 olheiros à sua folha de pagamento no PNAG, como confirmado pela sua avaliação."

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Tabela 5: PROMOVE Biodiversidade, análise de oportunidades e limitações de sustentabilidade por Componente e actividade

Componente	Oportunidades de Sustentabilidade	Desafios da sustentabilidade
ANAC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apropriação plena e alinhamento (execução directa com o orçamento-programa)</li> <li>• Forte empenho político</li> <li>• Quadro jurídico favorável</li> <li>• Desenvolvimento de capacidades que contribuam para a sustentabilidade</li> <li>• Uma melhor conformidade com a CITES será sustentada após o fim do apoio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança frequente de liderança</li> <li>• Rotação do pessoal</li> <li>• Limitado orçamento de Estado alocado à conservação</li> <li>• Capacidade institucional ainda em fase de construção</li> <li>• Com o programa, a UE disponibiliza fundos adicionais para apoiar as responsabilidades institucionais. É provável que várias destas actividades sejam interrompidas e/ou reduzidas na ausência de ajuda externa, tendo em conta as restrições orçamentais</li> </ul>
<b>Conservação</b>		
Gestão e governação comunitária (Monte Mabu)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio comunitário através dos CGRN</li> <li>• A longo prazo, tal deverá assegurar a apropriação e o empenho</li> <li>• Estruturas formais criadas</li> <li>• Proposta de ACMM apresentada</li> <li>• Delimitação de limites e outras actividades pela comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As capacidades são apenas incipientes</li> <li>• A apropriação é ainda muito baixa</li> <li>• Falta de estratégia e plano para o desenvolvimento turístico</li> <li>• Iniciativa em grande parte orientada por projectos</li> </ul>
Gestão e governança da ANAC (PNAG, APAIPS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolvimento e compromissonacional, incluindo alocação de recursos financeiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio externo necessário a médio prazo e até à criação de receitas do turismo e outras</li> </ul>
Infra-estruturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No PNAGS existem capacidades de operação e manutenção.</li> <li>• Não é assim no Monte Mabu</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A futura expansão das infra-estruturas terá de contar com apoio externo</li> </ul>
Vigilância e controlo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No PNAG há capacidades para operação e manutenção</li> <li>• Custos parcialmente cobertos pelo orçamento nacional</li> <li>• Não é assim no Monte Mabu</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As queimadas descontroladas e a caça furtiva continuam, apesar de 20 anos de esforços. É necessário conceber estratégias alternativas para a sustentabilidade dos ecossistemas e da vida selvagem</li> </ul>
Sustentabilidade a longo prazo das áreas de conservação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tal poderá depender de futuras dotações do orçamento do Estado e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de planos operacionais para o desenvolvimento do turismo, serviços, infra-estruturas e capacidades</li> </ul>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Componente	Oportunidades de Sustentabilidade	Desafios da sustentabilidade
	<p>de receitas diversificadas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Compromisso nacional significativo no PNAG e APAIPS com recrutamento de pessoal adicional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● No PNAG é necessário incrementar a oferta de avistamentos de vida selvagem e o interesse pelo turismo.</li> <li>● Fortalecer estratégias para a sustentabilidade do ecossistema e da vida selvagem</li> </ul>
Conservação APAIPS	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Forte apropriação e apoio do governo local</li> <li>● Aumento do número de fiscais pagos salários pelo Estado</li> <li>● Apoio comunitário através de diferentes OCB</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Falta de parceiro de co-gestão</li> <li>● Falta de geração de receitas (por exemplo, provenientes do turismo, contrabalanços de biodiversidade, etc.)</li> <li>● Limitado orçamento de Estado alocado à conservação</li> <li>● Diversificação limitada dos meios de subsistência, elevada dependência dos recursos pesqueiros</li> <li>● Enfraquecimento das intervenções das OCB devido à redução do apoio dos doadores</li> </ul>
<b>Meios de subsistência</b>		
Escolas na Machamba do Camponês	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Baseado na aprendizagem em grupo e em mecanismos informais locais</li> <li>● Algum desenvolvimento de capacidades (limitado)</li> <li>● Oportunidades para uma limitada produção e comercialização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Orientado por projectos e baseado em subvenções</li> <li>● e-Vouchers e fornecimento de fatores de produção não sustentáveis</li> <li>● Sementes certificadas não sustentáveis</li> <li>● Baixas capacidades</li> <li>● Custo e benefício não estabelecidos</li> <li>● Pouco provável de ser continuado na ausência de apoio ao projecto</li> </ul>
Produção de mel	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Oportunidade de aumento de renda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Orientado por projectos</li> <li>● Com base em subvenções</li> <li>● Capacidades não estabelecidas</li> <li>● Ausência de mercado (e condições muito difíceis para a comercialização no Monte Mabu)</li> </ul>
Piscicultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Oportunidade de aumento de renda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Orientado por projectos</li> <li>● Com base em subvenções</li> <li>● Capacidades não estabelecidas</li> <li>● Ausência de mercado (e condições muito difíceis para a comercialização no Monte Mabu)</li> </ul>
Viveiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Oportunidades para a produção comunitária de árvores nativas e fruteiras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Orientado por projectos</li> <li>● Com base em subvenções</li> <li>● Capacidades não estabelecidas</li> <li>● Apropriação e envolvimento limitados</li> <li>● Sem incentivo para o envolvimento da comunidade</li> </ul>
Moageiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>● A unidade visitada parece funcionar e ser</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Orientado por projectos</li> <li>● Equipamento doado</li> </ul>

Componente	Oportunidades de Sustentabilidade	Desafios da sustentabilidade
	mantida de forma adequada pela associação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidade não estava disposta / capaz de recuperar e instalar unidades por 5 anos</li> <li>• Cultura de forte dependência da assistência a projectos</li> </ul>
Meios de subsistência da APAIPS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As associações de poupança e crédito são uma das poucas actividades de apoio à subsistência avaliadas positivamente quanto à sua sustentabilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobreexploração dos recursos pesqueiros</li> <li>• Oportunidades limitadas para a diversificação das fontes de subsistência e de renda</li> <li>• Perdas de recursos pesqueiros após a colheita devido à instalações de conservação inadequadas</li> <li>• Provisão inadequada de serviços básicos (estradas, eletricidade, água, educação, saúde, acesso aos mercados)</li> <li>• Restrição do acesso às pescarias e a outros recursos costeiros e marinhos devido ao reforço da fiscalização</li> </ul>

*Fonte: Avaliação do avaliador dos pontos fortes e desafios da sustentabilidade*

## **2.7 PA 7 – VALOR ACRESCENTADO DA UE: Em que medida o envolvimento da UE através do programa PROMOVE Biodiversidade contribuiu para a conservação da biodiversidade em Moçambique de formas que não teriam sido possíveis através do apoio individual dos Estados-Membros? 87**

O programa oferece oportunidades significativas para a UE aumentar o seu valor acrescentado na conservação da biodiversidade em Moçambique, alavancando os seus recursos financeiros e técnicos, promovendo o diálogo político e alinhando-se com iniciativas regionais e globais como o Global Gateway e o Team Europe. Posiciona a UE como um líder potencial no setor, oferecendo sinergias com outros programas e iniciativas da UE. No entanto, estas oportunidades continuam a ser sub aproveitadas. O programa ainda não tirou pleno benefício do seu potencial de influência estratégica, incluindo o diálogo político e as sinergias com as intervenções bilaterais e regionais da UE. As limitações de conceção e operacionais centraram os esforços mais na implementação do que no reforço do papel de liderança da UE. Embora futuras iniciativas estratégicas, como o Team Europe e a conectividade regional, apresentem oportunidades, o programa ainda não as aproveitou plenamente.

O PROMOVE Biodiversidade oferece oportunidades significativas para contribuir para o valor acrescentado da UE: i) Posicionar a UE como líder na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento sustentável em Moçambique ii) ao alavancar os seus recursos financeiros e

<sup>87</sup> A pergunta abrange as seguintes dimensões de valor acrescentado: alavancagem e escala, coordenação e sinergia, influência política e reforço institucional, compromisso a longo prazo, transferência de conhecimentos e inovação, diplomacia multilateral e impacto global.

## **Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique**

### **Relatório Final**

técnicos, a UE pode reforçar a sua visibilidade e influência no sector da biodiversidade, iii) alavancar o diálogo e a colaboração a nível nacional e local, incluindo o diálogo político e as reformas sectoriais e iv) apoiar sinergias com outros programas da UE (incluindo a família PROMOVE) e iniciativas regionais.

No entanto, até à data, a UE explorou apenas de forma limitada o potencial valor acrescentado proporcionado pelo PROMOVE Biodiversidade, uma vez que o programa ainda não aproveitou plenamente as oportunidades de diálogo político a nível estratégico, nem otimizou potenciais sinergias com outras intervenções de cooperação bilateral e regional da UE.

Entre os desafios que contribuem para o limitado valor acrescentado da UE contam-se a conceção e o quadro de implementação do programa, uma vez que estes não permitem que a UE assuma adequadamente um papel de liderança na conservação da biodiversidade. O foco atual está mais nos aspetos operacionais do que na alavancagem da influência estratégica. Além disso, as restrições operacionais que limitam a visão estratégica dificultam a oportunidade de liderança do sector e de valor acrescentado.

A avaliação evidencia oportunidades estratégicas de valor acrescentado com as novas orientações políticas da UE para a sua cooperação, incluindo o Global Gateway e a Team Europe Initiative (TEI): i) a liderança da UE na promoção da conservação sustentável da biodiversidade pode aumentar a conectividade entre os esforços de conservação regional e as prioridades de desenvolvimento mais amplas em Moçambique e na região; ii) As iniciativas Team Europe enfatizam ações coordenadas entre os Estados-Membros e parceiros da UE; iii) Inovação e transferência de conhecimentos: as capacidades da UE em matéria de tecnologias de monitorização e conservação da biodiversidade podem ser aproveitadas para fornecer soluções de elevada qualidade e baseadas em dados concretos, apoiar a tomada de decisões, reforçar o reforço das capacidades e assegurar a sustentabilidade dos resultados da conservação.

Estas oportunidades ainda não foram plenamente exploradas.

## **3 CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E LIÇÕES APRENDIDAS**

### **3.1 Conclusões**

#### **Conclusões gerais :**

- O programa PROMOVE Biodiversidade estabelece um marco para a Cooperação da UE em Moçambique com uma primeira intervenção importante à escala nacional para apoiar a conservação da biodiversidade. A UE e os seus parceiros estão a aprender ativamente com esta experiência. A avaliação avalia de forma muito positiva uma abordagem em duas vertentes, com uma componente dedicada a apoiar a governação nacional da conservação com a ANAC e uma segunda a apoiar três experiências-piloto muito diferentes, com oportunidade de aprender com uma variedade de abordagens, ecossistemas e níveis de capacidade.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- Cada área piloto aborda as necessidades de conservação e os meios de subsistência das comunidades locais, outro traço positivo da estrutura. A aplicação é assegurada por diferentes mecanismos, todos apoiando o alinhamento e a apropriação nacional.
- O programa demonstra um elevado grau de relevância para as prioridades nacionais e locais de conservação da biodiversidade de Moçambique e para o quadro de cooperação para o desenvolvimento da União Europeia. O programa iniciou com sucesso actividades destinadas a abordar a perda de biodiversidade e melhorar os meios de subsistência da comunidade, com a avaliação evidenciando resultados significativos e boas práticas.
- O programa estabelece objectivos ambiciosos, apoiados por recursos limitados e prazos curtos, num contexto particularmente difícil. As oportunidades de eficácia, sustentabilidade e impacto são consideravelmente limitadas por vários fatores, incluindo uma conceção superficial, integração insuficiente entre componentes, componente ANAC centrada em aspetos específicos e não estratégicos, limitação de potenciais contributos para a governação nacional e local, uma abordagem orientada para contratos e actividades com limitada atenção à obtenção de resultados, limitada responsabilização sobre os resultados a todos os níveis e uma abordagem que muitas vezes carece de uma visão estratégica para atingir os objectivos esperados.
- Embora as actividades de conservação estejam produzindo resultados mistos, com desempenhos globalmente satisfatórios no PNAG e APAIPS e algumas etapas iniciais importantes estabelecidas para o Monte Mabu, os esforços de apoio aos meios de subsistência são incapazes de fornecer benefícios significativos, contribuições estreitas são fornecidas aos esforços de conservação e oportunidades limitadas são evidenciadas para a sustentabilidade e impactos futuros. A eficácia da componente «meios de subsistência» é afetada pela escolha de um pequeno número de cadeias de valor não estratégicas, por uma abordagem orientada por projectos baseada em subvenções, por uma escala muito reduzida, por um alcance muito limitado, por desempenhos baixos e por uma atenção inadequada ao reforço das capacidades.

### Conclusões por Perguntas de Avaliação

**AP: Relevância** O programa está bem alinhado com as estratégias de biodiversidade de Moçambique, tais como a Estratégia e Plano de Acção Nacional de Biodiversidade e os seus compromissos com convenções internacionais como a Convenção sobre a Diversidade Biológica. No entanto, a integração inadequada dos planos de conservação e desenvolvimento e a pequena escala da intervenção comprometem a sua relevância para as necessidades e prioridades das populações locais.

**PA2: Coerência** O PROMOVE Biodiversidade é coerente com as prioridades globais e regionais da UE, incluindo o Pacto Ecológico da UE e a Estratégia de Biodiversidade para 2030. No entanto, as sinergias operacionais com outras iniciativas financiadas pela UE em Moçambique continuam a ser fracas, limitando a capacidade do programa para ampliar o seu impacto através de abordagens colaborativas.

**PA3: Eficácia** O programa contribuiu para reforçar os quadros de governação para a conservação da biodiversidade, tais como a aprovação do regulamento CITES de Moçambique e o estabelecimento de planos de manejo. No entanto, a governança baseada na comunidade e as actividades de melhoria dos meios de subsistência tiveram alcance e eficácia limitados, muitas vezes falhando em envolver uma participação mais ampla da comunidade. No final do terceiro ano, a intervenção alcançou resultados satisfatórios para o PNAG, sendo necessário um trabalho adicional para a conservação na APAIPS e no Monte Mabu. As actividades gerais de apoio aos meios de subsistência não conseguiram alcançar os resultados e objectivos esperados.

**PA4: Eficiência** A intervenção é apoiada por uma gestão empenhada e por um órgão de gestão bem definido. A execução financeira e técnica é satisfatória para alguns contratos (conservação do PNAG, arranque do consórcio WWF), enquanto está atrasada para outros (ANAC, meios de subsistência no PNAG, Monte Mabu). Os desempenhos são afetados negativamente por questões de concepção, procedimentos, capacidades, desafios de acessibilidade (Monte Mabu) e qualidade do envolvimento da comunidade. As restrições orçamentais restringiram ainda mais a capacidade do programa para intensificar as suas actividades.

**PA5: Impacto** Os resultados iniciais indicam contribuições positivas para a conservação da biodiversidade, particularmente em áreas como o Parque Nacional do Gilé (PNAG) e Monte Mabu. No entanto, a concepção, o curto prazo, os recursos limitados e a necessidade de uma integração mais profunda das actividades de conservação e de subsistência são fatores que limitam consideravelmente as oportunidades de mudanças a longo prazo.

**PA6: Sustentabilidade** Embora o programa tenha lançado as bases para a conservação a longo prazo, como o reforço da capacidade de governação da ANAC, a sua sustentabilidade financeira e institucional permanece incerta, com uma elevada dependência de financiamento externo e capacidades limitadas das instituições e das comunidades locais.

**PA7: Valor acrescentado da UE** O Programa ofereceu oportunidades importantes para alavancar o valor acrescentado da UE e afirmar a liderança da UE na governação da biodiversidade em Moçambique, mas essas oportunidades não foram totalmente capitalizadas.

## 3.2 Recomendações

### 3.2.1 Recomendações operacionais para o acompanhamento do programa

---

#### **Recomendação 1: Melhor planificação ao nível do programa e orientação para os resultados na última fase de implementação**

*A recomendação 1 está ligada à conclusão da PA 3, CA 3.1 e conclusão 3.1 sobre a melhoria da planificação e da orientação para os resultados para aumentar a eficácia do programa*

Com base nos resultados da avaliação e tendo em conta as oportunidades limitadas de alterar significativamente as estipulações dos contratos durante esta fase final de implementação, as oportunidades de ajustamento são muito limitadas.<sup>88</sup> O Programa deve organizar muito cedo em

---

<sup>88</sup> Ver áreas a melhorar nas recomendações operacionais 4, 5, 6 e 7.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

2025 um exercício de planificação participativa orientado para os resultados, a fim de melhorar a planificação, a qualidade da conceção, a orientação para os resultados, a eficácia, o desempenho, a relevância para as necessidades dos beneficiários e a sustentabilidade de cada contrato.

- Este mecanismo de planificação orientado para os resultados deve ser renovado de 12 em 12 meses, em paralelo com o CNS.
- O programa deve centrar-se nos resultados, numa planificação orientada para os resultados, a fim de ser alinhado, tanto quanto possível, com os resultados desta avaliação. Os planos têm de ser acordados e no contrato com os implementadores usando uma abordagem participativa e negociada.
- Uma melhor planificação deve definir metas e cronogramas específicos para cada resultado e, dentro de cada resultado, deve ser definido um calendário pormenorizado para a implementação das actividades, que constitui a base para a gestão e monitorização subsequente.

Endereçado a	Prioridade	Período de tempo recomendado
Delegação da UE, BIOFUND, ANAC	Alto	Imediato até Março de 2025

**Recomendação 2: Mobilizar uma assistência técnica para apoiar a próxima fase de implementação.** A recomendação 2 prende-se com a conclusão da PA 4 sobre a eficiência, o CA 4.1 sobre as lacunas de capacidade e a coordenação limitada e a conclusão 4.1 sobre a assistência técnica.

A avaliação reconhece que os gestores de programa estão sobrecarregados com preocupações administrativas e múltiplas tarefas, com oportunidades limitadas de fornecer "visão estratégica" e apoio à orientação para resultados, aspetos que foram reiterados ao longo da avaliação e, portanto, os serviços de assistência técnica precisam ser mobilizados.

Os serviços de assistência técnica propostos devem ser baseados na ANAC e apoiar a UE, BIOFUND e ANAC; O apoio deve incluir as seguintes tarefas:

- Melhorar os desempenhos (incluindo o cumprimento dos procedimentos financeiros) e reforçar as capacidades da ANAC, nomeadamente em aspetos de governação, monitoria e coordenação
- Prosseguir o diálogo com os parceiros de desenvolvimento e o sector
- Mobilizar um estudo sobre como fortalecer as ligações entre a ANAC e a componente da BIOFUND e construir um roteiro para a implementação dos resultados
- A UE, apoiada pelos serviços de assistência técnica, deve criar um sistema de monitorização a nível do programa. Os sistemas de monitoria e avaliação do programa no âmbito da ANAC e da BIOFUND devem ser significativamente reforçados, com especial incidência nos resultados do programa
- Visitar os implementadores pelo menos a intervalos de dois meses, seguindo o quadro de planificação estabelecido (Recomendação 1)
- Apoiar a visão estratégica do Programa

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- Facilitar e fornecer contributos para as reuniões de governação do programa
- Apoiar a aprendizagem, a partilha cruzada de experiências

Os mecanismos poderiam ser através de contratos-quadro da UE. A concepção dos serviços deve ser cuidadosamente preparada, com uma abordagem participativa e totalmente orientada para os resultados.

Endereçado a	Prioridade	Período de tempo recomendado
Delegação da UE, ANAC, BIOFUND	Alto	Curto prazo: meados de 2025

**Recomendação 3: Reforçar a eficácia da Componente ANAC;** *corresponde a PA 3, CA 3.1, centrado nos desafios de governação da ANAC e à conclusão 3.3 sobre as necessidades estratégicas de reforço das capacidades*

- Nomear Assistência Técnica Direcionada na ANAC (ver R2)
- Estudar e criar mecanismos para uma melhor ligação entre o papel da ANAC e BIOFUND e a implementação pelas ONGs para reforçar a coerência do programa. (PA2/CA 2.1)
- Dedicar apoio à implementação financeira e técnica do orçamento do Programa ANAC com o GON e à sua execução
- Contribuir para o desenvolvimento de capacidades em várias áreas estratégicas relacionadas com o mandato da ANAC, incluindo governação sectorial, monitorização, coordenação, diálogo, políticas e reformas
- Melhorar o planeamento e a entrega de acordo com as estipulações do orçamento-programa
- Potenciar o reforço do diálogo e a melhoria das relações entre a ANAC e a UE
- Reforçar diálogo da ANAC com a BIOFUND
- Reforçar as ligações entre a ANAC e os três projectos da BIOFUND
- Estabelecer mecanismos de aprendizagem a nível nacional e local para intervenções de conservação da biodiversidade
- Estabelecer um sistema de monitoria e avaliação ao nível do programa

Em vez de construir um novo armazem, a avaliação recomenda a exploração de soluções alternativas (ver pormenores no **Anexo 10**)

Endereçado a	Prioridade	Período de tempo recomendado
Delegação da UE, ANAC	Alto	Médio prazo: 12 – 18 meses

**Recomendação 4: Melhorar a eficácia da conservação do PNAG:** A recomendação refere-se ao PA 3, ao CA 3.2 sobre as fragilidades operacionais do PNAG e à conclusão 3.2, que enfatiza o alinhamento da comunidade com os objectivos de conservação.

A avaliação da conservação do PNAG apresenta apenas algumas recomendações operacionais para um contrato que, de um modo geral, tem tido um desempenho bastante satisfatório.

- Procurar oportunidades para melhorar os salários e os incentivos para os guardas florestais
- Melhorar a logística nos locais de acampamento e campismo
- Angariar fundos para implementar o Plano de Maneio do Parque, com flexibilidade para ajustar e colmatar as lacunas identificadas por esta avaliação

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- A investigação e os estudos financiados pelo programa devem ser adequadamente divulgados e os resultados utilizados para o desenvolvimento de políticas e a planificação operacional
- Melhorar o acesso à internet na sede do parque
- Reforçar as ligações entre a conservação e o apoio aos meios de subsistência, a gerir com o pleno envolvimento da Administração do Parque
- Avaliar o custo e benefício de medidas de longo prazo para proteger o parque da caça furtiva e queimadas descontroladas, incluindo um plano de investimento para cercas estratégicas
- Estabelecer um plano operacional detalhado para o desenvolvimento do turismo
- Estabelecer um plano operacional para a Coutada de Mulela
- Apoio na finalização de um contrato de longo prazo entre IGF e ANAC
- Aumentar a visibilidade dos resultados do PNAG e do PROMOVE Biodiversidade e das lições/melhores práticas

Endereçado a	Prioridade	Período de tempo recomendado
Delegação da UE, ANAC BIOFUND, FFS-IGF	Média	Médio prazo: 12 – 18 meses

**Recomendação 5: Melhorar a gestão do Monte Mabu;** *A recomendação 5 remete para a PA 3, CA 3.3, destacando as lacunas em matéria de infraestruturas e ecoturismo do Monte Mabu, refletidas na conclusão 3.4.*

- A abordagem do ReGeCom à participação da comunidade deve ser ajustada, estabelecendo um cronograma claro e resultados a serem estabelecidos durante a vida do projecto
- Embora as comunidades locais tenham sido consultadas para orientar as actividades do projecto, é importante conseguir uma mudança crucial na relação projecto/beneficiário, As comunidades locais devem ser consideradas como proprietárias e decisores e o projecto como um facilitador
- Procurar oportunidades para estabelecer um programa regional que ligue o Monte Mulanje, o Monte Mabu e outros *inselbergs* de apoio à conservação e a um percurso turístico. Eventualmente, financiar um estudo de viabilidade para este efeito
- O consórcio deve prosseguir a sua abordagem de gestão conjunta, mas a responsabilidade e a responsabilização pelos resultados devem ser clarificadas para cada parceiro
- Melhorar a presença de diretores e tomadores de decisão no terreno
- Rever urgentemente o plano para a infra-estrutura, o centro de pesquisa deve ser transformado num "*centro de gestão de áreas de conservação e local de visitantes*".
- Rever e ajustar o plano de actividades com a participação total da CONSERVA MABU
- Estabelecer um plano de longo prazo para o desenvolvimento do ecoturismo (com estratégia, plano operacional, plano de negócios)
- Estabelecer um plano faseado e realista para a implementação de infra-estruturas, com plena apropriação da associação local, a CONSERVA MABU
- Melhorar urgentemente o Centro (banheiros, barracas, água, luz, internet, área comum, acesso de veículos (último km) principalmente para o período chuvoso
- Reduzir a dimensão do segundo centro localizado fora dos limites da ACMM
- Estabelecer uma avaliação da capacidade da CONSERVA MABU e associações locais com análise de lacunas (com base num objectivo de plena apropriação e gestão da área de conservação) e apoiar um plano de longo prazo de desenvolvimento de capacidades com total mensurabilidade e definição dos resultados esperados

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- Com a participação das comunidades beneficiárias estabelecer um estudo para o desenvolvimento do café (sob copa florestal) para as áreas desmatadas ao redor do Monte Mabu, incluindo estratégia, plano de investimento e plano de desenvolvimento de capacidade.
- Procurar oportunidades de financiamento ao abrigo da UE, da TEI e de outros doadores
- Estabelecer benefícios urgentemente quantificáveis a nível comunitário, com resultados tangíveis (benefícios sociais ou económicos) para a população local, como mecanismo para construir o diálogo e a confiança para o desenvolvimento futuro
- Explore com urgência oportunidades para a continuidade das actividades

Para a componente dos meios de subsistência, ver mais pormenores na recomendação 7.

Endereçado a	Prioridade	Período de tempo recomendado
Delegação da UE, ANAC BIOFUND, Consórcio,	Alta;	Médio prazo: 12 – 18 meses

**Recomendação 6: Fortalecimento dos Contratos de Subsistência na APAIPS;** *A Recomendação 6 está ligada ao PA 5, CA 5.1, relativo aos meios de subsistência e à sustentabilidade, e a conclusão 5.1 sobre o reforço da emancipação das mulheres e um planeamento agrícola realista.*

- Alocar fundos de fiscalização para gestão directa pela APAIPS, dado que as políticas do WWF não permitem a gestão de operações paramilitares e militares
- Criar e equipar acampamentos de fiscalização para operações eficazes
- Revitalizar e apoiar as OCB através do reforço das capacidades (formação e troca de experiências)
- Fornecimento de equipamentos e incentivos para actividades-chave como patrulhamento comunitário, sensibilização e coleta de dados de monitoramento ecológico não só para SMOG e agentes comunitários, mas também para CCPs, CGRNs e monitores de santuários comunitários. Os equipamentos devem incluir barcos, camisetas, chapéus, botas, cadernos de notas, celulares, lanternas, entre outros
- Apoiar a cadeia de valor da pesca através de actividades como: (i) fornecimento de barcos de pesca motorizados às associações do CCP, para apoiar a pesca no alto mar e aumentar as capturas de peixe, (ii) aceleração do desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos para o processamento e conservação dos produtos da pesca
- Realizar um rápido estudo de viabilidade técnica e financeira para a apicultura, cujos resultados serão utilizados para decidir sobre o desenvolvimento desta actividade, em vez de implementar a fase-piloto que exigirá pelo menos 6 meses
- Formar e apoiar as comunidades na produção e armazenamento de sementes, tanto para a horticultura como para a agricultura da estação quente
- Defender a implementação de contrabalanços de biodiversidade pelas empresas mineiras que operam na APAIPS e áreas adjacentes
- Melhorar a comunicação interna e a gestão de documentos financeiros e de aquisições na WWF, para melhorar a sua capacidade de prestação de contas (submissão de relatórios financeiros).

Endereçado a	Prioridade	Período de tempo recomendado
--------------	------------	------------------------------

Delegação da UE, ANAC BIOFUND, WWF Consortium	Média	Médio prazo: 12 – 18 meses
--	-------	----------------------------

**Recomendação 7: Melhorar as operações APAIPS e os meios de subsistência comunitários;** *A Recomendação 7 está alinhada com o PA 3, CA 3.4, abordando os desafios da APAIPS na fase inicial de implementação e a conclusão 3.5 sobre sustentabilidade financeira e operacional.*

As opções para melhorar os contratos em curso são bastante limitadas, tendo em conta a baixa eficácia, o impacto e a sustentabilidade, a escala e o alcance muito limitados das actividades, os desempenhos limitados alcançados até à data e as capacidades limitadas. As melhorias da eficácia das intervenções de subsistência exigirão, portanto, um projecto detalhado, com avaliação do cronograma, recursos e identificação das limitadas oportunidades de melhoria dentro de cada contrato e para cada resultado. Segue-se uma série de orientações para orientar este esforço:

- Apoiar um Plano Territorial para as zonas-tampão, baseado na abordagem de *clusters* da cadeia de valor para cadeias de valor de alto impacto (Caju, horticultura, café)
- Finalizar com urgência as actividades previstas para a piscicultura (foco nas capacidades – muito urgentes), aquisição sustentável de alevinos e rações e comercialização de produtos
- Finalizar com urgência as actividades previstas para a apicultura (foco nas capacidades – muito urgentes), aquisição sustentável de insumos e comercialização
- No PNAG, concentrar a apicultura em poucos locais para aumentar a viabilidade do processamento e comercialização do mel.
- Estabelecer vedações de colmeias nas áreas mais afectadas por conflitos entre humanos e elefantes, para direccionar a produção de mel para a geração de renda e, ao mesmo tempo, mitigar potenciais conflitos com a fauna
- Se o tempo permitir, considere a criação de associações de poupança e empréstimo para os CGRNs e a Escola na Machamba do Camponês como um mecanismo sustentável para apoiar o acesso a insumos e sementes
- Estabelecer urgentemente uma conexão entre as actividades de subsistência e a conservação do parque
- Continuar com o plano em curso para um novo contrato com a IGF para meios de subsistência
- Reforçar as capacidades da RADEZA e da WWF em matéria de gestão financeira, contabilidade e prestação de contas
- A avaliação não vê sentido em continuar com o sistema de registo e de vouchers electrónicos da FAO
- Estabelecer mecanismos informais para melhorar a multiplicação de sementes e materiais de plantio
- Reforçar a monitoria do progresso do contrato com a RADEZA, com cláusulas baseadas na entrega e alcance de resultados
- Calcular o custo e benefício das técnicas promovidas pelas Escolas na Machamba do Camponês, incluindo biofertilizantes, biopesticidas e sementeira em fila
- Promover o valor nutricional das actividades agrícolas, com alimentos ricos em proteínas e vitaminas e diversidade alimentar
- Reforçar o empoderamento das mulheres e a inclusão em todas as actividades
- Plantio extensivo de árvores frutíferas (papaia, manga, citrinos, goiaba, entre outros)

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- É importante ressaltar que, para apoiar os meios de subsistência no contexto da conservação da biodiversidade, as partes interessadas devem ser cautelosas com teorias simplistas de que os benefícios dos meios de subsistência diminuirão a pressão sobre a conservação, num contexto em que esses benefícios são procurados com intervenções não estratégicas minimalistas, com alcance muito limitado.
- Uma planificação realista deve considerar que o aumento da produção deve exigir pelo menos 5 campanhas agrícolas, o que representa mais de 7 anos de implementação

Endereçado a	Prioridade	Período de tempo recomendado
Delegação da UE, ANAC BIOFUND, implementadores	Alto	Curto prazo: 6 a 12 meses

### 3.2.2 Recomendações estratégicas para o futuro apoio da cooperação em matéria de biodiversidade

---

**Recomendação 8 Reforçar o valor acrescentado da UE e o diálogo político para a conservação da biodiversidade;** *A Recomendação 8 refere-se a PA 7, CA 7.1, que discute o valor acrescentado da UE e o diálogo político e à conclusão 7.1, que enfatiza a liderança estratégica.*

- Aumentar o compromisso de valor acrescentado da Delegação da UE na liderança das reformas e dos diálogos em matéria de política de biodiversidade a nível nacional e regional, com o apoio de serviços especializados de assistência técnica (ver Recomendação 2)
- Procurar dar continuidade ao próximo período de programação e assumir um compromisso a longo prazo para com a conservação da biodiversidade
- Explorar as oportunidades disponíveis nos Instruments Regionais
- Procurar oportunidades de envolvimento da TEI e da Global Gateway na conservação da biodiversidade
- Os serviços de assistência técnica devem aproveitar as oportunidades de diálogo para melhorar a governação da conservação, a orçamentação nacional e as reformas sectoriais

Endereçado a	Prioridade	Período de tempo recomendado
Delegação da UE	Alto	Longo prazo (próximo ciclo de programação)

**Recomendação 9: Melhorar os mecanismos da UE para apoiar a conservação da biodiversidade em Moçambique;** *A recomendação 9 corresponde a PA 6, CA 6.1, sobre a sustentabilidade do programa e a conclusão 6.2 sobre a integração de resultados mensuráveis e mecanismos baseados no desempenho.*

- Reforçar os conhecimentos especializados específicos da UE em matéria de conservação da biodiversidade, eventualmente com o apoio à assistência técnica específica. Os serviços de assistência técnica podem proporcionar coordenação e integração entre contratos e resultados e apoiar a orientação estratégica
- Estabelecer na UE um gestor único a nível do programa, centrando-se na gestão do programa e na consecução dos seus objectivos, em vez do acompanhamento do contrato

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- Melhorar significativamente a concepção de ações futuras (a orientar para os resultados, com plena especificação e mensurabilidade dos resultados, com os resultados adequadamente ligados aos recursos financeiros e ao cronograma; estudos de viabilidade completos que apoiem a sustentabilidade, concepção muito cuidadosa das modalidades de implementação)
- Evitar, no futuro, a criação de programas compostos por contratos compartimentalizados e estabelecer, através de uma melhor concepção e de boas práticas de formulação de programas, fortes sinergias entre componentes e resultados
- Estabelecer um sistema de monitoria e avaliação ao nível do programa, com apropriação nacional para captar as lições aprendidas e capitalizar a experiência
- Abandonar as abordagens orientadas para projectos baseadas na doação de equipamentos e insumos
- Reforçar a orientação de género, a inclusividade, a abordagem baseada nos direitos humanos em todo o apoio à biodiversidade e meios de subsistência
- Os acordos e contratos devem ser orientados para os resultados e os desembolsos devem estar ligados ao desempenho
- Prestar apoio de Assistência Técnica sempre que as capacidades sejam consideradas inadequadas para a implementação

Endereçado a	Prioridade	Período de tempo recomendado
Delegação da UE	Alto	Longo prazo (próximo ciclo de programação)

### 3.3 Lições Aprendidas

Sendo a primeira iniciativa do género em Moçambique, o PROMOVE Biodiversidade oferece informações valiosas para orientar futuros programas de biodiversidade. Estas lições são cruciais para melhorar a tomada de decisões, melhorar o desempenho e apoiar a obtenção de melhores resultados nesta e em intervenções semelhantes.

#### 1. Importância do planeamento integrado e das sinergias

As abordagens fragmentadas e a integração insuficiente entre as componentes do programa reduzem significativamente a eficácia. Alinhar os processos de planeamento entre as actividades de conservação e subsistência é fundamental para alcançar sinergias e maximizar resultados. Mecanismos de coordenação melhorados podem garantir que todos os parceiros de implementação trabalham para objectivos unificados, como evidenciado em áreas como PNAG e Monte Mabu

#### 2. A participação da comunidade aumenta a sustentabilidade

A apropriação local e as abordagens orientadas para a comunidade são essenciais para a sustentabilidade a longo prazo dos esforços de conservação. Os projectos que adotam um modelo de implementação de baixo para cima (*top-down*), muitas vezes não conseguem construir confiança ou alcançar um envolvimento significativo. Em contrapartida, os modelos participativos promovem a apropriação, o compromisso, a inclusão e garantem que as intervenções são pertinentes para as necessidades locais

#### 3. A orientação total para os resultados, apoiada por metas claras e realistas, melhora o desempenho

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Metas ambiciosas sem planos operacionais detalhados ou cronogramas levam a ineficiências. A definição de metas específicas e mensuráveis é essencial para orientar as actividades do programa e avaliar os progressos. Isto é particularmente verdadeiro para os contratos de subsistência, onde os atrasos e a falta de escalabilidade têm um impacto limitado

#### 4. Assistência técnica para colmatar lacunas de capacidade

As limitações de capacidade das agências de implementação prejudicam o desempenho do programa. A implantação da Assistência Técnica para apoiar a visão estratégica, o desenvolvimento de capacidades e a monitoria podem mitigar esses desafios. A assistência técnica deve desempenhar um papel facilitador, reforçando a capacidade da UE e de instituições como a ANAC e BIOFUND para liderarem eficazmente

#### 5. É necessário um compromisso a longo prazo para a conservação da biodiversidade

As intervenções a curto prazo são insuficientes para enfrentar os desafios complexos e sistémicos da conservação da biodiversidade. Alcançar resultados impactantes requer investimentos plurianuais, parcerias estratégicas e aprendizagem contínua. A necessidade de um envolvimento sustentado é evidente em programas como APAIPS e Monte Mabu, onde o trabalho fundamental necessita de ser reforçado ao longo do tempo.

# ANEXOS

## 1 Anexo 1 – Termos de referência da avaliação

### 1.1 INFORMAÇÕES GERAIS

O PROMOVE Biodiversidade é um programa de 13 milhões de euros totalmente financiado pela União Europeia no âmbito do 11º FED, implementado pelo BIOFUND e pela ANAC. É atualmente a principal iniciativa financiada pela UE para o sector da conservação da biodiversidade em Moçambique.

O objectivo geral do programa é contribuir para um crescimento económico sustentável, inclusivo e de base alargada, para a redução da pobreza e da vulnerabilidade (contra os impactos das alterações climáticas) através da utilização sustentável dos recursos naturais, nas províncias da Zambézia e Nampula.

O objectivo específico é proteger a biodiversidade e contribuir para melhorar os meios de subsistência das comunidades rurais através da gestão sustentável dos recursos naturais em 3 áreas-alvo de Moçambique: Ilhas Primeiras e Segundas (APAIPS) e áreas costeiras adjacentes, a Reserva Nacional de Gilé (GNR) e o Inselberg de Mabu, nas províncias de Nampula e Zambézia. Estas zonas foram selecionadas pela sua importância em termos de biodiversidade, mas também pela sua elevada densidade populacional, ou seja, onde os recursos naturais estão a sofrer uma pressão importante por parte das comunidades locais. Os ecossistemas são nomeadamente costeiros e marinhos, terras baixas, floresta de miombo e floresta afromontana.

As principais componentes da ação são: (1) Quadro de governação das instituições que lidam com a gestão dos recursos naturais; (2) Iniciativas e estratégias para a gestão sustentável dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade nas áreas-alvo e em torno delas; (3) Meios de subsistência sustentáveis das comunidades que vivem dentro das áreas de biodiversidade ou nas zonas-tampão; e 4) Investigação aplicada e estudos participativos orientados para a gestão dos recursos naturais para influenciar o planeamento e as políticas a nível local e nacional.

Na sequência da epidemia de COVID 19, foi adicionada uma pequena componente para apoiar a resposta de emergência COVID nas principais áreas de conservação do país.

#### 1.1.1 Antecedentes relevantes do sector do país

---

Moçambique é rico em biodiversidade, com uma área total de cerca de 786.000 km<sup>2</sup>, e cerca de 13.000 km<sup>2</sup> de território lacustre de água doce. .

O país tem mais de 5000 espécies de flora e mais de 4000 espécies de vida selvagem terrestre, várias das quais endémicas<sup>1</sup>. As comunidades utilizam uma área florestal maior dos 32 milhões de hectares estimados no inventário florestal de 2018; Desflorestação com uma desflorestação de 267 000 ha/ano, os ecossistemas florestais fornecem bens e serviços essenciais às comunidades locais (alimentos, energia, materiais de construção e mobiliário) e apoiam a produção de madeira e produtos não madeireiros para utilização comercial. Mais de 25%<sup>2</sup> do território é designado como áreas de conservação (parques nacionais, áreas de caça, fazendas de vida selvagem e áreas de conservação comunitária). Moçambique é também dotado de uma grande biodiversidade com ecossistemas terrestres e marinhos globalmente importantes que estão sob pressão significativa.

Algumas das **principais ameaças** à biodiversidade em Moçambique incluem:

- Perda e Degradação do Habitat: Desmatamento, expansão agrícola, urbanização, desenvolvimento de infraestrutura e mineração;

- Comércio Ilegal de Vida Selvagem e Caça Furtiva: Moçambique serve como fonte, trânsito e destino para o comércio ilegal de vida selvagem
- Alterações Climáticas: induzem alterações nos ecossistemas, na distribuição das espécies e nos processos ecológicos.
- Espécies Invasoras: espécies nativas, alteram a dinâmica do ecossistema e perturbam processos ecológicos.
- Sobreexploração dos recursos naturais: exploração madeireira, sobrepesca e caça insustentável
- Poluição e Degradação do Habitat: actividades industriais, agricultura, mineração, urbanização e descarte inadequado de resíduos.
- Conflito Homem-Vida Selvagem: Invasão de culturas por elefantes, predação por leões e crocodilos e invasão humana em habitats de vida selvagem.

O desenvolvimento agrícola e as práticas relacionadas com a agricultura continuam a ser um dos principais impulsionadores da perda de habitat e biodiversidade em Moçambique<sup>3</sup>. Análises recentes indicam que 220.000 hectares de florestas naturais de Moçambique são perdidos anualmente, sendo em grande parte impulsionados pela expansão das terras para a agricultura, além da demanda de lenha para energia doméstica. Estima-se que dois terços das perdas e degradação florestal em Moçambique sejam atribuídos à agricultura de pequena escala.

### **Políticas nacionais**

Adotada em 2015, a Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Diversidade Biológica de Moçambique (2015-2035- NSAPBD) visa uma melhor partilha dos benefícios da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos para todos os sectores da população, para além dos seus objectivos específicos de biodiversidade e preservação da perda de ecossistemas. Vários regulamentos relacionados com a biodiversidade estão incluídos num vasto número de leis e políticas nacionais e regulamentos associados<sup>4</sup>.

O Programa Quinquenal do Governo (PQG) contém indicadores e prioridades específicas de "Fortalecer a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente" para mitigar os desafios ambientais e climáticos, garantindo o crescimento económico e promovendo o desenvolvimento sustentável inclusivo<sup>5</sup>.

### **Políticas da UE**

Aquando da formulação do PROMOVE Biodiversidade, as prioridades estratégicas da UE para a conservação da biodiversidade em África foram enquadradas no documento de *orientação Larger than Elephants (LtE, 2015)*<sup>6</sup>.

Uma nova versão do LtE está atualmente sendo finalizada, servindo como uma inspiração significativa da iniciativa emblemática da NaturAfrica. O NaturAfrica é a abordagem do Green Deal para o apoio da UE à conservação da biodiversidade em África. Esta iniciativa centra-se na escala "meso" de intervenção que é a paisagem-chave, abordando simultaneamente três temas interligados de uma forma atualizada: i) conservação com foco em áreas com um elevado nível de governação/gestão (por exemplo, parques sob gestão delegada e conservas), ii) desenvolvimento com foco em cadeias de valor verdes/azuis e iii) novos, governação territorial que liga os outros dois temas.

Em preparação do exercício de programação do NDICI em 2020, a EUD em conjunto com os seus Estados-Membros adotou o Team Europe Initiative (TEI) Green Deal para Moçambique, estruturado em torno dos seguintes pilares:

(1) Proteção, preservação e restauração do capital natural; (2) Infraestruturas hipocarbónicas, resilientes e sustentáveis; e (3) Ambiente favorável, capacidade de investimento e perspetivas estratégicas.

O Green deal TEI de Moçambique foi transposto no Programa Indicativo Plurianual (PIP) da UE 2021-2027 para Moçambique no âmbito do pilar "Growing Green".

### **Principais partes interessadas**

O Ministério da Terra e do Ambiente (MTA) é o principal responsável pela política ambiental, gestão do território e desenvolvimento rural, incluindo a conservação da biodiversidade.

A Administração Nacional de Áreas de Conservação (ANAC) supervisiona a gestão de parques nacionais, reservas e outras áreas protegidas em Moçambique.

O Ministério do Mar, das Águas Interiores e das Pescas gere a biodiversidade marinha e de água doce, incluindo a regulamentação das actividades de pesca e a proteção dos ecossistemas aquáticos.

A BIOFUND – Foundation for the Conservation of Biodiversity Conservation Foundation é um Conservation Trust n Environmental Fund, uma instituição privada moçambicana, sem fins lucrativos, com estatuto de utilidade pública, que mobiliza, aloca e gere recursos financeiros exclusivamente para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais em Moçambique. O BIOFUND desempenha um papel crucial na manutenção da conservação da biodiversidade em Moçambique através do seu apoio financeiro estratégico, esforços de capacitação e parcerias de colaboração.

Para além destas instituições, o sector da biodiversidade inclui numerosos atores de organizações internacionais (IUCN, WWF, PNUD), ONG (Conservation International, WWF, Greg Carr Foundation, PPF, WCS, IGF-FFS, FFI, Nitidae), doadores (UE (FR, CE, SE, IT, KfW, IR), BM, USAID), sector privado (zonas de caça de reservas geridas por privados (*coutadas*), operadores turísticos, empresas agrícolas e florestais), bem como académicos (Universidade Eduardo Mondlane, UniLúrio, UCM).

#### **1.1.2 A intervenção a avaliar<sup>7</sup>**

Esta avaliação abrange uma intervenção financiada pela UE no sector da biodiversidade, a saber:

<b>Título da intervenção a avaliar</b>	<b>Ações de Biodiversidade para Moçambique no âmbito do 11º FED - PROMOVE Biodiversidade (DEC FED/2016/040-054)</b>
<b>Orçamento da intervenção a ser avaliado</b>	<b>Custo total: EUR 13 000 000 (Contribuição da UE: EUR 13 000 000)</b>

<b>Número CRIS e/ou OPSYS da intervenção a avaliar</b>	DECISÃO FED/2019/040-54	
	<b>ACT-D-40054-00</b>	
	Devem ser avaliados os seguintes contratos no âmbito da presente decisão:	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>FED/ 2021 / 420-668 - Orçamento Programa: PROMOVE Biodiversidade - Melhoria da capacidade institucional da ANAC – EUR 456,451.69</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>FED/2019/411-549 - PROMOVE – Biodiversidade: Apoio á BIOFUND para proteção da biodiversidade e melhoria na gestão dos recursos naturais em Moçambique – EUR 10,685,000.00</li> </ul>	
<b>Datas da intervenção a avaliar</b>	Data de início:	02/12/2019
	Data de fim:	Todo o período da Ação até à data

### 1.1.3 Justificação para a concessão do apoio da UE

A intervenção foi desenvolvida em linha com as prioridades identificadas no Programa Indicativo Nacional (PIN) para os anos 2014-2020. A conservação da biodiversidade faz parte do sector prioritário de desenvolvimento rural do 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). O objectivo geral da componente de desenvolvimento rural é promover um crescimento económico sustentável, inclusivo e de base alargada e reduzir a pobreza e a vulnerabilidade contra os impactos das alterações climáticas em áreas rurais específicas de Moçambique. Após um estudo sobre as disparidades regionais no domínio do desenvolvimento rural, foi acordado com as autoridades concentrar as intervenções relacionadas com o desenvolvimento rural nas províncias de Nampula e Zambézia.

O programa é parte integrante do objectivo global de desenvolvimento rural do 11º FED "promover um crescimento sustentável, inclusivo e de base alargada e reduzir a pobreza nas áreas-alvo de Moçambique e a vulnerabilidade contra os impactos das alterações climáticas". O PIN identifica claramente os aspetos ambientais como "grandes estrangulamentos ao desenvolvimento rural" e apela a "ações complementares" sobre estes aspetos para "assegurar sinergias e sustentabilidade às ações/objectivos identificados no âmbito do sector prioritário do desenvolvimento rural".

A nível mundial, a Agenda para a Mudança da UE reconhece o crescimento inclusivo e sustentável como crucial para a redução da pobreza a longo prazo. Observa que o desenvolvimento não é sustentável se prejudicar o ambiente, a biodiversidade e os recursos naturais e aumentar a vulnerabilidade às catástrofes naturais. Promove práticas sustentáveis, incluindo a salvaguarda dos serviços ecossistémicos, dando prioridade às práticas desenvolvidas localmente e centrando-se na agricultura de pequena dimensão.

A Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020 reflete o empenho da UE na proteção e gestão sustentável da biodiversidade através do reforço da governação, da recuperação dos ecossistemas e da agricultura, silvicultura e pescas sustentáveis, bem como da prevenção da perda de biodiversidade a nível mundial.

A UE promove ativamente a gestão sustentável das florestas e a conservação da biodiversidade através do Plano de Ação relativo à Aplicação da Legislação, Governação e Comércio no sector

Florestal (FLEGT) e da iniciativa emblemática «Biodiversidade para a Vida» (B4Life). Uma das iniciativas da B4Life é a recém-criada Iniciativa de Financiamento da Biodiversidade (BIOFIN).

A Abordagem Estratégica da UE para a conservação da vida selvagem em África e o Plano de Ação da UE contra o tráfico de espécies selvagens (2016), bem como a publicação Larger than Elephants, identificam as principais paisagens para a conservação e promovem a participação ativa das comunidades na gestão das zonas comuns de vida selvagem. A nível regional, está atualmente a ser desenvolvido um «Programa Regional de Conservação da Vida Selvagem no Leste, no Sul e no Corno de África», com financiamento do 11.º FED (dotação regional EA-SA-IO), com dois domínios prioritários de intervenção, a saber: i) gestão reforçada das Zonas de Conservação Transfronteiriças (ZFC); e ii) melhoria da aplicação da lei em matéria de crimes contra a vida selvagem.

Existe uma grande variedade de instrumentos legais que regulam as actividades relacionadas com a conservação da biodiversidade em Moçambique, o que revela o reconhecimento do Governo de Moçambique (GdM) da importância da biodiversidade e do seu impacto no desenvolvimento sustentável.

A Constituição da República de Moçambique (2004) estabelece que todos os cidadãos têm o direito de viver num ambiente equilibrado e a obrigação de o proteger da degradação. Assim, o Estado adotou políticas e leis para proteger o meio ambiente e incentivar o uso sustentável dos recursos naturais.

Os mais relevantes para esta ação da UE são: Lei da Conservação da Biodiversidade (5/2017), Política Ambiental (Resolução n.º 5/95, de 3 de agosto) e Direito do Ambiente (Lei n.º 20/97, de 1 de outubro), Estratégia e Política de Desenvolvimento das Florestas e Vida Selvagem (Resolução n.º 10/97, de 7 de abril), Lei das Florestas e Vida Selvagem (Lei n.º 10/99, de 7 de julho) e respetivo Regulamento (Decreto n.º 12/2002), de 6 de junho), Política de Conservação e Estratégia de Execução (Resolução n.º 63/2009, de 2 de novembro), Lei das Áreas de Conservação (Lei n.º 16/2004, de 20 de junho), Lei das Pescas (Lei 3/90), Lei das Minas (Lei 20/2014) e seus regulamentos (Decreto 26/2004), Regulamento da Poluição Costeira e Marinha (Decreto n.º 45/2006) e Regulamento de Avaliação de Impacte Ambiental (Decreto n.º 54/2015, de 31 de dezembro).

#### 1.1.4 Descrição da(s) abordagem(ões) de intervenção, lógica de intervenção e teoria da mudança

---

O **objectivo geral** deste programa é contribuir para o crescimento económico sustentável, inclusivo e de base alargada, para a redução da pobreza e da vulnerabilidade (contra os impactos das alterações climáticas) através da utilização correta dos Recursos Naturais.

O **objectivo específico** é melhorar os meios de subsistência das comunidades rurais através da gestão sustentável dos recursos naturais em áreas-alvo de Moçambique.

As áreas alvo são a *Área de Proteção Ambiental do Arquipélago das Ilhas Primeiras e Segundas (APAIPS)* e as áreas costeiras adjacentes, a Reserva Nacional do Gile (RNG) e a sua zona tampão, e os Inselbergs de Namuli e Mabu, nas províncias de Nampula e Zambézia.

Os grupos-alvo serão as comunidades rurais que vivem nas áreas-alvo do programa e as autoridades locais e nacionais relevantes. Os beneficiários finais da ação serão a população das comunidades rurais alvo na Zambézia e Nampula.

**Componente 1 do resultado:** *O quadro de governação, o diálogo e a sustentabilidade financeira na gestão dos recursos naturais são reforçados*

R 1.1. As instituições relevantes e outras partes interessadas a nível provincial e distrital são reforçadas para a gestão sustentável dos recursos naturais. Estas incluem a direção provincial do ambiente, da terra e do desenvolvimento rural; serviços distritais de planeamento e infraestruturas, serviços distritais de actividades económicas e ONG locais.

R.1.2. É reforçada a conformidade com o quadro normativo e regulamentar internacional em matéria de ambiente e recursos naturais.

R.1.3. É reforçado o diálogo multilateral e a vários níveis sobre a gestão sustentável dos recursos naturais.

R1.4. Os modelos de cogestão das unidades de conservação são reforçados, incluindo a sua sustentabilidade financeira, e consolidados nas áreas protegidas visadas.

R1.5. As instituições são mais eficazes no combate à caça furtiva e ao comércio ilegal de produtos da vida selvagem.

**Componente de Resultado 2:** *A subsistência através da conservação da biodiversidade baseada na comunidade é melhorada*

R 2.1: Os meios de subsistência alternativos são identificados em colaboração com as comunidades locais (com especial atenção para os grupos mais vulneráveis) que vivem nas áreas geográficas visadas.

R 2.2: As actividades económicas e ambientais sustentáveis são apoiadas através de parcerias público-privadas-comunitárias (PPCP).

**Resultado Componente 3:** *São implementadas iniciativas e estratégias para a gestão sustentável dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade nas áreas-alvo e em torno delas, com o envolvimento das comunidades*, R 3.1: A estrutura de gestão e as infraestruturas básicas estão instaladas e a funcionar nas áreas-alvo.

R3.2 - Serviços ecossistémicos identificados, prestados e geridos de forma sustentável nas áreas-alvo. R3.3 - Sistemas de monitorização da biodiversidade desenvolvidos e operacionais nas áreas-alvo.

**Componente 4 dos resultados:** *A investigação aplicada e os estudos participativos orientados para a gestão dos recursos naturais (para influenciar o planeamento e as políticas a nível local e nacional) são reforçados.*

R 4.1: Investigação aplicada realizada e resultados amplamente divulgados dirigidos a diferentes públicos, incluindo informação sobre o planeamento e a elaboração de políticas.

R 4.2: São reforçadas as capacidades dos países para acompanhar e acompanhar os objectivos e indicadores internacionais relacionados com a biodiversidade, os recursos naturais e o ambiente.

### **Lógica de Intervenção**

A aplicação deficiente da lei, a fraca coordenação entre as partes interessadas, a baixa capacidade da principal Instituição de Conservação (ANAC) e das instituições governamentais distritais e o envolvimento limitado das comunidades locais são estrangulamentos para um quadro jurídico, político e institucional conducente à conservação da biodiversidade.

A ação contribuirá para enfrentar estes desafios através das suas actividades (coordenação com instituições governamentais e envolvimento das comunidades locais, melhor divulgação da legislação e aplicação da lei no terreno, reforço dos mecanismos de cogestão e criação de capacidade científica no seio da ANAC para a coordenação da investigação e para decisões baseadas em provas). O apoio às instituições governamentais distritais contribuirá para a implementação das prioridades governamentais delineadas no Plano Económico e Social Distrital (PESOD). Esta componente será complementada por outros programas de maior dimensão.

Uma melhor governação, o diálogo político e um maior envolvimento das comunidades locais na gestão da biodiversidade serão eficazes se forem implementadas ações concretas de conservação no terreno. No entanto, todas as zonas de biodiversidade consideradas para apoio estão subfinanciadas, carecendo a maioria dos recursos financeiros e humanos mínimos para implementar os seus planos de gestão. Por esta razão, a ação pretende fortalecer as instituições comunitárias empenhadas na gestão dos recursos naturais e apoiar ainda mais as ações de conservação já em curso em todos os locais selecionados, melhorando as infraestruturas operacionais onde necessário e a gestão dos ecossistemas e seus serviços, e apoiando a implementação de planos de gestão, restaurando ecossistemas degradados e promovendo a sensibilização das comunidades. A promoção de ligações entre instituições académicas e de investigação, gestores de ACs, comunidades e decisores pode conduzir a abordagens experimentais inovadoras e a uma maior conformidade do País com os compromissos internacionais relacionados com a biodiversidade.

Em resposta à pandemia COVID, em 2021 o orçamento foi modificado (realocação interna) para apoiar o programa de resposta de emergência COVID do BIOFUND.

Durante o ROM realizado no final de 2023, o especialista destacou que a estrutura geral das Matrizes de Quadro Lógico (LFW-M) de cada componente do programa (ANAC e LFW do contrato BIOFUND) reflete a abordagem do programa, mas existem lacunas na harmonização entre eles, o que dificulta o acompanhamento. A lógica horizontal do LFW é adequada, mas existem insuficiências em termos de uma melhor adaptação às necessidades de informação, em especial a falta de indicadores nos níveis superiores do LFW-M dos subbeneficiários da componente BIOFUND.

Por recomendação do relatório ROM, a Delegação solicitou ao serviço ROM SDL que revisse as LFW da Convenção de Financiamento, bem como as dos contratos ANAC e BIOFUND. Esta revisão foi finalizada em abril de 2024 e o Acordo de Financiamento (n.º 3) está atualmente a ser

processado para atualizar o LFW. Posteriormente, serão aprovados os lançamentos para atualização dos LFW's dos contratos BIOFUND e ANAC.

#### 1.1.5 Detentores de interesse da intervenção

---

A tabela seguinte descreve os principais detentores de interesse da intervenção e a sua interação com a intervenção.

Grupos de interessados	Papel e envolvimento na intervenção	Como se espera que a intervenção tenha impacto no grupo de partes interessadas
<p><b>Parceiros de execução</b></p>	<p>Componente 1 – Implementado pela ANAC (Estimativa do Programa)</p> <p>Componente 2 a 4 – implementada pelo BIOFUND (contrato de subvenção) e pelos seguintes subbeneficiários: PNG: IGF-FFS e RADEZA</p> <p>Mabu: WWF/ReGECOM/RADEZA</p> <p>APAIPs: Consórcios WWF/Kulima/Aena</p> <p>Research:</p> <p>PNG:</p> <p>(i) Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal (FAEF), Universidade Eduardo Mondlane (UEM)</p> <p>(ii) Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Lúrio (UniLúrio)</p> <p>(iii) Faculdade de Comunicação da Universidade Católica de Moçambique (UCM) Monte Mabu:</p> <p>(i) Instituto Nacional de Regadios (INIR) e Universidade Eduardo Mondlane (UEM)</p> <p>(ii) UniZambeze, UCM e UniLúrio responsáveis pela pesquisa sobre o uso de recursos no Monte Mabu.</p> <p>PAPAI: Foram identificadas potenciais áreas de investigação. Há necessidade de produzir uma série de dados temporais sobre habitats como recifes de coral, leitos de ervas marinhas, manguezais, bem como avaliar a eficácia das áreas de conservação comunitárias através da análise de indicadores ecológicos de pesca em torno dessas áreas. A UniLúrio e o InOM foram convidados a partilhar propostas para realizar a análise acima.</p>	<p>ANAC como beneficiária directa através do reforço da capacidade institucional para cumprir os compromissos assumidos pelas CIDADES;</p>

<p><b>Parceiros nacionais / contrapartidas</b></p>	<p>Administrações Locais                  Administração Provincial                  Ministério da Terra e do Ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de meios técnicos e financeiros para apoiar a execução da política de conservação;</li> <li>• Disponibilização de meios financeiros para assegurar gestão eficaz de</li> </ul>
		<p>ACs e contribuir para a legalização de uma unidade de conservação comunitária (CCA – Monte Mabu);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar o conhecimento e a visibilidade dos objectivos visados áreas de conservação.</li> </ul>
<p><b>Grupos-alvo</b></p>	<p>Autoridades responsáveis pela aplicação da lei (serviços de investigação criminal, serviços de investigação, intervenientes-chave da cadeia judiciária)                  Estruturas de gestão de áreas de conservação (ANAC e cogestores)                  Organização de base comunitária</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de formação para melhorar os conhecimentos e as capacidades</li> <li>• Suportar os custos operacionais e de investimento da gestão da AC e estruturas de governação</li> <li>• Melhorar conhecimento científico rumo a uma tomada de decisão baseada em dados concretos</li> <li>• Suporte rumo ao reforço de decisão participativa-processos de confeção</li> </ul>
<p><b>Beneficiários finais</b></p>	<p>Comunidades dentro e ao redor de áreas de conservação                  Estruturas de gestão de áreas de conservação (ANAC e cogestores)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concessão de incentivos para melhorar e mais meios de subsistência sustentáveis</li> <li>• Maior sensibilização para a importância de preservar e proteger os recursos naturais e afins serviços ecossistémicos que apoiam a sua subsistência.</li> <li>• Disponibilização de formação e ferramentas para uma melhor gestão dos conflitos entre a vida selvagem humana</li> </ul>

		• (HWC)
--	--	---------

1.1.6 Acompanhamento interno e externo prévio (incl. ROM), avaliações e outros estudos realizados

---

#	Título e data do exercício (ROM, Avaliação, outro estudo)	Principais conclusões e recomendações
1	"ROM Promove Biodiversidade 040-054 Acordo de Financiamento"	CCL 1.O programa é relevante e apoiado localmente. Mas a implementação enfrenta atrasos significativos, e é necessário considerar o que pode ser alcançado no tempo restante. REC. 1 a. — Contratação de AT de curta duração para reajustamento e simplificação do projecto – com correspondente ajustamento orçamental (ANAC);

		<p>REC. 1b. — Aumentar o nível de acompanhamento e escrutínio da componente ANAC.</p> <p>CCL 2. O programa e os seus projectos têm uma lógica coerente, mas necessitam de melhorias na harmonização da LFW, na definição e revisão de indicadores. Além disso, os sistemas de Monitorização e Avaliação apresentam limitações que influenciam a qualidade dos relatórios de implementação.</p> <p>REC 2 - Realizar uma revisão da LFW.</p> <p>CCL 3. Os projectos são realizados em áreas de Moçambique que garantem um enfoque nas populações vulneráveis, mas não incorporam critérios de seleção específicos para ter em conta os mais vulneráveis.</p> <p>REC 3 — Integrar elementos e conceitos simples de gestão financeira em cursos de formação, bem como critérios de vulnerabilidade no processo de seleção de beneficiários.</p> <p>CCL 4. O projecto APAIPS ainda não começou oficialmente e será uma extensão do projecto anterior da WWF na CA. A necessidade de consolidar o trabalho com as comunidades e melhorar a comunicação para aumentar a consciencialização.</p> <p>REC. 4 — Certificar que a embarcação a adquirir no projecto de APAIPS cumpre os requisitos essenciais</p> <p>CCL 5. O projecto PNAG está alinhado com o plano original em termos de infraestrutura e capacidade, mas seu desempenho precisa ser analisado com mais profundidade. A percepção das comunidades do entorno sobre o projecto como um trunfo ainda não é clara, e alguns elementos de visibilidade precisam ser realizados.</p> <p>REC 5. — Considerar medidas para garantir que o PNAG seja um ativo para as comunidades</p> <p>CCL 6. O projecto RADEZA apresenta progressos na implementação de várias actividades, como a apicultura, a piscicultura e a agricultura de conservação, mas está atrasada e o contributo real destas actividades não é claro.</p> <p>REC. 6 — Analisar os efeitos dos micro-projectos e concentrar-se no projecto da RADEZA nas ações de maior impacto.</p> <p>CCL 7. Em Mabu, os progressos no sentido do estabelecimento da Área de Conservação estão a progredir positivamente, mas os relacionados com os meios de subsistência estão em risco e fizeram poucos progressos até agora.</p> <p>REC.7 — Consolidar a infraestrutura do centro de investigação em Mabu.</p> <p>CCL 8. Embora não tenha uma estratégia explícita em matéria de género, o programa incorpora considerações de género.</p> <p>REC 8. Retificar as questões de género com os indicadores pertinentes e atribuir peritos em questões de género do BIOFUND.</p> <p>CCL 9. Falta de visibilidade do financiamento da UE e da contribuição para a região e o sector.</p> <p>REC 9. — Melhorar a visibilidade.</p>
--	--	---

2	SDL ROM 399.400 e 401	A revisão do quadro lógico para a CF e os 2 contratos foi atualizada em abril de 2024.
---	-----------------------	--

## 1.2 objectivo, PROPÓSITO E RESULTADOS ESPERADOS

Tipo de avaliação	Médio-prazo
Cobertura	A intervenção na sua totalidade (todas as 4 componentes)
Âmbito geográfico	Moçambique
Período a avaliar	todo o período de intervenção até à data de 2/12/2019 até à data

### 1.2.1 objectivo global da avaliação

A avaliação sistemática e atempada dos seus programas e actividades é uma prioridade estabelecida<sup>8</sup> da Comissão Europeia<sup>9</sup>. As avaliações centram-se na avaliação das realizações, da **qualidade** e dos **resultados**<sup>10</sup> das intervenções no contexto de uma política de cooperação em evolução, com uma ênfase crescente nas **abordagens orientadas para os resultados e na contribuição para a consecução dos ODS**.<sup>11°</sup>

Nesta perspetiva, as avaliações devem **procurar provas do porquê, se e de que forma a(s) intervenção(ões) da UE contribuiu/contribuíram para a obtenção destes resultados e procurar identificar os fatores que impulsionam ou impedem o progresso**.

Os **objectivos globais** desta avaliação consistem em prestar aos serviços relevantes da União Europeia e às partes interessadas:

- Uma avaliação global independente do desempenho da intervenção PROMOVE Biodiversidade , prestando particular atenção aos seus diferentes níveis de resultados medidos face aos objectivos esperados e às razões subjacentes a tais resultados;

### 1.2.2 Principais lições aprendidas, conclusões e recomendações relacionadas, a fim de informar os decisores sobre como melhorar as intervenções atuais e futuras. objectivos específicos da avaliação

- Os objectivos específicos desta avaliação são: Avaliar o desempenho da intervenção, avaliando em que medida os recursos/actividades planeados estão a conduzir à obtenção dos resultados esperados (realizações, resultados e sinais precoces de impacto);
- Analisar as barreiras do programa à implementação e os desafios e os determinantes para o sucesso, (incluindo quaisquer consequências mais amplas, positivas ou negativas, intencionais ou não, que tenham ocorrido como resultado da intervenção);
- Apresentar recomendações com base em provas sólidas e lições aprendidas para informar os ajustamentos relevantes do programa, especialmente com o objectivo de garantir a sustentabilidade das abordagens do programa;
- Fornecer recomendações sobre as melhores estratégias e abordagens para promover a conservação da biodiversidade, meios de subsistência sustentáveis das comunidades dentro e em torno das áreas de conservação e gestão integrada da paisagem para informar futuras intervenções da UE no âmbito do PIP 2021-2027.

A avaliação avaliará a(s) intervenção(ões) utilizando os **seis critérios normalizados de avaliação do CAD**, nomeadamente: **relevância, coerência, eficiência, eficácia,**

**sustentabilidade** e sinais precoces de **impacto**. Além disso, a avaliação avaliará a(s) intervenção(ões) através de um **critério de avaliação específico da UE**, que é o **valor acrescentado da UE**.

As **definições** dos 6 CAD + 1 critérios de avaliação da UE constam para referência no **Anexo III**.

Além disso, a equipa de avaliação deve considerar se a igualdade de género e a emancipação das mulheres<sup>12</sup>, o ambiente e a adaptação às alterações climáticas foram integrados; foram identificados os ODS 15, 1, 14 e 13 pertinentes e as suas interligações; o princípio de não deixar ninguém para trás (que inclui pessoas com deficiência, povos indígenas, crianças e idosos) e a abordagem baseada nos direitos humanos foram seguidos durante a conceção, e na medida em que se refletiram na implementação da intervenção, na sua governação e monitorização.

À luz da situação humanitária e de segurança no norte de Moçambique, a equipa de avaliação deverá também refletir sobre a sensibilidade ao conflito da intervenção, em particular na província de Nampula. A análise deve também estender-se ao efeito sobre os jovens da implementação da diretiva do MIMAIP sobre a remoção das águas das praias.

### 1.2.3 Perguntas indicativas de avaliação

---

As QE específicas, tal como formuladas a seguir, são indicativas. Eles descrevem o que a avaliação deve focar, têm um impacto primário na metodologia que os avaliadores irão desenvolver e determinam os resultados que serão produzidos pela avaliação. Após consultas iniciais e análise documental, e após a finalização/reconstrução da Lógica de Intervenção da(s) intervenção(ões) a avaliar, a equipa de avaliação discuti-las-á com o gestor da avaliação<sup>13</sup> e o Grupo de Referência da Avaliação e proporá no seu Relatório Inicial um conjunto completo e finalizado de Perguntas de Avaliação. Tal incluirá uma indicação de critérios e indicadores de apreciação específicos, bem como das fontes e ferramentas de recolha de dados relevantes.

Uma vez acordadas através da aprovação do Relatório Inicial, as Perguntas de Avaliação tornar-se-ão contratualmente vinculativas.

As QE sugeridas são as seguintes:

- Em que medida a intervenção está a progredir no sentido da consecução dos objectivos específicos e dos resultados esperados e a contribuir para a consecução dos ODS relevantes? Análise da relevância, eficácia, eficiência, impacto, sustentabilidade de cada componente do resultado, coerência da intervenção. Tem lá sido melhorias sobre as dimensões intervenção/eficiência/relevância/eficácia/sustentabilidade e comunicação desde 2023?
- Em que medida o programa contribuiu para fortalecer o quadro de governança para a gestão da biodiversidade e dos recursos naturais em áreas protegidas. Que resultados foram alcançados? Quais foram os desafios que poderiam ter prejudicado a obtenção dos resultados? Quais são os ajustamentos específicos que seriam necessários para melhorar os progressos?
- Em que medida o programa contribuiu para melhorar os meios de subsistência das comunidades que vivem em áreas protegidas específicas? Quais são os desafios observados? Como foram abordados? Quais são os ajustamentos específicos que seriam necessários para melhorar os progressos (*aumentar a escala, os benefícios, a sustentabilidade*)?

- Em que medida a educação ambiental tem sido eficaz na mudança de comportamentos e práticas de diferentes estratos de comunidades (crianças em idade escolar, jovens, mulheres e outros) nas áreas-alvo? Quais eram as lacunas? Que ações poderiam melhorar os resultados?
- Como o programa promoveu a inclusão social e a equidade de género? Em que medida a abordagem foi eficaz? Que ações podem ser utilizadas para melhorar a inclusão e a equidade?
- Em que medida as pesquisas/estudos financiados no âmbito do programa contribuíram para informar e influenciar a gestão das áreas protegidas visadas?
- Quais são as principais recomendações – com base nas lições aprendidas e evidências para ajustes do programa (incluindo actividades, abordagens, recursos, governança)?
- Quais são as perspetivas a longo prazo para esta ação? Quais são os elementos-chave para o desenvolvimento de uma estratégia de saída? Quais são os principais intervenientes e os recursos de que dispõem/necessitam para levar por diante a intervenção iniciada no âmbito desta Ação?
- Quais são as recomendações da equipa de avaliação – com base nos ensinamentos colhidos e nos dados concretos – para uma intervenção da UE no âmbito da programação plurianual (PDM 2021-2027, domínio prioritário 1 – Crescer Verde)?

1.2.4 Os principais utilizadores desta avaliação serão os Serviços da UE e as partes interessadas do PROMOVE Biodiversidade

#	Utilizadores da avaliação	Utilizações-chave (como utilizarão a avaliação)
1	União Europeia - incluindo a Delegação da UE em Moçambique	Ajudar a hierarquizar as decisões de financiamento e fazer recomendações para melhorar a implementação atual da intervenção e informar o futuro programas no âmbito do PIP 2021-2027
2	Homólogos nacionais (departamentos relevantes, ministérios envolvidos, autoridades provinciais e distritais, intervenientes locais)	Obter dados sobre os progressos do programa, bem como recomendações para a sua participação no programa e lições aprendidas sobre a operacionalização das estratégias nacionais do sector (tanto centrais como níveis provinciais)
3	PROMOVE Implementação de biodiversidade Parceiros: ANAC, BIOFUND e subbeneficiários conexos	Obter uma avaliação completa do progresso do programa em relação aos resultados planeados, incluindo recomendações para a continuação do programa
4	Parceiros de execução dos programas PROMOVE do 11.º FED (Agribiz, Nutrição, Comércio, Transporte, Energia) e parceiros de execução do sector financiados ao abrigo do PIP 2021-2027	Obter aprendizagem relevante para desenvolver potenciais sinergias e complementaridades
5	Outros doadores e ainda cível organizações da sociedade que apoiam a conservação e nos sectores do desenvolvimento rural	Conhecimento sobre a abordagem de intervenção e lições aprendidas

## 1.3 Os serviços solicitados, incluindo a metodologia sugerida

### 1.3.1 Estruturação da avaliação e dos resultados

---

O processo de avaliação será realizado em 04 fases e com número específico de actividades:

- Fase inicial
- Fase intercalar
  - actividades documentais
  - actividades de campo
- Fase de síntese
- Fase de disseminação

Ao longo da avaliação e após a aprovação do Relatório Inicial, se qualquer desvio significativo do plano de trabalho puder comprometer a qualidade da avaliação ou comprometer a conclusão do contrato específico dentro do prazo contratual, estes elementos devem ser imediatamente discutidos com o gestor da avaliação e, relativamente à validade do contrato, medidas corretivas tomadas.

#### Fase inicial

objectivos da fase: estruturar a avaliação e clarificar as questões-chave a abordar. Principais actividades dos avaliadores

- Revisão inicial dos documentos de referência (ver anexo III).
- Sessão de arranque presencial (à distância ou em Maputo, sempre que possível) entre a Delegação da UE, o Grupo de Referência e os avaliadores. objectivos da reunião: i) chegar a uma compreensão clara e partilhada do âmbito da avaliação, das suas limitações e viabilidade; ii) clarificar as expectativas da avaliação;
- iii) ilustrar a metodologia provisória a utilizar; iv) quaisquer outros objectivos relevantes.
- Entrevistas iniciais com os principais detentores de interesse.
- Finalização ou reconstrução da Lógica de Intervenção/Teoria da Mudança (IL/ToC).
- Isto envolve uma consideração cuidadosa do quadro logarítmico existente e da documentação disponível sobre a intervenção e o seu contexto e requer uma avaliação das provas (entre a hierarquia de resultados, por exemplo, realizações, resultados e impacto) e os pressupostos necessários para que a intervenção produza a mudança conforme planeado. A lógica de intervenção reconstruída deve ser apresentada sob a forma de um diagrama simplificado que articule os quatro níveis: entradas, saídas, resultados e impacto. Camadas adicionais podem ser adicionadas para mapear actividades ou distinguir entre resultados de curto e médio prazo. Uma narrativa concisa deve acompanhar o diagrama, explicando os principais elos causais ao longo da cadeia de resultados e destacando os principais pressupostos contextuais, operacionais, hipotéticos e ambientais feitos.
- Finalização das Perguntas de Avaliação (QE) listadas na secção 2.2.1, com base na Lógica/Teoria da Mudança de Intervenção reconstruída, trabalhando em colaboração com o gestor da avaliação e o Grupo de Referência da Avaliação.
- Finalização dos Critérios de Apreciação (JC), Indicadores, os principais critérios de avaliação e fontes de informação relacionadas.
- Construir a Matriz de Avaliação para apresentar o quadro para recolher, classificar e tornar os

resultados da avaliação acessíveis com base nos critérios de avaliação finalizados, QE, JC, Indicadores e fontes de informação relacionadas. Para estabelecer a Matriz de Avaliação, os avaliadores podem remeter para o exemplo no Anexo IV.

- Finalização da metodologia de avaliação, baseada e orientada a partir das realidades contextuais, incluindo as sensibilidades identificadas, definição de critérios de apreciação e indicadores para cada pergunta de avaliação, bem como a seleção de ferramentas e fontes de recolha de dados. A metodologia deve ter em conta a dimensão do género, contemplar a utilização de dados repartidos por sexo e idade e avaliar se, e de que forma, as intervenções contribuíram para progredir em matéria de igualdade de género.
- A metodologia incluirá a amostra representativa proposta de intervenções a analisar mais pormenorizadamente para fundamentar a avaliação do desempenho e dos resultados/sustentabilidade. A seleção desta amostra deve assentar numa metodologia clara (incluindo os critérios de seleção utilizados).
- Plano de trabalho das fases subsequentes.
- Identificação dos riscos e limitações esperados da metodologia, bem como das medidas de mitigação previstas.
- Análise do contexto, incluindo análise de género e de conflitos para assegurar a sensibilidade aos conflitos e não causar danos ao longo de todo o processo.
- Elaboração do Relatório Inicial; o seu conteúdo é descrito no anexo V.
- Apresentação remota ou presencial do Relatório Inicial ao Grupo de Referência, suportada por uma apresentação de diapositivos.
- Revisão do relatório (se for caso disso) após receção de observações. Resultados e reuniões:
- Reunião remota: sessão inicial
- Ata da reunião de encerramento
- projecto de relatório inicial (máx. 5 páginas)
- Apresentação de slides para apresentação do relatório inicial aos membros do RG, incluindo a proposta de reconstrução da Lógica de Intervenção/Teoria da Mudança (se aplicável).
- Ata da reunião do RG
- Reunião presencial (à distância): apresentação do Relatório Inicial
- Relatório final inicial (máx. 5 páginas)

## 1. Fase intermédia

Esta fase é inteiramente dedicada à recolha e análise das informações necessárias para dar respostas preliminares às QE. Os trabalhos nesta fase consistirão em duas actividades.

- **Actividades documentais** - revisão da documentação e entrevistas com as principais partes interessadas e outra recolha inicial de dados utilizando diferentes ferramentas, tais como inquéritos por questionário.
- **Actividades de campo** - recolha e análise de dados adicionais com o objectivo de testar as hipóteses identificadas durante as 'actividades documentais'.

## 2. Fase intermédia: actividades documentais e no terreno

objectivo da fase: analisar os dados secundários relevantes e realizar investigação primária.  
Principais actividades dos avaliadores

- Conclusão de uma análise aprofundada de documentos relevantes e outras fontes secundárias, a ser feita de forma sistemática e a refletir a metodologia descrita no Relatório Inicial.

- Entrevistas presenciais selecionadas em Maputo, localização do projecto (Províncias de Nampula, Zambézia, Manica e Sofala) e entrevistas remotas para apoio à análise de dados secundários, conforme relevante.
  - Formulação das respostas preliminares a cada Pergunta de Avaliação, com análise da sua validade e limitações.
  - Identificação das questões ainda a serem abordadas e das hipóteses preliminares a serem testadas durante a pesquisa primária.
  - Apresentação presencial, em Maputo (de preferência), dos resultados preliminares resultantes da análise documental (incluindo lacunas e hipóteses a testar no terreno) para dar início à parte nacional desta Fase Intermédia, apoiada por uma apresentação de diapositivos.
  - Conclusão da pesquisa primária seguindo a metodologia descrita no Relatório Inicial. A equipa de peritos deve passar pelo menos 30 dias no terreno.
  - Garantia de contacto, consulta e envolvimento adequados das diferentes partes interessadas, incluindo o governo relevante enquanto autoridades e agências relevantes, ao longo da fase intercalar.
  - Utilização das fontes de informação mais fiáveis e adequadas, respeitando os direitos dos indivíduos a fornecer informações de forma confidencial e sendo sensíveis às crenças e costumes dos ambientes locais, sociais e culturais, ao longo da Fase Intermédia. Elaboração da Nota Intermediária; o seu conteúdo é descrito no anexo V.
  - Elaboração do Balcão Intermediário e Nota de Campo (máx. 7 páginas); o seu conteúdo é descrito no anexo V.
  - Preparação de uma apresentação de diapositivos de resultados intermédios/preliminares (Desk e Field) e conclusões preliminares (a testar com o grupo de referência e outras partes interessadas conforme relevante para efeitos de validação) em formato livre;
  - Apresentação presencial, em Maputo, dos resultados intermédios/preliminares (Desk e Field) e conclusões preliminares ao Grupo de Referência, apoiadas pela apresentação de slides.
  - Resultados e reuniões:
  - Reunião presencial: apresentação ao GR dos resultados preliminares (a testar) que emergem do trabalho de secretária
  - Ata da reunião de conclusões preliminares do RG
  - Apresentação de diapositivos
  - Reunião presencial: debriefing ao RG sobre resultados intermediários/preliminares (Desk e Field)
  - Apresentação de diapositivos da documentação e resultados no terreno
  - Ata da reunião de mesa e de campo do RG
- Apresentação de diapositivos de propostas de estudos de caso

### **3. Fase de síntese**

objectivos da fase: relatar os resultados da avaliação (respostas finais às perguntas de avaliação (resultados finais) e formular conclusões e recomendações).

#### Principais actividades dos avaliadores

- Análise e síntese das evidências e dados recolhidos durante as fases anteriores para fornecer uma resposta final às Perguntas de Avaliação.
- Elaboração do projecto de Relatório Final; o seu conteúdo é descrito no anexo
- Apresentação presencial do projecto de Relatório Final em Maputo, ao Grupo de Referência,

suportada por uma apresentação de slides.

- Preparação de uma resposta aos comentários ao projecto de relatório recebidos do gestor da avaliação, de preferência em formato de tabela.
- Revisão/finalização do relatório final à luz dos comentários recebidos do Grupo de Referência. Embora devam ser corrigidos potenciais problemas de qualidade, erros factuais ou problemas metodológicos, os comentários relacionados com apreciações divergentes podem ser aceites ou rejeitados. Neste último caso, os avaliadores devem explicar as razões por escrito (formato livre).
- Elaboração de conclusões, lições aprendidas e recomendações num formulário online acessível no Portal de Oportunidades de Financiamento e Concursos dentro da componente Monitorização e Avaliação.
- Inclusão de um resumo (em formato de texto livre) no relatório final (ver anexo V).

#### Resultados e reuniões:

- projecto de Relatório Final
- Reunião presencial: apresentação do projecto de Relatório Final
- Ata de apresentação do projecto de Relatório Final
- Relatório final (incluindo resposta aos comentários)
- Resumo do Relatório Final
- Conclusão, lições aprendidas e recomendações num formulário em linha acessível no Portal de Oportunidades de Financiamento e Concursos dentro da componente Monitorização e Avaliação
- Estudos de caso versão final entregue.

#### Os avaliadores certificar-se-ão de que:

- As suas avaliações são objetivas e equilibradas, as declarações são precisas e baseadas em provas e as recomendações são realistas e claramente dirigidas às autoridades competentes.
- Ao redigirem o relatório, reconhecerão claramente onde se sabe que já estão a ocorrer mudanças na direcção desejada.
- A redacção, incluindo as abreviaturas utilizadas, considera o público identificado na secção 2.1 supra.

## **4. Fase de Disseminação**

objectivo da fase: apoiar a comunicação dos resultados da avaliação a um público diversificado, incluindo os contribuintes da UE. Em particular, as principais conclusões do relatório final serão apresentadas pelos avaliadores num workshop/evento de encerramento de meio dia (presencial com a possibilidade de acesso remoto) a organizar em Moçambique (data a determinar na fase inicial).

O público-alvo será constituído por instituições governamentais (a nível central ou local), redes da sociedade civil ou de organizações da sociedade civil, parceiros de execução, universidades, principais partes interessadas, beneficiários do programa e parceiros de desenvolvimento interessados.

#### Principais actividades dos avaliadores/contratantes:

- Produção de dois resumos de avaliação de 2 a 4 páginas direccionados para cada área de resultados da lógica de intervenção e destacando a aprendizagem mais importante da avaliação. Cada resumo deve também ser impresso em 100XX exemplares a cores.

- Produção de duas infografias (não mais de 2 páginas) dirigidas, respetivamente, (1) aos homólogos governamentais e (2) à sociedade civil e aos meios de comunicação social. Cada infografia deve também ser impressa em 200XX exemplares a cores.
- Organização e facilitação de um seminário de disseminação (incluindo a preparação de uma apresentação de diapositivos) para promover a transferência de conhecimentos e discutir conclusões e recomendações da avaliação. O seminário decorrerá presencialmente (em Maputo) em formato híbrido e terá a duração de um dia (máximo de 50 participantes para atendimento presencial, incluindo o chefe de equipa e um dos especialistas temáticos e RG)

Referências: a equipa de avaliação deve inspirar-se no trabalho da ESS/INTPA sobre Disseminação dos Resultados da Avaliação: [uma análise das melhores práticas de divulgação na UE e em 12 organizações internacionais e ONG](#), e seis (6) guias de instruções sobre a produção de [infografias](#), [blogs](#), [podcasts](#), [resumos](#), [vídeos](#), [divulgação seminários](#) e alguns [exemplos de produtos de divulgação da UE](#).

Resultados e reuniões: [especifique os resultados da divulgação e as reuniões para garantir o alinhamento com o que foi detalhado acima:

- Seminário de divulgação
- Atas do seminário de Divulgação
- Infografias
- Resumos de avaliação

### 1.3.2 Ética na avaliação

---

Todas as avaliações devem ser credíveis e isentas de enviesamentos; devem respeitar a dignidade e a diversidade e proteger os direitos e interesses das partes interessadas. Os avaliadores devem garantir a confidencialidade e o anonimato do informador, aderindo às normas profissionais, diretrizes éticas e princípios morais de acordo com o princípio "não causar danos". A abordagem dos contratantes-quadro para observar estas obrigações deve ser explicitamente abordada na organização e metodologia específicas e implementada pela equipa de avaliação ao longo da avaliação, incluindo durante a divulgação dos resultados.

### 1.3.3 Gestão e orientação da avaliação

---

#### **A nível da UE**

A avaliação é gerida pelos gestores de avaliação da EUD. O progresso da avaliação será acompanhado de perto pelos gestores da avaliação com a assistência de um Grupo de Referência composto por membros da EUD, BIOFUND, ANAC e NAO.

As principais funções do Grupo de Referência são:

- propor perguntas indicativas de avaliação
- para validar as Perguntas de Avaliação finais
- facilitar os contactos entre a equipa de avaliação e os serviços da UE e as partes interessadas externas
- assegurar que a equipa de avaliação tenha acesso e tenha consultado todas as fontes de

informação e documentos relevantes relacionados com a intervenção

- discutir e comentar notas e relatórios entregues pela equipa de avaliação. Os comentários de cada membro do grupo são compilados num único documento pelo gestor da avaliação e subsequentemente transmitidos à equipa de avaliação
- fornecer feedback sobre os resultados, conclusões, lições e recomendações da avaliação
- apoiar o desenvolvimento de um plano de ação de acompanhamento adequado após a conclusão da avaliação.

### **Ao nível do Contratante**

Para além dos requisitos estabelecidos na secção 3.3 das Condições de Referência Globais do Contrato-Quadro AAE 2023, o Contratante-Quadro deve assegurar a existência de uma garantia de qualidade efetiva para cada trabalho individual e prestar aos seus funcionários/peritos o apoio necessário para garantir a qualidade e a entrega atempada dos resultados. Como tal, o contratante é responsável pela qualidade do processo, pelo desenho da avaliação, pelos inputs e pelos resultados da avaliação. Em especial:

- Apoiar o Líder de Equipa no seu papel, principalmente do ponto de vista da gestão de equipas. A este respeito, o contratante deve certificar-se de que, para cada fase de avaliação, as tarefas e os resultados específicos para cada membro da equipa são claramente definidos e compreendidos;
- Fornecer backstop e controlo de qualidade para o trabalho da equipa de avaliação ao longo do trabalho;
- Assegurar que os avaliadores dispõem de recursos adequados para executar todas as tarefas necessárias dentro do prazo do contrato.

#### **1.3.4 Aspectos específicos a abordar pelo contratante**

---

Os contratantes descreverão de que forma a estratégia/abordagem proposta abordará as questões transversais mencionadas nestes Termos de Referência; Deve ter em conta a dimensão do género, contemplar a utilização de dados repartidos por sexo e idade e ser capaz de demonstrar de que forma as intervenções contribuíram para progredir em matéria de igualdade entre homens e mulheres.

Esta avaliação pode ser afectada por dificuldades de acesso ao terreno devido a restrições de segurança ou questões relacionadas com a saúde. O contratante a seleccionar terá o dever de assegurar que os avaliadores respeitarão, em todos os momentos, as orientações internacionais, nacionais e locais relevantes relativamente às limitações de viagem e exercerão o devido cuidado na prevenção da propagação de doenças e evitarão quaisquer riscos irrazoáveis e desnecessários. A organização e a metodologia contratuais específicas devem conter uma descrição clara e pormenorizada dos métodos que a avaliação utilizará para resolver potenciais dificuldades de acesso ao terreno. Estes podem incluir a combinação de métodos de recolha de dados presenciais e à distância, se for caso disso<sup>14</sup>.

## **1.4 Saídas necessárias:**

Os resultados esperados necessários são:

<b>Realizações(ões) prevista(s)</b>	<b>Principais actividades envolvidas (ver também §2.3.1)</b>	<b>Indicadores de desempenho e qualidade</b>	<b>Principais resultados esperados a serem aprovados para completar o resultado esperado</b>
-------------------------------------	--	--	--

Resultado conclusão bem-sucedida da fase inicial 1:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião de arranque.</li> <li>• Entrevistas preliminares</li> <li>• Refinamento da matriz de avaliação</li> </ul>	Cf. secção 6	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatório inicial</li> <li>• Apresentação de diapositivos</li> <li>• Teoria da mudança</li> </ul>
Realização conclusão bem-sucedida da fase intercalar 2:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisões de documentos e recolha de dados, incluindo:</li> <li>• Entrevistas e visitas de campo</li> <li>• Coleção de estudos de caso</li> </ul>	Cf. secção 6, partes interessadas relevantes entrevistadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diapositivos de apresentação dos resultados preliminares</li> <li>• Debriefing das conclusões documentais/no terreno</li> <li>• Propostas de estudos de caso</li> </ul>
Realização conclusão bem-sucedida da fase de síntese e difusão 3:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização de seminários de divulgação</li> <li>• Elaboração do relatório final de avaliação</li> </ul>	Cf. secção 6	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatório final de avaliação</li> <li>• Estudos de caso</li> <li>• Seminário de divulgação e apresentação de PPT</li> <li>• Infografias e resumos de avaliação</li> </ul>

## 1.5 LOGÍSTICA E CRONOMETRAGEM

Consulte também a Parte B dos Termos de Referência.

## 1.6 PRESCRIÇÕES

Consulte também a Parte B dos Termos de Referência para conhecer os requisitos de especialização.

Todos os custos, com exceção dos custos para os peritos da equipa de avaliação, serão refletidos numa rubrica orçamental específica no capítulo "Outros custos" da proposta financeira do contratante-quadro.

Os "outros custos" a incluir na proposta financeira do contratante devem incluir:

- Disposições para a recolha e análise de dados no país (para além dos dias úteis dos peritos da equipa), incluindo, se necessário, para a utilização de técnicas de recolha de dados à distância e/ou uma equipa de peritos disponíveis localmente.
- Os custos associados a 3 viagens a Maputo para todos os membros da equipa e a 2 viagens para as actividades de campo nas províncias visadas para todos os membros da equipa mencionados na secção 2.2.2.
- Os custos relacionados com a conceção e publicação dos produtos de divulgação descritos na secção 2.2.2.
- Os custos relacionados com o seminário de divulgação a realizar em Maputo, conforme descrito na secção 2.2.2 – ponto 4. Fase de divulgação:

- Custos de participação dos peritos relevantes da equipa de avaliação (pelo menos o chefe da equipa + outro perito);
- Custos de intérprete / despesas de tradução
- Custos para um moderador
- Impressão e transporte de quaisquer produtos de divulgação, por exemplo, impressão de 'infográficos, ou resumo de avaliação'.
- Taxas de aluguer para um local adequado e fornecimento de equipamento de conferência (se em formato híbrido, por favor adicione o seguinte), incluindo uma plataforma online que facilite a interação entre participantes remotos e presenciais;
- Custos de restauração, cobrindo bebidas quentes e macias e biscoitos para coffee / tea breaks durante o seminário).

## 1.7 RELATÓRIOS/RESULTADOS

A tabela abaixo descreve os principais resultados da equipa de avaliação, o seu conteúdo, idioma e respetivos prazos. Ao elaborarem o calendário das actividades na sua oferta, os contratantes do quadro devem incluir não só o calendário de apresentação dos relatórios, mas também o de outros resultados essenciais, em conformidade com a secção 2.2.2.

Título	Conteúdo	Idioma	Calendário ou prazo de apresentação das candidaturas	Número de exemplares (se o relatório for fornecido em papel ou Formato USB/CD/DVD)
<b>Fase inicial</b>				
Relatório Inicial	Ver anexo V	Inglês e Português	Fim da fase inicial	eletrónica
<b>Interino: actividades documentais e de campo</b>				
Balcão intermediário e nota de campo	Ver anexo V	Inglês e Português	Fim da Fase Interina (Documental e de Campo)	eletrónica
<b>Fase de síntese</b>				
projecto de Relatório Final	Ver anexo V	Inglês e Português	16/12/2024	eletrónica
Relatório Final (juntamente com a resposta à comentários)	Ver anexo V	Inglês e Português	15 dias após receber comentários sobre o projecto de relatório final	eletrónica

**Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique**  
**Relatório Final**

Resumo do Relatório Final	Ver anexo V	Inglês e Português	Juntamente com o Relatório Final	100 cópias em papel 10 portas USB
projecto de conclusão, Ensinamentos retirados e recomendações	Ver formulário em linha em Portal de Financiamentos e Concursos	Inglês e Português	Juntamente com o Relatório Final	eletrónica
Estudos de caso	modelo a ser apresentado e discutido com EUD	Inglês e Português	Juntamente com o Relatório Final	eletrónica
<b>Fase de Disseminação</b>				
Apresentação de diapositivos para o Seminário de Avaliação	modelo a apresentar e discutido com EUD	PT e PT	Entre 10 a 20 dias após a receção	eletrónica
			comentários sobre o projecto Relatório Final	
Infografias	modelo a ser apresentado e discutido com EUD	PT e PT	Seminário de Avaliação	eletrónica
Resumo da avaliação	modelo a ser apresentado e discutido com EUD	PT e PT	Seminário de Avaliação	eletrónica

### 1.7.1 Utilização do Portal de Financiamentos e Concursos pelos contratantes e peritos da avaliação e da EVAL-OPSYS pelo gestor da avaliação

---

O contratante selecionado enviará todos os resultados enviando-os para o Portal de Financiamento e Concursos. Estes documentos serão ligados pelo gestor da avaliação à sua fase relacionada no EVAL-OPSYS. O contratante selecionado terá também de redigir conclusões, lições aprendidas e recomendações no formulário em linha acessível no Portal de Oportunidades de Financiamento e Concursos dentro da componente Monitorização e Avaliação , que consiste nomeadamente em conclusões, lições aprendidas e recomendações que podem ser posteriormente agrupadas e priorizadas.

## **1.8 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

### 1.8.1 Conteúdo dos relatórios

---

Os resultados associados a cada saída devem corresponder aos padrões de qualidade. Assim, por exemplo, o texto dos relatórios deve ser ilustrado, conforme apropriado, com mapas, gráficos e tabelas; É necessário um mapa da(s) área(s) de intervenção (a anexar em anexo). Em particular, a qualidade das versões preliminares do relatório inicial e final será avaliada pelo gestor da avaliação utilizando os critérios de qualidade apresentados no Anexo VI; enquanto outros resultados serão avaliados utilizando critérios de qualidade semelhantes, mas adaptados à estrutura, formato e conteúdo específicos dos relatórios/notas, tal como descrito no anexo V.

### 1.8.2 Comentários sobre os resultados

---

Para cada relatório, o gestor da avaliação enviará ao contratante comentários consolidados recebidos do Grupo de Referência ou a aprovação do relatório. Os relatórios revistos que abordam os comentários serão apresentados numa data a acordar com o gestor da avaliação. A equipa de avaliação deve fornecer um documento separado ("matriz de comentários") explicando como e onde os comentários foram integrados ou a razão para não integrar determinados comentários, se for esse o caso.

**Anexo 2- Documentos revistos**

**Anexo 3 – Partes interessadas entrevistadas durante a avaliação**

Anexo 4- Quadro lógico PROMOVE Biodiversidade (junho 2024)

# QUADRO DE REGISTO DO PROGRAMA

ANNEX I: LOGICAL FRAMEWORK MATRIX (LOGFRAME) OF THE EVALUATED INTERVENTION

	<i>Results chain</i>	<i>Indicator</i>	<i>Baseline (value &amp; reference year)</i> 2019	<i>Target (value &amp; reference year)</i> 2026	<i>Current value* (reference year)</i> <i>(* to be included in interim and final reports in due time)</i>	<i>Source and means of verification</i>	<i>Assumptions</i>
Impact (Overall objective)	OO: To promote biodiversity conservation, along with a sustainable and inclusive development in protected areas of Mozambique.	1 Red List Index (OPSYS core indicator)	0,79	0,81		Global SDG Indicators Database, ( <a href="https://unstats.un.org/sdgs/indicators/database/">https://unstats.un.org/sdgs/indicators/database/</a> )	NOT APPLICABLE
		2 Country Classification according to CITES Convention	Category II	Category I		Website CITES ( <a href="https://cites.org">https://cites.org</a> )	
		3 Number of sustainable tourism initiatives operating in protected areas	13	14		Official data from the National Directorate of Forests and the National Administration of Conservation Areas (ANAC) Ministry of Culture and Tourism	

**Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique**  
Relatório Final

Outcome Specific Objective(s)	<b>SO1:</b> Strengthened governance framework for the management of biodiversity and natural resources in protected areas.	<i>1.1 Level of compliance with CITES obligations concerning reporting and recommendations' adoption</i>	<i>Missing reports and recommendations not adopted</i>	<i>Reports submitted on time and recommendations adopted"</i>		<i>Notes on the submission of compliance reports</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• The Government remains committed with the protection and conservation of national ecosystems and biodiversity.</li> <li>• Existence of synergies and complementarities among different stakeholders (Government, development partners, private sector, civil society) within the environmental sector.</li> <li>• Stable security conditions in the geographical targeted areas.</li> <li>• Absence of external shocks (economic, exchange rate volatility, natural disasters) affecting local economies in the geographical targeted areas.</li> </ul>
		<i>1.2 Number of legal instruments related to CITES and natural resources management adopted with the support of the EU</i>	0	3		<i>Official Bulletin of the Republic of Mozambique ((<a href="https://www.inm.gov.mz/">https://www.inm.gov.mz/</a>))</i>	
		<i>1.3. Areas of terrestrial and freshwater ecosystems under (a) protection, (b) sustainable management with EU support (km2) (EU GRF)</i>	<i>(a) 0 (protecção total) (b) 0 (buffer zone +others typologies (areas de transição))</i>	<i>(a) Gilé: 2862 km2 APAIPS: 161.76km2 Mabu: 93 km2  (b) Gilé: 62km2- zona tampão+964 km2- coutada de Mulela  APAIPS: 1,122.00 km2 Mabu:TBD</i>		<i>Progress and final report from subsidiary projects and Decision-level monitoring and evaluation deliverables</i>	
	<b>SO2:</b> Improved livelihoods of the communities living in targeted protected areas.	<i>1.1 Number of smallholders reached to increase their sustainable production, access to markets and/or security of land (OPSYS core indicator)</i>	0	<i>Gilé: 500 APAIPS: 2730 Mabu:400</i>		<i>Progress and final report from subsidiary projects and Decision-level monitoring and evaluation deliverables</i>	

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

		1.2 Number of people with access to improved drinking water source and/or sanitation facility with EU support (OPSYS core indicator)	0	4500		Progress and final report from subsidiary projects and Decision-level monitoring and evaluation deliverables	
Outputs	OP1.1: Compliance with the international normative and regulatory framework on environment and natural resources is enhanced.	1.1.1 Status of CITES Regulations	Outdated or insufficient regulations preventing the country's upward classification in CITES protection categories.	Revised and submitted to competent authorities for approval.		Progress and final reports	<ul style="list-style-type: none"> <li>Local population and target groups willing to change behaviors, and to adopt and retain new knowledges, attitudes and practices regarding the sustainable management of natural resources.</li> <li>Provincial Governments take active part and ownership of project's activities.</li> <li>Absence of extreme weather events in the geographical targeted areas.</li> </ul>
		1.1.2 Number of standard operating procedures (SOPs) related to wildlife products or conservation revised, with EU support	0	2		Progress and final reports	
	OP1.2: Relevant institutions and other stakeholders at province and district levels with strengthened capacities for the sustainable management of natural resources.	1.2.1 Number of government officials and staff from various entities involved in natural resource management trained with EU support holding updated knowledge in resource management, (disaggregated by sex and by type of entity)	602	1200 M: 418 F: 180 Central government: tbd Provincial governments: 500 Municipal governments: 100 Customs: tbd		Progress and final reports	

**Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique**  
 Relatório Final

				Others: Gilé: 86 APAIPS:46 Mabu:5		
	<b>OP1.3:</b> Enhanced operationalisation of management structures, plans, infrastructures and ecosystem services.	1.3.1: Number of management plans of protected areas drafted or revised with the support of the EU	PNAG:0 APAIPS:1 Mabu:0	PNAG:1 APAIPS:1 Mabu:1		Progress and final reports
		1.3.2: Number of infrastructures built, rehabilitated or equipped with EU support to facilitate management of natural resources	ANAC (national):0 PNAG: 0 Mabu:0 APAIPS: 0	ANAC (national):1 PNAG:54 Mabu: 5 APAIPS:11		Progress and final reports
		1.3.3: Number of protected areas supported by the EU in their surveillance and control operations	0	2		Progress and final reports
	<b>OP1.4:</b> Increased participation of local communities in the management of the targeted protected areas.	1.4.1: Number of Management Councils and Committees operating with EU support	0	Gilé:8 APAIPS:56 Mabu:12		Progress and final reports
		1.4.2: Number of Environmental Clubs in local communities living in protected areas supported by the EU	0	Gilé:3 APAIPS:12 Mabu:0		Progress and final reports

**Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique**  
 Relatório Final

	<b>OP1.5:</b> Increased availability of studies and research on natural resources management in the targeted areas.	1.5.1: Number of studies and research initiatives on natural resources and biodiversity developed with EU support	0	Gilé:3 APAIPS:3 Mabu:2		Progress and final reports
		1.5.2. Number of scientific papers published	0	6		Progress and final reports
	<b>OP 1.6:</b> COVID response	Number of employees maintained in CAs through the emergency response (covid-19)	Over 1000 rangers jobs at risk due to COVID 19 related revenue losses	Support salaries for at least 500 rangers (50%)		Covid emergency final report
	<b>OP2.1:</b> Strengthened capacities of local communities for the diversification of sustainable and natural-based livelihoods.	2.1.1: Number of members of local communities trained on production technologies and sustainable livelihoods diversification; or otherwise supported by the EU in sustainable community projects/initiatives, related to sustainable community prospects (disaggregated by sex).	0	T:3630 M: TBD F: TBD  Gilé:500 M: TBD F: TBD  APAIPS:2730 M: TBD F: TBD  Mabu:400 M: TBD F: TBD		Progress and final reports
		2.1.2. Number of sustainable livelihoods initiatives supported by the action	0	PNAG:4 APAIPS:2 Mabu:2		Progress and final reports

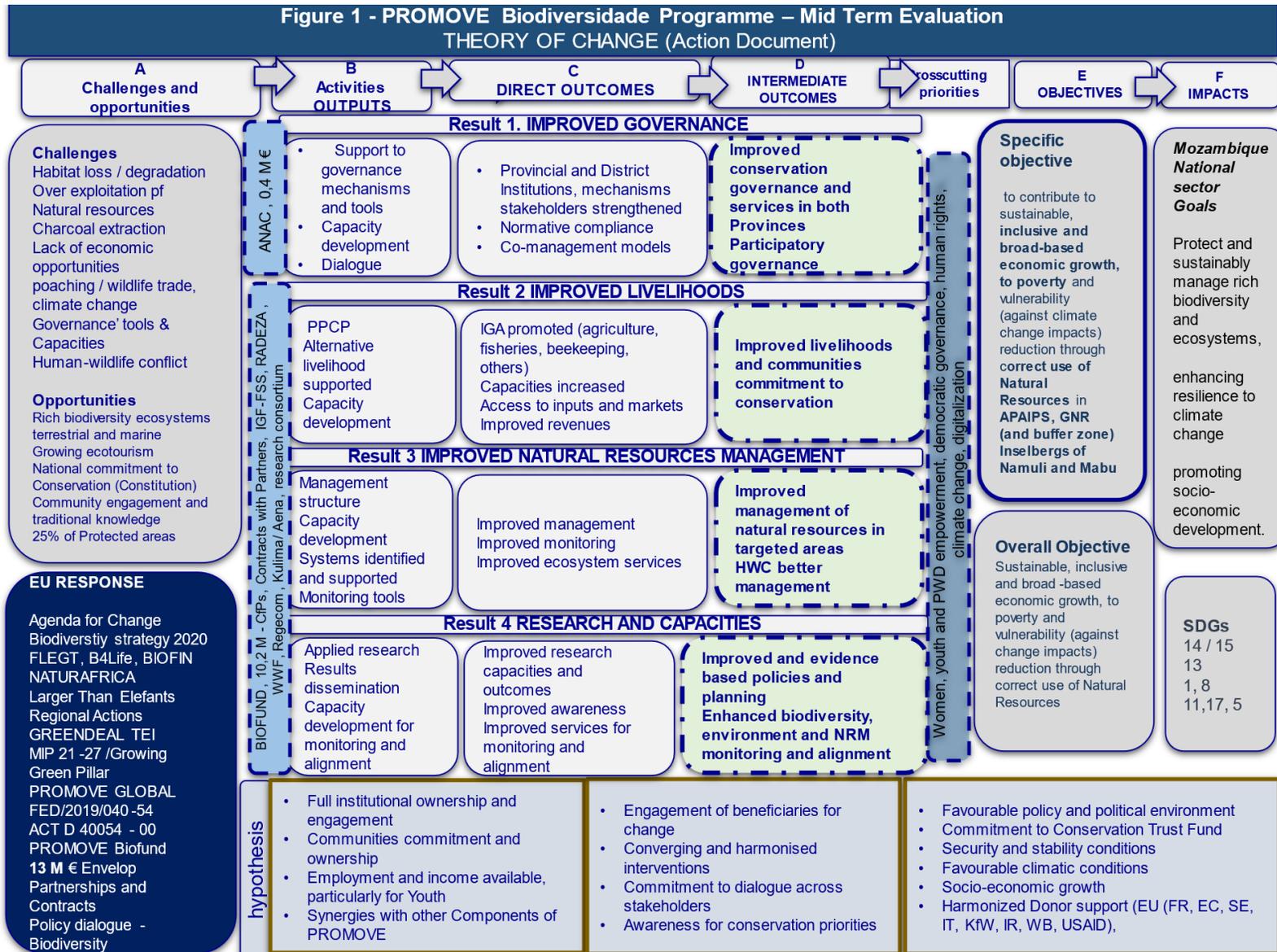
Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique  
Relatório Final

		<p>2.1.3. Number of beneficiaries of sustainable livelihood initiatives (disaggregated by type of initiatives and gender)</p>		<p>Conservation agriculture:            PNAG: 350            APAIPS: 2250            Mabu: 250</p> <p>Beekeeping:            PNAG: 50            APAIPS: 0            Mabu: 70</p> <p>Fishery processing:            PNAG:            APAIPS: 480            Mabu: TBD</p> <p>Livestock rearing            PNAG: TBD</p>			
--	--	---	--	--	--	--	--

**Anexo 5 – Teoria do Programa da Mudança (versões 2020 e 2024)**

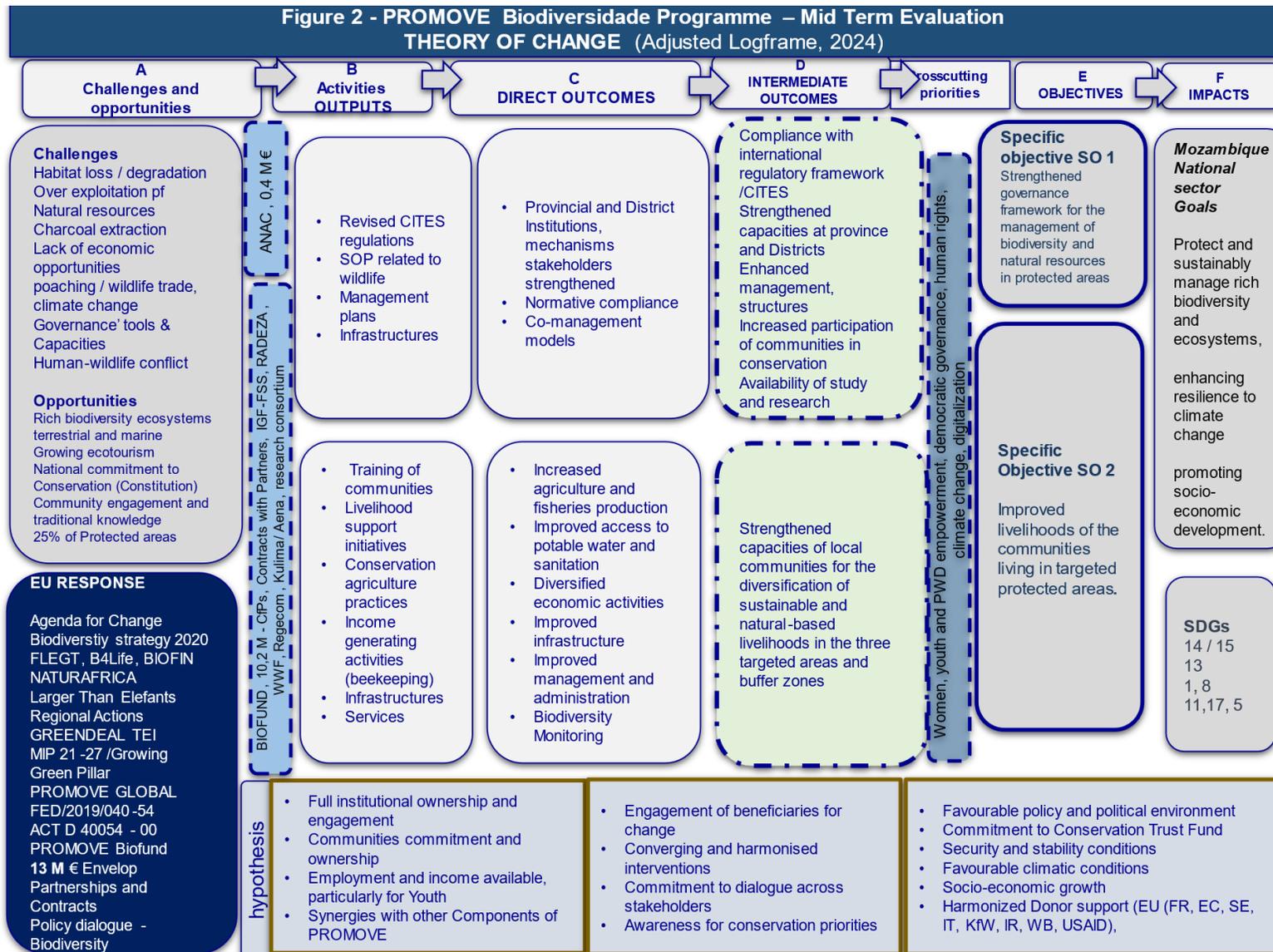
# Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

## Relatório Final



# Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

## Relatório Final



Anexo 6 – Mapa das zonas de intervenção



## **Anexo 7 – Partes interessadas no programa**

O relatório inicial mapeia as principais partes interessadas do PROMOVE Biodiversidade para planear e organizar a recolha de dados e entrevistas durante as actividades de campo:

### **1. DOADOR, CONTRAPARTES NACIONAIS E IMPLEMENTADORES**

---

**A Delegação junto da União Europeia em Moçambique; a Comissão Europeia, representada pela Delegação da UE na República de Moçambique, é doadora e signatária dos contratos com a BIOFUND. A UE subscreveu igualmente o orçamento-programa assinado entre o Governo (gestor orçamental nacional) e a ANAC.**

**Gestor Orçamental Nacional:** O GAN supervisiona os aspetos financeiros e administrativos dos programas financiados pela UE em Moçambique, incluindo o PROMOVE Biodiversidade. As responsabilidades do NAO incluem validar as alocações de financiamento, garantir a conformidade com os regulamentos nacionais e da UE e coordenar os ministérios e autoridades locais envolvidos no programa.

**ANAC (Administração Nacional de Áreas de Conservação):** A ANAC atua no âmbito do Ministério da Terra e Meio Ambiente (MTA). A ANAC está mandatada por decreto regulamentar para gerir e fiscalizar as áreas protegidas do país. O decreto confere à ANAC a competência para implementar políticas que visem conservar a biodiversidade, promover a gestão sustentável dos recursos e apoiar o desenvolvimento comunitário em áreas de conservação e suas zonas de amortecimento. O papel da ANAC inclui a coordenação com vários órgãos governamentais, a aplicação das leis de conservação e a facilitação do uso sustentável dos recursos naturais, com um foco específico na mitigação de ameaças à biodiversidade e na proteção dos ecossistemas em Moçambique. A implementação da Componente ANAC assenta na modalidade de gestão indirecta através de um Orçamento-Programa<sup>89</sup>. Este contrato visa apoiar a primeira componente do programa, melhorando a governação do sector, particularmente nos aspetos relacionados com o cumprimento da CITES e as capacidades.

**BIOFUND (Biodiversity Conservation Foundation):** O BIOFUND é uma instituição privada, sem fins lucrativos, estabelecida ao abrigo da lei moçambicana. O seu mandato, definido pelo seu quadro regulamentar fundador, centra-se na mobilização e gestão de recursos financeiros para apoiar a conservação da biodiversidade nas áreas protegidas de Moçambique. O BIOFUND colabora estreitamente com a ANAC e outras entidades para financiar projectos de conservação, melhorar a gestão de áreas protegidas e promover iniciativas de conservação de base comunitária. Através de subsídios e parcerias, o BIOFUND apoia projectos de conservação da biodiversidade, iniciativas de desenvolvimento comunitário e esforços de educação ambiental em áreas protegidas geridas pela ANAC, mas também apoia iniciativas de conservação fora das áreas protegidas.

A implementação da Componente BIOFUND é apoiada por uma Subvenção directa à Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND). O BIOFUND utilizou subvenções para financiar organizações de execução. A subvenção apoiou i) gestão da conservação e governação

---

<sup>89</sup> O orçamento-programa da UE é um instrumento de planeamento financeiro utilizado em projectos financiados pela UE, principalmente para a gestão administrativa no âmbito das modalidades de gestão indirecta. Define o orçamento estimado e as dotações financeiras necessárias para implementar uma componente específica do projecto, detalhando os custos e recursos previstos. A estimativa inclui várias categorias de despesas, tais como custos operacionais, recursos humanos, equipamento, viagens e subcontratação. Descreve igualmente controlos financeiros específicos e requisitos de apresentação de relatórios para assegurar a conformidade com os procedimentos da UE e a utilização eficiente dos fundos.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

nas três áreas selecionadas, ii) melhoria dos meios de subsistência das populações locais e iii) implementação de estudos que possam apoiar políticas e gestão da biodiversidade baseadas em dados concretos.

#### **A) PARCEIROS DE EXECUÇÃO: CONSERVAÇÃO E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA**

As seguintes parcerias foram estabelecidas pelo BIOFUND com acordos de subcontratação:

**Fundação FFS-IGF** - Apoia o Parque Nacional do Gilé (PNAG) nos esforços de conservação. Montante: €2.267.870; Duração: outubro de 2020 a fevereiro de 2025; objectivo: Melhorar a gestão da conservação e a alocação de recursos no PNAG.

**RADEZA** - Empenha-se no desenvolvimento comunitário na zona tampão do PNAG. Montante: 792.000€; Duração: junho de 2021 a fevereiro de 2025; objectivo: Melhorar os meios de subsistência sustentáveis para as comunidades em torno do PNAG.

**Consórcio WWF-RGCRN-RADEZA** - Implementa a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento comunitário em Monte Mabu. Montante: €1.502.988,90; Duração: março de 2021 a fevereiro de 2025; objectivo: Estabelecer Monte Mabu como uma área de conservação com apoio da comunidade.

**Consórcio CTV-TN-CG** - Destinado ao apoio à Área de Proteção Ambiental Primeiras e Segundas (APAIPS). Este contrato foi posteriormente cancelado devido a problemas dentro do consórcio. Um novo contrato foi assinado em 2023 com a WWF.

**WWF-AENA-Kulima** - Concentra-se na conservação da biodiversidade e na melhoria dos meios de subsistência na APAIPS. Montante: €2.790.476; Duração: junho de 2023 a fevereiro de 2025; objectivo: Promover a gestão sustentável dos recursos marinhos e costeiros na APAIPS.

#### **B) PARCEIROS DE EXECUÇÃO: INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS**

**Universidade Eduardo Mondlane (UEM)** - Desenvolve investigação no PNAG sobre a gestão de habitats e o impacto de incêndios não controlados. Montante: 3.572.730 MZN (52.540,15 €), Duração: março de 2022 a setembro de 2024, Meta: Apoio aos planos de gestão sustentável no PNAG.

**Universidade Lúrio (UniLurio)** - Pesquisa conservação e reintroduções da macrofauna no PNAG. Montante: 3.072.680 MZN (45.186,47€), Duração: março de 2022 a setembro de 2024, objectivo: Avaliar o estado de conservação e apoiar as explorações de reintrodução da macrofauna no PNAG.

**Universidade Católica de Moçambique (UCM)** - Estuda as tendências demográficas e a utilização de recursos na zona tampão do PNAG. Montante: 3.146.080 MZN (46.265,88€); Duração: março de 2022 a setembro de 2024; objectivo: Compreender a dinâmica da comunidade e as pressões de recursos em torno do PNAG.

**Instituto Nacional de Irrigação (INIR) e Universidade Eduardo Mondlane (UEM)** - Estudo do potencial hidrológico para utilização sustentável no Monte Mabu. Montante: MZN 6.928.500 (€101.889,71), Duração: novembro de 2022 a setembro de 2024, objectivo: Avaliar os recursos hídricos para o desenvolvimento das comunidades locais em Monte Mabu.

**UniLurio e Instituto Oceanográfico de Mazambique** : Está previsto um novo contrato (2024) para um estudo sobre indicadores ecológicos em área de conservação comunitária da APAIPS. O contrato ainda não foi assinado.

## 2. GOVERNOS E INSTITUIÇÕES LOCAIS

---

- **Serviços Provinciais do Ambiente (SPA) e Direção Provincial do Desenvolvimento Territorial e Ambiente (DPDTA)** na Zambézia, responsáveis pela supervisão e apoio às iniciativas ambientais. Ambos são membros do Comité de Acompanhamento do Monte Mabu
- **Governos distritais** em áreas como os distritos de Gilé, Pebane e Mocubela para PNAG, Angoche, Moma, Larde e Pebanefor APAIPS, Lugela para o Monte Mabu, facilitando a implementação do programa através de estruturas de governança local.
- **Conselhos de gestão de áreas de conservação e comités de gestão de recursos naturais**, que estão envolvidos na tomada de decisões para a utilização sustentável dos recursos e a proteção em áreas de conservação (ver lista de participantes no anexo 2)
- **Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)**: Colaborando a nível distrital em práticas de agricultura sustentável através dos Serviços Distritais de actividades Económicas (SDAE).
- As autoridades provinciais de pesca, incluindo o **Instituto Oceanográfico Nacional (InOM)** da Zambézia e de Nampula, fazem parte dos Conselhos de Gestão da APAIPS.

## 3. COMUNIDADES BENEFICIÁRIAS

---

**Comités de Gestão de Recursos Naturais (NRMC)**, representando os interesses da comunidade e garantindo o envolvimento local nas actividades do programa em torno do PNAG e APAIPS.

**Associações comunitárias**, como a CONSERVAMABU em Monte Mabu, que desempenham um papel crítico na implementação de práticas sustentáveis e no envolvimento dos membros da comunidade em iniciativas de conservação.

**Comunidades Locais na Zona de Amortecimento PNAG**: Os membros da comunidade beneficiam de iniciativas como programas de educação ambiental, projectos de meios de subsistência alternativos (como apicultura e agricultura sustentável) e envolvimento em comités de gestão de recursos naturais.

**Comunidades Monte Mabu**: Aproximadamente 2.747 famílias em Monte Mabu se beneficiam do PROMOVE Biodiversidade, incluindo treinamento agrícola. Membros da comunidade, incluindo 110 líderes, que estão ativamente envolvidos nos esforços de conservação.

**Comunidades Piscatórias e Agrícolas em APAIPS**: Os pescadores e agricultores locais beneficiam do foco do programa em práticas sustentáveis, que visam reduzir a sobrepesca e promover a resiliência agrícola.

### **CAIXA 1 Exemplo de comunidades beneficiárias do PROMOVE Biodiversidade**

Os membros da comunidade PNAG em torno do PNAG beneficiam de actividades como a agricultura de conservação e a apicultura. O apoio específico inclui formação em práticas agrícolas sustentáveis no âmbito da abordagem Farmer Field School (FFS), na qual participam 250 produtores, incluindo 181 agricultores registados que beneficiaram de sementes subsidiadas.

Iniciativas de piscicultura apoiam 103 indivíduos, incluindo 55 mulheres, ajudando a diversificar as fontes de renda para comunidades dependentes de recursos naturais - Cerca de 2.747 famílias, de 11 comunidades nos postos administrativos de Tacuane e Muabanama, estão envolvidas.

Os beneficiários diretos incluem 110 Comité de Gestão dos Recursos Naturais (membros e 22 facilitadores comunitários que ajudam a divulgar informações sobre conservação e desenvolvimento.

A apicultura e as práticas agrícolas sustentáveis são promovidas e 200 agricultores estão a ser formados para adotar técnicas agrícolas resilientes.

**APAIPS:** Seis comunidades piscatórias em APAIPS beneficiam de melhorias de subsistência, com intervenções específicas para práticas de pesca sustentáveis. Além disso, 90 grupos de 29 comunidades, incluindo mulheres e jovens agricultores, estão recebendo apoio na agricultura de conservação para promover o uso sustentável dos recursos.

No **Monte Mabu**, os beneficiários da comunidade incluem famílias em quatro comunidades primárias - **Nvava, Ndoda, Nangaze e Ndavo** - onde os esforços de conservação se concentram na criação de uma área de conservação sustentável gerida pela comunidade.

Uma iniciativa específica apoia **110 membros de Comités de Gestão Comunitária locais** que lideram os esforços de conservação e de tomada de decisões. Além disso, **22 facilitadores comunitários** se envolvem ativamente na disseminação da conscientização e educação sobre biodiversidade e uso sustentável de recursos em suas comunidades.

### **SERVIÇOS DE ÁREAS PROTEGIDAS**

**Parque Nacional do Gilé (PNAG):** Este parque beneficia de melhorias de infraestruturas, apoio técnico e aumento de pessoal para conservação e gestão. O projecto ajudou a manter trabalhadores essenciais no PNAG, apoiando 117 funcionários, entre guardas florestais e equipe técnica.

**Área de Proteção Ambiental Primeiras e Segundas (APAIPS):** Embora em fase inicial de implementação, a APAIPS deverá beneficiar de recursos destinados à conservação da biodiversidade e à colaboração comunitária para meios de subsistência sustentáveis.

#### **4. sector PRIVADO**

---

O sector privado oferece oportunidades de subsistência, apoiando o emprego, o acesso a insumos, serviços, processamento e comercialização para as comunidades beneficiárias, Exemplos são os seguintes:

- Na APAIPS, o envolvimento do sector privado é facilitado principalmente através de parcerias com as comunidades piscatórias locais. Os esforços incluem o reforço do diálogo entre os conselhos comunitários de pesca (PCC) e o sector privado para apoiar a cadeia de valor sustentável da pesca.
- Em torno de Monte Mabu, a indústria da borracha opera com actividades agroflorestais.
- A área em torno do PNAG tem proporcionado esforços focados no envolvimento do sector privado, particularmente no uso sustentável e comercialização de recursos de vida selvagem, como na área de caça de Mulela.

#### **5. PARTES INTERESSADAS MULTILATERAIS**

---

Organizações internacionais e parceiros de desenvolvimento que beneficiem das informações geradas através do Programa e da utilização dos dados para o planeamento e a tomada de decisões no domínio da conservação da biodiversidade.

**FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura):** A FAO colabora através da iniciativa PROMOVE Agribiz, trabalhando na agricultura de conservação para melhorar a produtividade e as práticas agrícolas sustentáveis para as comunidades em torno de áreas de conservação específicas, como PNAG, Monte Mabu, e APAIPS. Esta colaboração inclui programas de formação que introduzem técnicas de agricultura de conservação, que beneficiam os agricultores locais e contribuem para a sustentabilidade ambiental.

**PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento):** O PNUD apoia os esforços de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade, trabalhando em conjunto com instituições locais para fortalecer a governança e o envolvimento da comunidade em áreas protegidas.

**PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente):** O PNUA está envolvido no fornecimento de conhecimentos especializados em matéria de ambiente, concentrando-se em esforços de conservação mais amplos e prestando assistência a iniciativas de reforço das capacidades para melhorar a proteção da biodiversidade. O seu envolvimento inclui a promoção de políticas e práticas que se alinham com os objectivos ambientais de Moçambique, particularmente em hotspots de biodiversidade como Monte Mabu.

**IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza):** A IUCN contribui para o desenvolvimento de estratégias de conservação e para o fortalecimento da governança comunitária para a conservação da biodiversidade. Em colaboração com parceiros locais, a IUCN apoia os esforços de capacitação, particularmente em áreas protegidas como a Área de Proteção Ambiental Primeiras e Segundas (APAIPS). O seu envolvimento centra-se em fornecer orientação técnica sobre práticas de conservação e ajudar a estabelecer estruturas de gestão comunitária sustentáveis. A IUCN também facilita a partilha de conhecimentos sobre as melhores práticas e ajuda a monitorizar os indicadores de biodiversidade em áreas-alvo.

**BM (Banco Mundial):** O BM, através do **programa MozNorte**, presta apoio financeiro e técnico especificamente dirigido à **APAIPS**. Este programa visa melhorar os esforços de conservação através do financiamento do desenvolvimento de infraestruturas, do alcance da comunidade e de práticas de gestão de recursos. O apoio do Banco Mundial é essencial para estabelecer uma estrutura de conservação robusta dentro da APAIPS, ajudando as autoridades locais a implementar práticas sustentáveis e construindo resiliência contra a degradação ambiental. Além disso, o Banco Mundial está envolvido na promoção de meios de subsistência sustentáveis e governança ambiental, em colaboração com outras iniciativas do PROMOVE, criando sinergias com o objectivo de conservação da biodiversidade.

## **6. SOCIEDADE CIVIL E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG):**

---

Para além do papel de parceiros co-implementadores subcontratados pelo BIOFUND, a sociedade civil desempenha um papel importante na sensibilização, no reforço das capacidades, no trabalho de conservação no terreno e no envolvimento da comunidade nas áreas de conservação. Os exemplos incluem:

**ProAzul** - Focado na conservação marinha e práticas de pesca sustentáveis.

**Amigos da Floresta** - ONG moçambicana focada na reflorestação e práticas florestais sustentáveis, particularmente em áreas afetadas pela desflorestação.

**ORAM (Associação Rural de Ajuda Mútua)** - ORAM tem como foco garantir os direitos fundiários para as comunidades rurais e promover o uso sustentável da terra.

**projecto de Biodiversidade Kulera** - Embora focado principalmente no Malawi, o projecto Kulera estende o seu impacto a áreas fronteiriças de Moçambique, trabalhando na conservação da biodiversidade e apoiando as comunidades a adotarem práticas agrícolas sustentáveis em zonas-tampão em torno de áreas protegidas.

**ADEMO (Associação dos Deficientes Moçambicanos)** - Embora não seja exclusivamente uma ONG focada na conservação, a ADEMO trabalha na inclusão social e empoderamento de pessoas com deficiência em Moçambique.

**FDC (Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade)** - A FDC é uma das maiores fundações de Moçambique, trabalhando numa vasta gama de projectos de desenvolvimento comunitário. O seu foco inclui a redução da pobreza, educação e saúde, e algumas das suas iniciativas cruzam-se com a sustentabilidade ambiental e a resiliência climática.

**Centro Terra Viva (CTV)** – O CTV é uma importante ONG moçambicana que se dedica a estudos ambientais e de desenvolvimento comunitário.

## **7. ÓRGÃOS REGIONAIS**

---

Promover a harmonização regional, sinergias e colaboração nos esforços de conservação da biodiversidade, garantindo que as estratégias de conservação em Moçambique se alinhem com iniciativas regionais mais amplas:

**SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral):** Apoia as políticas regionais de biodiversidade e sustentabilidade ambiental.

#### **8. OS ESTADOS-MEMBROS DA UE E AS AGÊNCIAS BILATERAIS INTERNACIONAIS;**

---

Colaborar com o Programa PROMOVE Biodiversidade para fornecer financiamento complementar, conhecimentos técnicos e alinhamento de políticas.

**A GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - Agência Alemã de Cooperação Internacional)** apoia o PROMOVE-Agribiz e trocou informações em junho de 2023 (discussões centradas na apicultura e comercialização do caju).

**A AFD (Agence Française de Développement – Agência Francesa de Desenvolvimento)** apoia programas de produtos florestais não madeireiros (PFNT) e agrícolas na zona-tampão de Gilé, através da intervenção NITIDAE.

**AICS (Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento):** A AICS apoia projectos de conservação e agricultura sustentável em Moçambique, promovendo a proteção da biodiversidade e capacitando as comunidades através de melhores práticas agrícolas para aumentar a segurança alimentar e a resiliência.

**SIDA (Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento):** a SIDA financia projectos focados na conservação da biodiversidade e adaptação climática, trabalhando com as comunidades locais para promover o uso sustentável da terra e a resiliência aos impactos climáticos, particularmente em áreas rurais.

**USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional):** A USAID está envolvida em iniciativas de conservação da biodiversidade e gestão de recursos naturais, com foco em meios de subsistência sustentáveis, agricultura de conservação e capacitação das comunidades para gerenciar recursos de forma sustentável.

**BZ Países Baixos (Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos):** BZ Países Baixos apoia projectos de gestão e conservação da água que integram a preservação da biodiversidade com actividades económicas locais, promovendo meios de subsistência sustentáveis através de iniciativas de gestão de recursos de base comunitária em Moçambique.

#### **9. INSTITUIÇÕES DE INVESTIGAÇÃO ACADÉMICA**

---

As universidades desempenham um papel de parceiro de implementação (ver acima, entidades contratadas pelo BIOFUND) e, mais em geral, de apoio à biodiversidade e conservação. O meio académico desempenha um papel crucial no apoio à aplicação da CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Ameaçadas de Extinção). As universidades e instituições de investigação realizam estudos sobre espécies ameaçadas, fornecem dados para a elaboração de políticas informadas, formam profissionais na conservação da vida selvagem e promovem a sensibilização do público para a importância da proteção da biodiversidade, nomeadamente através de serviços de aconselhamento científico para a CITES. Os exemplos incluem:

## **Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique**

### **Relatório Final**

**UEM (Universidade Eduardo Mondlane):** A mais antiga e maior universidade de Moçambique, a UEM está envolvida na investigação da biodiversidade, incluindo gestão de habitats e estudos de impacto relacionados com incêndios e regeneração de vegetação em áreas de conservação como o PNAG.

**UniLurio (Universidade Lúrio):** Centra-se em estudos relacionados com a gestão da fauna e conservação da macrofauna nas áreas protegidas de Moçambique.

**UCM (Universidade Católica de Moçambique):** Desenvolve estudos socioculturais e económicos dentro de zonas-tampão de áreas de conservação, analisando a relação entre comunidades e recursos naturais para apoiar os esforços de desenvolvimento sustentável.

**INIR (Instituto Nacional Irrigação)** - Colabora em estudos hidrológicos em áreas como Monte Mabu para avaliar recursos hídricos para uso comunitário sustentável, o que apoia objectivos de conservação e subsistência.

**UniZambeze (Universidade Zambeze):** Está envolvida em expedições e estudos científicos e é membro do Comité de Acompanhamento do Monte Mabu.

## Anexo 8 – Quadro de avaliação

### Quadro de Avaliação e Perguntas de Avaliação

#### 1.8 Quadro de avaliação

O quadro de avaliação está estruturado em 7 perguntas principais de avaliação (QE), alinhadas com os critérios do CAD da OCDE, e 34 critérios de apreciação (JC).

O quadro aborda questões e prioridades evidenciadas pelos termos de referência da avaliação (ver secção 0) e os intercâmbios de acompanhamento com a UE, a ANAC e o BIOFUND.

O quadro reflete as mudanças recentes, bem como no quadro lógico de intervenção e na Teoria da Mudança, adotando adendas de 2024 e a sequência de resultados (ver Figura 2 e Anexo 3)

#### Quadro 1 – Quadro de Avaliação

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
<b>RELEVÂNCIA</b>			
<b>QE 1. Em que medida o PROMOVE Biodiversidade tem sido relevante para as necessidades e prioridades dos beneficiários e das principais partes interessadas?</b>			
JC 1.1. O PROMOVE Biodiversidade é relevante para as necessidades das instituições visadas (Ministério do Ambiente, ANAC, MIMAIP, BIOFUND, autoridades governamentais provinciais e distritais, outros parceiros de governação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relevância para as prioridades nacionais, provinciais e distritais e estratégias e planos da ANAC</li> <li>• Grau de alinhamento entre os objectivos do Programa e as estratégias e planos da ANAC</li> <li>• % de detentores de interesse expressando percepção de relevância</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas com partes interessadas da UE e institucionais (MTA, ANAC, BIOFUND, instituições provinciais e distritais).</li> <li>• Avaliação das necessidades institucionais e verificação da pertinência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documento de ação</li> <li>• ROM</li> <li>• Entrevistas com as partes interessadas</li> </ul>
JC 1.2. O PROMOVE Biodiversidade é relevante para as necessidades e prioridades da população-alvo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evidência de intervenções que respondem às necessidades e prioridades da população-alvo (correspondência de relevância)</li> <li>• Percepção das comunidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação das necessidades pelos implementadores</li> <li>• Entrevistas com comunidades locais.</li> <li>• ROM</li> <li>• Observações dos avaliadores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios intercalares</li> <li>• ROM</li> <li>• Entrevistas com comunidades</li> </ul>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
	beneficiárias quanto à relevância das intervenções para as suas necessidades e prioridades		
JC 1.3 O Programa é relevante para as prioridades da Cooperação da UE com Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> <li>As prioridades do programa correspondem às prioridades estratégicas da UE e às prioridades nacionais</li> <li>(Número de prioridades estratégicas da UE para as quais contribuem as prioridades do programa)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificação da pertinência através de uma análise comparativa com o PDM e outros documentos estratégicos fundamentais da UE.</li> <li>Entrevistas (EUD) e Gestor Orçamental Nacional (NAO) no Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>11.º FED</li> <li>NDICI 2021-2027 MIP</li> <li>Documentos estratégicos</li> <li>Documento de ação da UE</li> <li>ROM</li> </ul>
JC 1.4 A intervenção está bem alinhada com as estratégias e planos nacionais para áreas protegidas e conservação da biodiversidade, bem como planos e estratégias de apoio às comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Provas de alinhamento com estratégias e planos a nível nacional</li> <li>Grau de alinhamento entre os objectivos do Programa e as prioridades nacionais, provinciais e distritais</li> <li>Provas do alinhamento do programa para cumprir os compromissos internacionais com a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Convenção sobre as Alterações Climáticas e os ODS relacionados com a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise comparativa com planos e estratégias de conservação nacionais e locais.</li> <li>Entrevistas com EUD, MTA, ANAC e BIOFUND.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Documento de ação</li> <li>Documentos de estratégia nacional disponíveis em <a href="https://sibmoz.gov.mz/">https://sibmoz.gov.mz/</a></li> <li>Entrevistas com ANAC e BIOFUND</li> </ul>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
	conservação da biodiversidade (14, 15) e a redução da pobreza (ODS 1)		
<b>COERÊNCIA</b>			
<b>QE 2 Em que medida o Programa PROMOVE se enquadra e interage com outras políticas, iniciativas e projectos da UE, tanto em Moçambique como a nível externo</b>			
JC 2.1 O Programa complementa (ou contradiz) outras iniciativas da UE ou internacionais na Região ou em Moçambique (por exemplo, projectos de adaptação às alterações climáticas, esforços de conservação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Casos de sinergias (ou conflitos) com as políticas nacionais de biodiversidade ou ambientais de Moçambique</li> <li>Sinergias (ou conflitos) com iniciativas nacionais, regionais e/ou globais da UE de apoio à biodiversidade e conservação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise da coerência com as principais iniciativas da UE</li> <li>Entrevistas com a EUD e a cooperação regional da UE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Documentos políticos da UE</li> <li>Entrevistas com a EUD, a cooperação regional e os parceiros</li> </ul>
JC 2.2 O Programa está adequadamente ligado a outros sectores (por exemplo, agricultura, turismo, desenvolvimento local) que podem afetar os meios de subsistência e a biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Provas dos contributos e interações do PROMOVE Biodiversidade com outros esforços de desenvolvimento da UE e dos Estados-Membros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão das ligações com outras intervenções de cooperação de apoio à biodiversidade, agricultura e turismo.</li> <li>Entrevistas a nível local e Maputo</li> <li>Visitas de campo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios intercalares</li> <li>Relatórios das visitas de campo</li> <li>Entrevistas com as partes interessadas (FAO, organismos de turismo)</li> </ul>
<b>EFICÁCIA</b>			
<i>(Nota: o quadro de avaliação para a análise da eficácia foi alinhado com o quadro lógico ajustado (junho de 2024))</i>			
<b>QE 3. Em que medida a intervenção contribuiu para os resultados esperados relacionados com o quadro de governação da conservação e para as três áreas visadas?</b>			
<b>3.1 Apoio à ANAC, SDL 400, 13 de março de 2024</b>			

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
<b>JC 3.1.a</b> Quadro de governação reforçado a nível nacional (P1, P2, P3 ANAC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Progressos na implementação do NIRAP e do MIKE</li> <li>ii. Adoção de medidas legais para a CITES e a gestão dos recursos naturais</li> <li>iii. Melhor tomada de decisão baseada em evidências</li> <li>iv. # de Resultados Não Prejudiciais elaborados por ano</li> <li>v. Melhoria das capacidades de aplicação da CITES</li> <li>vi. Melhor desempenho dos serviços na implementação da CITES</li> <li>vii. # de espécies inventariadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Entrevistas com a ANAC e outras partes interessadas (UE, sociedade civil, BIOFUND)</li> <li>● Entrevistas com os principais parceiros do acordo de cogestão de conservação (por exemplo, Peace Parks Foundation (PPF), Wildlife Conservation Society (WCS))</li> <li>● Análise dos resultados do programa e dos relatórios intercalares</li> <li>● Revisão de medidas legais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatórios intercalares</li> <li>● Sistema de monitorização do programa</li> <li>● Entrevistas com as partes interessadas</li> <li>● Documentos legais</li> </ul>
<b>JC 3.1.b</b> Quadro de governação reforçado a nível local (província, distrito, comunidade) (P4 ANAC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Maior participação local na proteção/conservação e utilização sustentável dos recursos naturais</li> <li>ii. Evidência de governação reforçada a nível provincial e distrital</li> <li>iii. Provas do aumento das capacidades das comunidades locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Revisão de modelos de cogestão.</li> <li>● Reuniões e entrevistas com a ANAC, implementadores e parceiros</li> <li>● Reuniões com as administrações provinciais e locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Atas dos mecanismos de governação</li> <li>● Monitorização do programa</li> <li>● Entrevistas com comunidades locais</li> </ul>
<b>JC 3.1.c</b> Modelos melhorados de cogestão (P5 ANAC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Melhoria dos mecanismos de governação local e do diálogo entre os intervenientes</li> <li>ii. Políticas melhoradas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Revisão por equipa de modelos de cogestão</li> <li>● Reuniões e entrevistas com ANAC,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatórios intercalares</li> <li>● Sistema de monitorização do programa</li> </ul>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
	<p>iii. Comprovativo do sistema de incentivos em vigor</p> <p>iv. Provas da existência de parcerias eficazes</p> <p>v. Perceção das partes interessadas quanto à melhoria da qualidade da cogestão</p>	implementadores e parceiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comentários das partes interessadas nas entrevistas</li> </ul>
<b>3.2 Apoio ao BIOFUND</b> , Quadro lógico atualizado em 28 de fevereiro de 2024			
<p><b>JC 3.2.1.a</b> Melhoria das estruturas, planos de gestão e serviços nas áreas de conservação visadas (P.1.1/ BIOFUND)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhores serviços de conservação</li> <li>#of planos de gestão operacional</li> <li>Qualidade do plano de gestão (avaliado por peritos em avaliação)</li> <li>Número e qualidade das infraestruturas</li> <li>Número e qualidade dos serviços</li> <li>Satisfação dos intervenientes locais (incluindo pessoal das comunidades e das áreas protegidas) pelos serviços prestados, planos de gestão, infraestruturas e serviços</li> </ul>	<p>Em cada área:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Entrevistas com Agências de Implementação, Autoridades de Conservação (ANAC e gestores e funcionários de áreas protegidas)</li> <li>Entrevistas com parceiros</li> <li>Intervenientes locais: focus groups e reuniões comunitárias</li> <li>Monitorização e apresentação de relatórios do programa</li> <li>Observações directas das infraestruturas e da prestação de serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios intercalares</li> <li>Sistema de monitorização do programa</li> <li>Relatórios das visitas de campo</li> <li>Entrevistas com autoridades de conservação e partes interessadas da comunidade.</li> </ul>
<p><b>JC 3.2.1.b;</b> Mecanismos financeiros reforçados e</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de iniciativas a financiar nos três domínios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios intercalares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios financeiros</li> <li>Sistema de monitorização do programa</li> </ul>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
sustentáveis para as três áreas de conservação	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Entradas financeiras correntes e previstas</li> <li>● Adequação das entradas financeiras face aos custos esperados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Revisão de livros financeiros para as três Áreas</li> <li>● Entrevistas (BIOFUND, ANAC, Parceiros, gestores de áreas protegidas)</li> <li>● Relatórios intercalares e sistema de acompanhamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Entrevistas com equipas financeiras e stakeholders</li> </ul>
<p><b>JC 3.2.1.c;</b> Aumento da sensibilização e das capacidades das comunidades em matéria de gestão participativa dos recursos naturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Número de pessoas com maior sensibilização</li> <li>● Número de pessoas com capacidades acrescidas</li> <li>● Provas do reforço das capacidades</li> <li>● Provas de domínios em que as capacidades ainda têm de ser desenvolvidas</li> <li>● Plataformas existentes em cada área (Conselhos e/ou comités de Gestão de Recursos Naturais, <i>Clubes Ambientais</i>, <i>Associações</i>, entre outros)</li> <li>● Desempenho destes mecanismos (regularidade das reuniões, inclusão)</li> <li>● Decisões tomadas para apoiar a gestão sustentável dos recursos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Visita a comunidades (incluindo comunidades isoladas) nas três áreas com discussões em focus group, incluindo mulheres e jovens</li> <li>● Entrevistas com o BIOFUND e parceiros</li> <li>● Sistema de monitorização do programa</li> <li>● Relatórios intercalares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatórios intercalares</li> <li>● Sistema de monitorização do programa</li> <li>● Feedback do focus group</li> <li>● Entrevistas com o BIOFUND e parceiros</li> </ul>
<p><b>JC 3.2.1.d;</b> Maior disponibilidade de estudos e</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Número e qualidade dos estudos e investigação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Entrevista com parceiros de investigação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Resultados da investigação (relatórios, artigos)</li> </ul>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
<p>pesquisas em áreas de conservação de</p>	<p>(<i>avaliados pelos avaliadores</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Evidência de que essas informações são usadas para apoiar a tomada de decisões, políticas e planos</li> <li>• Apropriação e envolvimento das comunidades locais</li> <li>• Satisfação com pesquisas e estudos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão de estudos e resultados de investigação (relatórios, artigos científicos, etc.)</li> <li>• Observação da avaliação <i>in situ</i></li> <li>• Sistema de monitorização do programa</li> <li>• Relatórios intercalares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios de avaliação</li> <li>• Relatórios intercalares</li> <li>• Registos de observação no terreno</li> </ul>
<p><b>JC 3.2.2;</b> A adoção de mecanismos sustentáveis e diversificados de produção, colheita e geração de renda provavelmente melhorará a médio prazo os meios de subsistência das comunidades locais, inclusive para mulheres e grupos vulneráveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento das capacidades (<i>número e duração das formações, monitorização das capacidades, percepção das capacidades</i>)</li> <li>• Adoção de tecnologias melhoradas</li> <li>• Mudanças transformacionais emergentes na agricultura e nos sistemas de produção</li> <li>• Sinais emergentes de melhoria dos meios de subsistência</li> <li>• Percepção dos beneficiários sobre as oportunidades de melhorar as suas vidas através do apoio do Programa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita às Comunidades nas três áreas, observação directa e discussões em focus group dedicadas a cada actividade de produção</li> <li>• Focus groups com mulheres e jovens</li> <li>• Visita a comunidades isoladas em cada área</li> <li>• Entrevistas com o BIOFUND e parceiros</li> <li>• Sistema de monitorização do programa</li> <li>• Relatórios intercalares</li> </ul>	
<p><b>JC 3.3</b> As capacidades são robustas, produzindo mudanças de comportamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número, tipo e âmbito das formações</li> <li>• Provas de melhores desempenhos para beneficiários formados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão das avaliações de formação</li> <li>• Entrevistas com estagiários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios intercalares</li> <li>• Entrevistas</li> <li>• Observações de campo</li> </ul>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Perceção dos beneficiários do reforço das capacidades e da qualidade das formações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Entrevistas com comunidades</li> <li>● Progressos documentados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Grupos de discussão (focus groups)</li> </ul>
<p><b>JC 3.4</b> A intervenção está a apoiar eficazmente a definição de prioridades de igualdade de género e empoderamento das mulheres, abordagem baseada nos direitos humanos e boa governação sectorial (<i>marcadores políticos relevantes do documento de ação</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Casos de mulheres empoderadas</li> <li>● Perceção de grupos de género sobre empoderamento</li> <li>● Exemplos de melhoria da governação de áreas específicas (abordagem baseada nos direitos humanos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Entrevistas a mulheres e a grupos vulneráveis</li> <li>● Revisão dos mecanismos de governação (Conselhos, Comités)</li> <li>● Reuniões com representantes Conselhos e Comités</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatórios intercalares</li> <li>● Entrevistas</li> <li>● Observações de campo</li> <li>● Grupos de discussão (focus groups)</li> </ul>
<p><b>JC 3.5</b> A intervenção de apoio à investigação e estudos que contribuem para a tomada de decisão baseada em evidências e para uma melhor gestão das áreas visadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Exemplos em que os estudos são utilizados para melhorar o plano de gestão local e as práticas de conservação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Revisão de estudos e planos de gestão</li> <li>● Entrevistas com as partes interessadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Pesquisas e estudos</li> <li>● Planos de gestão</li> <li>● Entrevistas e focus groups</li> </ul>
<b>EFICIÊNCIA</b>			
<b>EQ 4 O PROMOVE Biodiversidade está a ser entregue de forma eficiente, de acordo com os planos técnicos e financeiros?</b>			
<p><b>JC 4.1</b> O Programa teve um desempenho</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● % da produção (em relação aos planos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatórios intercalares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Avaliação do quadro lógico</li> </ul>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
satisfatório no fornecimento de produtos e serviços, tanto a nível nacional como local	<p>para os resultados esperados</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Perceção das partes interessadas sobre o desempenho na entrega</li> <li>● Evidência de pontualidade (ou falta de) na entrega dos principais resultados</li> </ul>	<p>(técnicos e financeiros)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Sistema de monitorização</li> <li>● Entrevistas com gestores (UE, ANAC, BIOFUND, gestores de áreas protegidas, Parceiros)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Atas do PSC - Resultados do Workshop e do Focus Group Discussions (FGD)</li> <li>● Relatórios intercalares e registos financeiros</li> </ul>
<b>JC 4.2</b> Desempenhos financeiros positivos, apoiados por procedimentos financeiros e disposições de adjudicação de contratos adequados	<ul style="list-style-type: none"> <li>● A execução financeira do programa é atempada e de acordo com os planos</li> <li>● Os mecanismos de adjudicação de contratos públicos são considerados satisfatórios pelas partes interessadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Entrevista com outras partes interessadas, parceiros e beneficiários pretendidos</li> <li>● Satisfação do beneficiário (monitorização aplicada pela avaliação durante workshops e discussões em focus group (FDG)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Registos financeiros</li> <li>● Contratos e mecanismos de contratação pública</li> </ul>
<b>JC 4.3</b> O programa dispunha de flexibilidade adequada para se adaptar aos desafios externos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Casos de flexibilidade (incluindo durante COVID)</li> <li>● Perceção das partes interessadas sobre a UE/ANAC/ BIOFUND E PARCEIROS flexibilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Avaliação do quadro lógico do programa (diferentes versões)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatórios intercalares</li> <li>● Entrevistas com as partes interessadas sobre medidas de flexibilidade</li> </ul>
<b>JC 4.4</b> O Programa foi apoiado por uma gestão eficaz e eficiente, centrada nos resultados a nível da UE, da ANAC, do Biofund e dos parceiros de execução, bem como por uma coordenação e comunicação eficazes	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Recursos de gestão adequados</li> <li>● São aplicados princípios de gestão baseados nos resultados</li> <li>● Comunicação eficaz no local</li> <li>● Perceção satisfatória das partes interessadas sobre os mecanismos de coordenação e comunicação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Intercâmbios individuais com as equipas de gestão de cada parceiro de execução</li> <li>● Discussões em focus group com a gestão do Programa e M&amp;E</li> <li>● Revisão das atas do Comité Diretor do Programa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Entrevistas e discussões em focus group com gestores e detentores de interesse</li> <li>● ROMs</li> <li>● Comunicações com a UE</li> </ul>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
<p><b>JC 4.5</b> O Programa é apoiado por mecanismos adequados de informação, acompanhamento, avaliação e aprendizagem, incluindo a transferência ou partilha de experiências entre parceiros em diferentes locais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Avaliação satisfatória da apresentação de relatórios, acompanhamento e avaliação</li> <li>● Evidências aprendidas com experiências, inclusive de outras áreas de conservação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Análise dos comunicados de imprensa sobre o Programa</li> <li>● Análise documental (Documento de Ação, PE, Convite à Apresentação de Propostas (CfP) e contratos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatórios intercalares</li> <li>● Sistema de monitorização</li> <li>● Entrevistas</li> <li>● Avaliações / ROM</li> <li>● Entrevistas</li> </ul>
<p><b>JC 4.6</b> Qualidade satisfatória da abordagem de intervenção, incluindo a conceção do documento de ação, a escolha dos resultados e a lógica de intervenção ajustada, o PE com a ANAC, o contrato com o BIOFUND (com os seus aditamentos), o convite à apresentação de propostas e os contratos com os parceiros</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Avaliação satisfatória dos parceiros da qualidade da abordagem PROMOVE Biodiversidade</li> <li>● . Avaliação pelo avaliador do documento de ação, convite à apresentação de propostas e contratos estabelecidos pelo programa</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>● Documento de ação</li> <li>● CfP</li> <li>● Contratos</li> <li>● Entrevistas</li> </ul>
<p><b>JC 4.7</b> O Programa é apoiado por uma visão estratégica adequada, orientada por uma</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Evidência de governança que fornece orientação estratégica efetiva ao PROMOVE Biodiversidade</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>● Atas do PSC</li> <li>● Entrevistas</li> <li>● Atas das reuniões de coordenação</li> <li>● Registos do programa</li> </ul>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
governança e coordenação eficazes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de mecanismos adequados de coordenação e diálogo para cada unidade de conservação</li> </ul>		
<b>JC 4.8</b> O PROMOVE Biodiversidade é apoiado por uma adequada consulta e participação com as partes interessadas a nível nacional e local	<ul style="list-style-type: none"> <li>• % das partes interessadas entrevistadas consideram que a participação e a consulta foram boas (desagregadas por grupo)</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas</li> <li>• Atas das consultas <sup>90</sup></li> <li>• Relatórios intercalares</li> </ul>
<b>JC 4.9</b> Parcerias satisfatórias com a sociedade civil e partes interessadas nacionais e internacionais que apoiam a implementação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instâncias de estabelecimento de parcerias eficazes</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documentos de parceria (ME)</li> </ul>
<b>JC 4.10</b> Criação de mecanismos adequados de comunicação e visibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade da comunicação e visibilidade (<i>avaliada por um especialista em comunicação de avaliação</i>)</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ficheiros de comunicação</li> <li>• Sítio Web</li> <li>• Entrevistas</li> </ul>
<b>IMPACTO</b>			
<b>QE 5. Em que medida a intervenção está a apoiar mudanças a longo prazo para a melhoria sustentável dos meios de subsistência, a gestão sustentável dos recursos naturais e a gestão das áreas de conservação e da biodiversidade?</b>			
<b>JC 5.1</b> Impactos na melhoria dos meios de	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sinais emergentes de impactos (<i>ou seja, casos observados de</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas (com todas as principais partes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios intercalares</li> <li>• ROM</li> </ul>

<sup>90</sup> As Atas de Consulta são particularmente relevantes para o Monte Mabu, pois envolveram uma decisão-chave sobre qual área conservar, instituições de liderança comunitária, etc; noutras áreas, seria adequado falar sobre o envolvimento da comunidade na tomada de decisões sobre o envolvimento nas cadeias de valor; sensibilização da comunidade para a biodiversidade e as práticas para evitar a perda de biodiversidade e a desflorestação

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
subsistência nas três áreas visadas	<i>aumento da produção, aumento das receitas, diversificação das receitas)</i>	interessadas e com os beneficiários previstos) ● Observação in situ ● Relatórios intercalares ● ROM	● Relatórios das visitas de campo ● Relatórios de conservação ● Dados de monitorização da biodiversidade ● Observações de campo
<b>JC 5.2</b> Impacto na conservação da biodiversidade em Moçambique			
<b>SUSTENTABILIDADE</b>			
<b>QE 6: Em que medida é provável que o fluxo de benefícios se mantenha após o fim do PROMOVE Biodiversidade e do apoio externo prestado a nível nacional e local?</b>			
<b>JC 6.1</b> A conceção e a execução do programa tiveram devidamente em conta os fatores de sustentabilidade.	● Elementos comprovativos de disposições em matéria de sustentabilidade decorrentes de acordos de contribuição e relatórios intercalares	● Análise documental (documentos de ação, contratos, relatórios de progresso, sistema de acompanhamento , estratégias de saída)  ● Entrevista com todas as principais partes interessadas e beneficiários pretendidos  ● Observações in situ  ● Relatórios intercalares  ● ROM	● ● Relatórios intercalares ● ROM ● Estratégias de saída da sustentabilidade ● Entrevistas com responsáveis pela execução e beneficiários do programa
<b>JC 6.2</b> O orçamento nacional e a afetação de recursos humanos apoiam a sustentabilidade da intervenção.	● Dotações orçamentais adequadas para apoiar a governação, a configuração institucional e a medição da biodiversidade ● As instituições e os mecanismos em matéria de biodiversidade dispõem de pessoal adequado		● Relatórios sobre os orçamentos nacionais ● Planos de pessoal para as principais instituições (ANAC, BIOFUND) ● Relatórios intercalares ● Entrevistas com stakeholders institucionais
<b>JC 6.3</b> A política e o ambiente regulatório contribuem positivamente para a sustentabilidade.	● Número de lacunas políticas colmatadas ● Criação de um roteiro político mensurável		● Documentos estratégicos ● Análise comparativa das lacunas políticas ● Roteiro ● Relatórios intercalares

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
<b>JC 6.4</b> Criação e capacidades institucionais para apoiar o acompanhamento dos benefícios após o termo do programa	<ul style="list-style-type: none"> <li>Evidência de capacidades técnicas, estratégicas e de gestão adequadas estabelecidas a todos os níveis</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios de avaliação da capacidade</li> <li>Planos de reforço das capacidades institucionais</li> <li>Relatórios intercalares</li> </ul>
<b>JC 6.5</b> Apropriação e compromisso adequados apoiam a sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perceção que as partes interessadas têm da apropriação nacional</li> <li>Evidência de compromisso e envolvimento das partes interessadas nos diferentes níveis</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrevistas com as partes interessadas<sup>91</sup></li> <li>Documentos estratégicos nacionais</li> <li>Relatórios intercalares</li> </ul>
<b>JC 6.6</b> Estratégia de saída adequadamente concebida e implementada	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégia de saída em vigor e a ser implementada</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Documentos sobre a estratégia de saída</li> <li>Entrevistas com gestores de programas e beneficiários</li> </ul>
<b>VALOR ACRESCENTADO PARA A UE</b>			
<b>QE 7: em que medida o envolvimento da UE através do programa <i>PROMOVE Biodiversidade</i> contribuiu para a conservação da biodiversidade em Moçambique de formas que não teriam sido possíveis através do apoio individual dos Estados-Membros?</b>			
<b>JC 7.1</b> Em que medida a UE proporcionou um valor acrescentado adicional relacionado com o efeito de alavanca e a escala, a coordenação e as sinergias, a influência política e o reforço	<ul style="list-style-type: none"> <li>Evidência do valor acrescentado da escala</li> <li>Provas do valor acrescentado da influência política</li> <li>Comprovativo do valor acrescentado do compromisso a longo prazo</li> <li>Provas do valor acrescentado da transferência de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios financeiros da UE: documentação do financiamento total da UE, incluindo acordos de cofinanciamento com outros doadores ou Estados-Membros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Matriz financeira da Iniciativa Europeia</li> <li>Relatórios financeiros da UE</li> <li>Relatórios de execução</li> <li>Relatórios de análise comparativa</li> <li>Sistema Nacional de Informação sobre Biodiversidade de Moçambique (SIBMOZ)</li> </ul>

<sup>91</sup> Veja a nota de rodapé anterior sobre o engajamento do stakeholder

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

Perguntas de avaliação (QE) e critérios de apreciação (JC)	Indicadores	Métodos de Recolha de Dados	Fontes de verificação
<p>institucional, o empenho a longo prazo, a transferência de conhecimentos e a inovação, a diplomacia multilateral e o impacto global</p>	<p>conhecimentos e da inovação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Provas das contribuições da UE para garantir um maior apoio à cooperação internacional e uma maior atenção à biodiversidade de Moçambique na agenda global</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios de execução do programa: relatórios das agências de execução ou das equipas do programa que destacam os contributos da UE em termos de competências técnicas e recursos humanos.</li> <li>• Entrevistas com as partes interessadas: Reações dos parceiros nacionais e internacionais sobre o valor acrescentado do apoio técnico e dos recursos da UE.</li> <li>• Análise comparativa: Relatórios ou avaliações comparando os esforços da UE com outras iniciativas bilaterais em Moçambique.</li> </ul>	

A análise das Perguntas de Avaliação permitirá a formulação de Conclusões ligadas a resultados específicos.

As conclusões constituirão a base para a formulação de recomendações, cada uma especificamente relacionada com as conclusões.

As lições e as melhores práticas serão evidenciadas pela conclusão do relatório de avaliação.

## 1.9 Perguntas de Avaliação sugeridas pelos Termos de Referência

<b>Questões suscitadas pelos TdR</b>	<b>Quadro de avaliação</b>
<i>Em que medida a intervenção está a progredir no sentido da consecução dos objectivos específicos e dos resultados esperados e a contribuir para a consecução dos ODS relevantes?</i>	<i>Esta questão é abordada por QE 3 (Eficácia) (resultados) QE 5 (Oportunidades de impacto) (objectivos e ODS</i>
<i>Análise da relevância, eficácia, eficiência, impacto, sustentabilidade de cada componente do resultado, coerência da intervenção.</i>	<i>Estes critérios de avaliação são analisados especificamente pelo QE 1 (relevância), QE4 (eficiência), QE 5 (Oportunidades de Impacto) e QE 6 (sustentabilidade)</i>
<i>Houve melhorias nas dimensões intervenção/eficiência/relevância/eficácia/sustentabilidade e comunicação desde 2023?</i>	<i>No âmbito do QE 4 (eficiência) será avaliada a aprendizagem das aulas. Será elaborada uma matriz de controlo para as principais recomendações emitidas ROM2023</i>
<i>Em que medida o programa contribuiu para fortalecer o quadro de governança para a gestão da biodiversidade e dos recursos naturais em áreas protegidas. Que resultados foram alcançados? Quais foram os desafios que poderiam ter prejudicado a obtenção dos resultados? Quais são os ajustamentos específicos que seriam necessários para melhorar os progressos?</i>	<i>QE 3 (Eficácia) JC 3.1 (Resultado 1 – Governança)</i>
<i>Em que medida o programa contribuiu para melhorar os meios de subsistência das comunidades que vivem em áreas protegidas específicas? Quais são os desafios observados? Como foram abordados? Quais são os ajustamentos específicos que seriam necessários para melhorar os progressos (aumentar a escala, os benefícios, a sustentabilidade)?</i>	<i>QE 3 (Eficácia) JC 3.2 (Resultado 2 – Melhoria dos meios de subsistência)</i>
<i>Em que medida a educação ambiental tem sido eficaz na mudança de comportamentos e práticas de diferentes estratos de comunidades (crianças em idade escolar, jovens, mulheres e outros) nas áreas-alvo? Quais eram as lacunas? Que ações poderiam melhorar os resultados?</i>	<i>QE 3 (Eficácia) JC 3.3 (Resultado 3 – Educação e mudanças comportamentais)</i>
<i>Como o programa promoveu a inclusão social e a equidade de género? Em que medida a abordagem foi eficaz? Que ações podem ser utilizadas para reforçar a inclusão e a equidade?</i>	<i>QE 3 (Eficácia) JC 3.4 (Prioridades transversais: inclusão social e género)</i>
<i>Em que medida as pesquisas/estudos financiados no âmbito do programa contribuíram para informar e influenciar a gestão das áreas protegidas visadas?</i>	<i>QE 3 (Eficácia)</i>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

	<i>JC 3.5 (investigação, estudos e tomada de decisão baseada em evidências)</i>
Quais são as principais recomendações – com base nas lições aprendidas e evidências para ajustes do programa (incluindo actividades, abordagens, recursos, governança)?	Capítulo 5.1 – Recomendações para o reforço da eficácia do programa Capítulo 4 – lições e boas práticas
Quais são as perspetivas a longo prazo <i>para esta ação</i> ? Quais são os elementos-chave para o desenvolvimento de uma estratégia de saída? <i>Quais são os principais intervenientes e os recursos de que dispõem/necessitam para levar por diante a intervenção iniciada no âmbito desta Ação?</i>	QE 6: Sustentabilidade JC: Estratégia de saída
Quais são as recomendações da equipa de avaliação – com base nos ensinamentos colhidos e nos dados concretos – para uma intervenção da UE no âmbito da programação plurianual (PDM 2021-2027, domínio prioritário 1 – Crescer Verde)?	Capítulo 5.2 – Acompanhamento do PDM / domínio prioritário 1

## **Anexo 9 – Metodologia de avaliação**

A metodologia do MTE do PROMOVE Biodiversidade baseia-se em:

- Reconstrução da Teoria da Mudança.
- Análise de contribuições,<sup>92</sup> revendo sistematicamente as actividades e serviços prestados pelo PROMOVE Biodiversidade, buscando seus efeitos (resultados diretos e intermediários)<sup>93</sup> e compreendendo oportunidades de mudanças de longo prazo (impactos).
- As constatações são apoiadas pela triangulação dos dados, cada uma delas baseada em, pelo menos, duas fontes convergentes.

### **1.10 Ferramentas de recolha de dados**

O MTE do *PROMOVE Biodiversidade* adota uma abordagem de métodos mistos, combinando revisões documentais, entrevistas com informantes-chave, discussões em grupos focais, reuniões de stakeholders e observações de campo para avaliar o desempenho do Programa em múltiplas dimensões (aplicadas a cada componente, a cada resultado e a cada área de conservação).

#### **a. Recensão Documental**

Uma análise exaustiva da documentação relacionada com o programa representará a espinha dorsal da abordagem de recolha de dados. Serão analisados os seguintes documentos:

- Documentos de ação do programa, quadros lógicos e contratos com a ANAC e o BIOFUND
- Convenções Internacionais sobre a Diversidade Biológica e CITES
- Relatórios de acompanhamento e avaliação, registos financeiros e relatórios de progresso
- Documentos estratégicos nacionais e da UE relacionados com a biodiversidade, a conservação e o desenvolvimento comunitário, incluindo estratégias, planos e quadros jurídicos e regulamentares nacionais
- Outros programas e experiências (globais, regionais, nacionais) relacionados com objectivos semelhantes de melhoria dos meios de subsistência e gestão sustentável dos recursos naturais em áreas protegidas
- Sistema de monitorização do programa
- Atas do Comité Diretor Nacional, ROM, visitas de acompanhamento e outra documentação interna
- Investigação e estudos implementados pelo Programa e/ou a nível externo.
- Planos estratégicos e políticas nacionais e da UE

#### **b. Entrevistas e Entrevistas com Informantes-Chave**

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com as principais partes interessadas para obter informações qualitativas sobre a implementação, o desempenho e a perceção de eficácia do Programa. As partes interessadas incluirão:

- Representantes da ANAC, BIOFUND, governos provinciais e distritais e Delegação da UE
- Representante do Gabinete NAO

---

<sup>92</sup> A análise da contribuição será apoiada por i) Compreensão da equipa da "causalidade generativa", ou seja, múltiplos fatores causais e causas contributivas e suas implicações, ii) descrição de vias causais mostrando as ligações entre uma sequência de passos na passagem das actividades/produtos para os resultados e para o impacto e iii) procura de provas credíveis para alegações causais

<sup>93</sup> Na terminologia da FAO, também se refere a "resultados primários e expandidos."

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

- Representantes, gestores e pessoal dos parceiros de execução (lista pormenorizada na secção ;Erro! Não se encuentra el origen de la referència.)
- Parceiros implementadores de actividades de conservação e subsistência nas três áreas e universidades de apoio à investigação (Fundação FFS-IGF, RADEZA, WWF-RGCRN-RADEZA Consortium, WWF-AENA-Kulima, Universidade Eduardo Mondlane, Universidade do Lúrio, Universidade Católica de Moçambique, Instituto Nacional de Irrigação, Instituto Oceanográfico de Moçambique). A Universidade do Zambeze será entrevistada como membro do Comité de Acompanhamento do Monte Mabu.
- Conselhos de gestão para os três domínios (ver lista no anexo 2)
- Prestadores de serviços locais (se possível, a avaliação atenderá aos serviços locais de extensão agrícola na SDAE)
- Pessoal do programa
- Beneficiários e partes interessadas de comunidades-alvo (incluindo autoridades tradicionais, grupos vulneráveis, mulheres)
- sector privado local
- Outros programas locais / intervenções / agências de cooperação que apoiam a conservação da biodiversidade e os meios de subsistência

Na secção 3 é apresentado um levantamento pormenorizado das partes interessadas.

#### c. Discussões em Focus Group (FGDs)

A avaliação, considerando a intensa agenda de campo com foco em entrevistas eficazes, evitará grandes e longas reuniões comunitárias, que podem ter uma eficácia limitada para discutir os serviços do projecto e a percepção dos beneficiários. Após uma breve introdução aos representantes da Comunidade e líderes locais, a missão, com o apoio do parceiro de execução, organizará pequenos grupos de visitas (5 a 15 pessoas) centradas em actividades e resultados específicos do PROMOVE Biodiversidade.

As visitas às Comunidades serão organizadas de forma a reduzir o tempo e as longas distâncias para os beneficiários dos projectos.

Os FGD serão realizados com as comunidades beneficiárias para recolher informações aprofundadas sobre as suas experiências com o Programa, a sua percepção da sua relevância para as suas necessidades e o seu impacto nos seus meios de subsistência. Será dada especial atenção aos grupos vulneráveis, incluindo as mulheres e os jovens.

#### CAIXA 1 exemplo de Discussões em Focus Group planeadas no contexto de visitas no terreno

O QE 3 (Eficácia) envolverá os FGD com os pequenos agricultores e as comunidades locais para avaliar o impacto do Programa na melhoria das práticas agrícolas e na diversificação dos meios de subsistência.

O QE 5 (Impacto) avaliará as mudanças a longo prazo na gestão sustentável dos recursos através de discussões com os membros da comunidade envolvidos em iniciativas de conservação

#### d. Visitas de Campo e Observação In Situ

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

As visitas de campo às três principais áreas de conservação (Monte Mabu, PNAG e APAIPS) permitirão à equipa de avaliação observar directamente a infraestrutura física, a implementação do Programa (por exemplo, actividades de subsistência) e as mudanças relacionadas com a gestão dos recursos naturais e da biodiversidade.

#### **e. Meta-análise das avaliações externas dos programas anteriores.**

- Esta ferramenta analisa avaliações e avaliações externas (por exemplo, Monitorização Orientada para Resultados) dos programas antecessores que estabeleceram as bases para o PROMOVE Biodiversidade e de outros programas de apoio à conservação da biodiversidade e meios de subsistência das comunidades locais em Moçambique. Exemplos de intervenções que poderiam apoiar esta meta-análise incluem:
- Programa MozBio (Mozambique Conservation Areas for Biodiversity and Development Project) – Apoiado pelo Banco Mundial, com foco no fortalecimento de áreas de conservação e promoção da gestão de recursos naturais de base comunitária.
- SUSTAIN-Africa – Implementado pela UICN, visando a gestão sustentável da água, da terra e dos ecossistemas para melhorar os meios de subsistência e conservar a biodiversidade na bacia do Zambeze.
- projecto de Biodiversidade Costeira do Fundo Global para o Ambiente (GEF) – Visa proteger os ecossistemas costeiros e apoiar meios de subsistência sustentáveis nas comunidades costeiras, com foco em áreas como o Arquipélago das Primeiras e Segundas.
- WCS Niassa Landscape Program – Gerido pela Wildlife Conservation Society, este programa centra-se na conservação e desenvolvimento comunitário na Reserva do Niassa, apoiando meios de subsistência sustentáveis e iniciativas anti-caça furtiva.
- BIOFIN (Iniciativa de Financiamento da Biodiversidade) – Liderada pelo PNUD, esta iniciativa auxilia o governo moçambicano na mobilização de recursos financeiros para a conservação da biodiversidade, alinhando o financiamento da conservação com os objectivos de desenvolvimento sustentável.

#### **f. Revisão do sistema de monitorização do programa e dos sistemas de dados.**

As aprendizagens, conclusões e recomendações apoiarão a análise da relevância, eficácia, sustentabilidade e oportunidades de impacto.

### **1.11 Estratégia de amostragem**

Será adotada uma abordagem de amostragem intencional com considerações sobre acessibilidade, representatividade contextual e inclusão, concebida para fornecer uma visão abrangente, diversificada e equilibrada da eficácia do Programa, garantindo que a avaliação capte contributos de comunidades facilmente acessíveis e mais remotas e potencialmente marginalizadas.

A amostra é intencionalmente escolhida com base em características específicas relevantes para a pergunta de avaliação. Neste caso, as comunidades são selecionadas pelo seu envolvimento em actividades de conservação e subsistência, particularmente aquelas que receberam apoio de capacitação.

**Acessibilidade:** A seleção leva em conta a viabilidade logística de chegar às comunidades, garantindo a representação de áreas acessíveis e de difícil acesso.

**Representatividade:** A amostra visa refletir uma gama de experiências comunitárias no Programa, garantindo um conjunto diversificado de contribuições que refletem a população geral ou a variação no impacto do Programa em diferentes comunidades. A amostra não é representativa no sentido estatístico. No entanto, a amostra intencional de detentores de interesse e beneficiários nas visitas e entrevistas permitirá a captura de diferentes experiências que podem ser partilhadas/trocadas para melhorar o desempenho da implementação do Programa, a obtenção de resultados e a sustentabilidade.

**Inclusão de comunidades de difícil acesso:** A amostragem garante que pelo menos uma ou mais comunidades que são geograficamente difíceis de acessar e não foram visitadas em actividades de monitoramento anteriores sejam incluídas. Isso ajuda a capturar experiências de áreas sub-representadas ou negligenciadas.

### 1.12 Abordagem de consulta para cada Unidade de Conservação

A abordagem de consulta em cada área de conservação para a avaliação do programa *PROMOVE Biodiversidade* foi concebida para garantir um envolvimento abrangente das partes interessadas, com foco na recolha de informações detalhadas dos parceiros de implementação, administrações locais, instituições e comunidades locais directamente envolvidas no Programa:

- Envolvimento com os parceiros de execução e as administrações locais; A equipa de avaliação iniciará consultas através do envolvimento com os principais parceiros de execução, bem como com as administrações locais (por exemplo, autoridades provinciais e distritais) responsáveis pela gestão dos esforços de conservação. Tal envolverá reuniões individuais ou de grupo para recolher informações sobre os progressos da implementação do Programa, os desafios enfrentados e o grau de coordenação entre as instituições locais e nacionais. As principais áreas de discussão incluirão a governação do programa, a gestão de recursos e o alinhamento das actividades de conservação com as estratégias locais e nacionais.
- Reunião com Conselhos Gestores de Áreas Protegidas
- Amostragem de comunidades locais e beneficiários (ver secção 0)
- Visitas dedicadas aos principais resultados do Programa; Serão organizadas visitas de campo em cada unidade de conservação para avaliar o progresso nas componentes-chave do programa PROMOVE Biodiversidade. Cada visita centrar-se-á na recolha de dados qualitativos e quantitativos sobre o progresso destas componentes, envolvendo os principais intervenientes responsáveis por cada uma delas.
- Entrevistas com as principais partes interessadas e beneficiários; estes incluirão líderes comunitários, serviços locais, pessoas que beneficiaram das actividades do Programa, agricultores, mulheres e jovens.
- Entrevistas em Grupo Focal; Pelo menos três entrevistas de grupo focal serão conduzidas com beneficiários locais em cada área de conservação. Estas entrevistas terão como alvo grupos específicos, tais como agricultores locais, mulheres, jovens e líderes comunitários, para explorar as suas experiências com o programa e o seu impacto nos seus meios de

## **Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique**

### **Relatório Final**

subsistência e práticas de conservação. Os focus groups proporcionarão também uma plataforma para os beneficiários discutirem a forma como a sua participação no Programa influenciou a tomada de decisões na gestão dos recursos naturais e nos esforços de conservação.

- Debriefing e Wrap-up; No final das visitas no terreno, será organizada uma sessão de informação com as partes interessadas locais, incluindo parceiros de implementação e representantes da comunidade, para resumir as conclusões e observações preliminares das consultas. Esta sessão garantirá a transparência no processo de avaliação e proporcionará uma oportunidade para as partes interessadas darem feedback final e sugestões para melhorar o programa.

### **1.13 Triangulação:**

Para garantir a validade e confiabilidade dos dados, será adotada uma abordagem de triangulação do pesquisador. Isto envolve:

- Comparar resultados de diferentes fontes de dados (por exemplo, entrevistas, inquéritos e revisão documental).
- Cruzamento de dados qualitativos e quantitativos recolhidos junto de diversos detentores de interesse.
- A triangulação ajudará a confirmar a consistência dos resultados, a identificar discrepâncias e a fornecer uma base sólida para conclusões e recomendações.

## **Anexo 10: Abordagens alternativas para prevenir o roubo de marfim associadas à construção de uma nova instalação de armazenagem**

### **Eficácia das medidas alternativas**

#### **Destruição do marfim apreendido:**

A destruição do marfim apreendido, por exemplo, através da incineração, elimina totalmente o risco de roubo. Esta abordagem foi implementada em vários países para enviar uma mensagem forte contra o comércio ilegal de marfim.

Prós:

- Elimina completamente a possibilidade de roubo ou comércio ilegal.
- Reduz os custos de armazenamento e segurança.
- Simbolicamente reforça o compromisso do governo com o combate à caça furtiva.

Contras: Pode ser controverso entre as partes interessadas que defendem que o marfim seja usado para fins científicos ou educacionais.

#### **Inventário e Rastreamento de DNA:**

A realização de um inventário de ADN do marfim apreendido pode ajudar a rastrear a sua origem, monitorizar rotas comerciais ilegais e fornecer dados para fins legais e científicos.

A incorporação de chips ou outros dispositivos de rastreamento no marfim também pode impedir o roubo, tornando os itens roubados mais fáceis de rastrear.

Prós:

- Apoia a aplicação da lei e investigações internacionais.
- Aumenta a transparência e a responsabilização.

Contras:

- Requer investimento inicial em tecnologia e especialização.
- Não impede totalmente o roubo se o marfim permanecer armazenado.

#### **Medidas de Segurança Digital:**

Em vez de construir uma nova instalação de armazenagem, melhorar a segurança das existentes através de sistemas avançados de vigilância e controlos de acesso biométricos poderia mitigar os riscos de roubo.

Prós:

- Torna a infraestrutura existente mais segura sem custos de construção significativos.
- Oferece soluções escaláveis para vários locais de armazenagem.

Contras:

- Depende de uma aplicação e manutenção robustas dos sistemas.

#### **Envolvimento da comunidade e das partes interessadas:**

Envolver as comunidades e garantir a transparência na gestão do marfim apreendido pode reduzir os riscos de roubo através de cumplicidade política ou interna.

Prós:

- Cria confiança e reduz os riscos de corrupção.
- Envolve as partes interessadas em iniciativas contra a caça furtiva.

Contras:

- Exige um esforço sustentado e um reforço das capacidades.

#### **Limitações da construção de uma nova instalação de armazenagem**

Uma nova instalação, embora segura inicialmente, permanece vulnerável a roubos se problemas sistêmicos como corrupção ou falta de supervisão persistirem.

Os custos e atrasos associados à construção e ao equipamento da instalação podem superar os benefícios, especialmente se não forem exploradas simultaneamente medidas alternativas.

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

#### Recomendações

Uma combinação de medidas, como a destruição do marfim apreendido e a implementação de um sistema sólido de inventário de ADN, poderia oferecer uma solução mais sustentável e eficaz para o roubo de marfim.

Qualquer decisão deve considerar o contexto local, os recursos disponíveis e os objectivos mais amplos dos esforços de conservação e combate ao tráfico.

Essa abordagem integrada aborda riscos imediatos e problemas sistêmicos, reduzindo a dependência de instalações de armazenamento físico propensas a roubo.

*Nota: Vários países africanos realizaram eventos públicos de destruição de marfim para combater a caça furtiva de elefantes e o comércio ilegal de marfim. Exemplos notáveis incluem:*

- Quênia: Em 1989, o Quênia realizou a primeira queima de marfim, destruindo 12 toneladas de marfim para assinalar o seu compromisso com a conservação dos elefantes. O maior evento ocorreu em 2016, com a incineração de 105 toneladas de marfim.
- Chade: Em 2014, durante o 50º aniversário do Parque Nacional de Zakouma, o Chade queimou uma tonelada de presas de elefante para desencorajar a caça furtiva.
- Nigéria: Em 2022, a Nigéria destruiu aproximadamente 2,5 toneladas de marfim apreendidas em Abuja, marcando seu primeiro esmagamento de marfim para combater o comércio ilegal de marfim.

Anexo 11: Análise dos desempenhos para cada área de intervenção

RESULTADOS OBTIDOS	Desempenhos positivos e pontos fortes	Oportunidades para melhores desempenhos	Pontuação de desempenho
<b>ANAC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resultados positivos relacionados com as capacidades e o cumprimento da CITES</li> <li>Desempenhos satisfatórios em treinamentos ministrados em níveis provinciais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atrasos consideráveis na maioria dos resultados (a nível nacional e local)</li> <li>Desempenhos afetados por baixas capacidades e desafios processuais</li> <li>Orçamento-programa: um mecanismo lento e difícil</li> <li>Necessidade de reduzir a maioria dos resultados</li> <li>A prestação e os desempenhos financeiros poderiam ser significativamente apoiados por uma assistência técnica específica</li> </ul>	Não é satisfatório
<b>Conservação do PNAG</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrega globalmente positiva do FFS-IGF</li> <li>Um trunfo importante foi a disponibilidade de recursos adicionais para colmatar lacunas financeiras e a flexibilidade do FFS-IGF na gestão de recursos</li> <li>Fortes capacidades (ANAC / FFS-IGF)</li> <li>Gestão eficiente dos recursos (ou seja, construção de infraestruturas com recursos próprios)</li> <li>Desempenho dos serviços de patrulhamento e modernização do monitoramento ecológico e entrega adicional (QE 2)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foram introduzidas melhorias no patrulhamento, mas os atrasos na construção das estradas e nas infraestruturas operacionais limitam a capacidade do parque para sustentar estes esforços</li> <li>Envolvimento e governança da comunidade:             <ol style="list-style-type: none"> <li>Estruturas de governança como os Comitês Comunitários de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) foram revitalizadas, mas sua motivação e eficácia podem ser afetadas pelo atraso na implementação dos meios de subsistência comunitários.</li> </ol> </li> </ul>	Satisfatório
<b>Meios de subsistência da zona tampão PNAG</b>	<p>Os desempenhos positivos incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A RADEZA reforça uma forte experiência e boas ligações com todos os intervenientes na área</li> <li>Instalação de unidades de moagem e equipamentos para pulverização de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eficiência particularmente baixa no desenvolvimento de capacidades para a geração de rendimento (ainda não iniciada)</li> <li>A alta rotatividade da equipe de campo interrompeu significativamente a continuidade e os desempenhos</li> <li>O planeamento inadequado afetou o desempenho e a obtenção de resultados</li> <li>Atrasos na maioria dos resultados, ainda sem benefícios para as comunidades, incluindo apicultura,</li> </ul>	Não é satisfatório

**Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique**  
Relatório Final

RESULTADOS OBTIDOS	Desempenhos positivos e pontos fortes	Oportunidades para melhores desempenhos	Pontuação de desempenho
	<p>castanheiros (<i>Anacardium occidentale</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Revitalização da CGRN e campanhas de sensibilização ambiental</li> <li>● Reabilitação de poucos tanques de peixes e arranque da piscicultura</li> </ul>	<p>piscicultura, FFS, concessão de caça comunitária (<i>Coutada</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Ligações inadequadas dos meios de subsistência comunitários apoiados com os objectivos de conservação dos parques</li> </ul>	
<b>Monte Mabu</b>	<p>Registam-se desempenhos positivos para</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● o inventário dos pontos de interesse turístico e cultural,</li> <li>● A sensibilização da comunidade para a conservação</li> <li>● Delimitação participativa da fronteira de conservação</li> <li>● Criação formal de associações comunitárias CONSERVA MABU</li> <li>● Os espetáculos mistos são a produção hortícola e a disseminação de boas práticas de produção em FFS</li> <li>● Apresentação da proposta de criação formal da área de conservação do Monte Mabu</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ambiente muito desafiador para a implementação do projecto (acesso, afastamento, precipitação)</li> <li>● Prazo muito curto para a obtenção dos resultados esperados numa área em que o trabalho básico não tinha sido realizado por projectos/parceiros anteriores</li> <li>● Atrasos acentuados em muitos domínios, incluindo:             <ol style="list-style-type: none"> <li>3. Lenta e incipiente capacitação das associações comunitárias e da CONSERVA MABU</li> <li>4. Todo o componente de subsistência, incluindo insumos e entrega de sementes, preparação de FFS</li> <li>5. Viveiros e plantação de árvores</li> <li>6. Abordagem ReGeCom para governança comunitária não adaptada à curta vida útil do projecto e à entrega esperada</li> <li>7. Apresentação (2024) de proposta de Área de Conservação de Gestão Comunitária</li> <li>8. Atraso na análise/mobilização de planos estratégicos de mobilização de recursos financeiros</li> <li>9. Não há orientações estratégicas para abordar a questão das áreas desmatadas e a sustentabilidade da área</li> <li>10. Longos procedimentos de aquisição, financeiros e de recrutamento na WWF</li> </ol> </li> </ul>	<p>Não obstante alguns desempenhos positivos em actividades importantes, a eficiência global na execução não é satisfatória</p>
<b>APAIPS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Avaliação positiva do desempenho no âmbito do novo contrato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● A Componente atrasou-se pelo falso arranque do primeiro contrato, acumulou um atraso de dois anos</li> </ul>	<p>Cedo ainda para uma avaliação, mas</p>

## Avaliação Intercalar do Programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Relatório Final

RESULTADOS OBTIDOS	Desempenhos positivos e pontos fortes	Oportunidades para melhores desempenhos	Pontuação de desempenho
	<p>estabelecido em março de 2024:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Produção hortícola e disseminação de boas práticas de produção em FFS</li> <li>● Campanhas de sensibilização ambiental através de rádios locais e clubes ambientais</li> <li>● APAIPS fortalecidas para aplicação da lei e monitoramento, através da graduação de agentes de execução</li> <li>● Melhoria da infraestrutura e dos recursos humanos da APAIPS</li> <li>● Existência de uma equipa multisectorial de aplicação da legislação</li> <li>● CBOs bem estabelecidas</li> <li>● Regimes de Empréstimo e de Poupança</li> <li>● Rádio local para sensibilização da comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Componente de conservação de peixes, apicultura, primeira estação/época chuvosa; agricultura ainda não começou</li> <li>● Apoio inadequado às OCB historicamente ativas no patrulhamento e sensibilização da comunidade</li> <li>● Longos procedimentos de aquisição, financeiros e de recrutamento na WWF</li> </ul>	<p>indicadores positivos de uma configuração eficiente</p>

*Fonte: Avaliação baseada em visitas ao local, relatório de acompanhamento orientado para o desempenho e acompanhamento e apresentação de relatórios, dezembro de 2024*